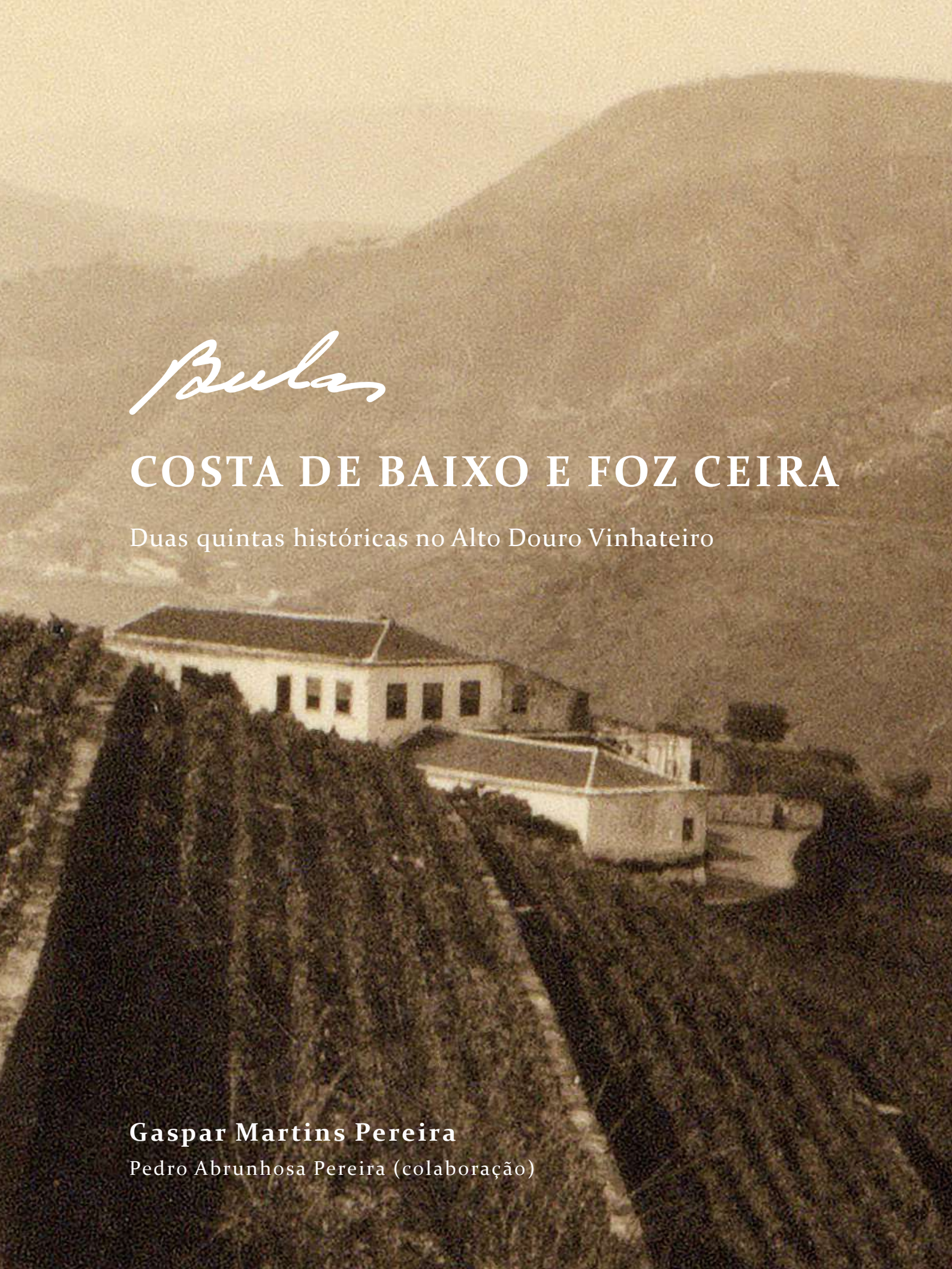


Burlas

COSTA DE BAIXO E FOZ CEIRA

Duas quintas históricas no Alto Douro Vinhateiro

Gaspar Martins Pereira

Pedro Abrunhosa Pereira (colaboração)

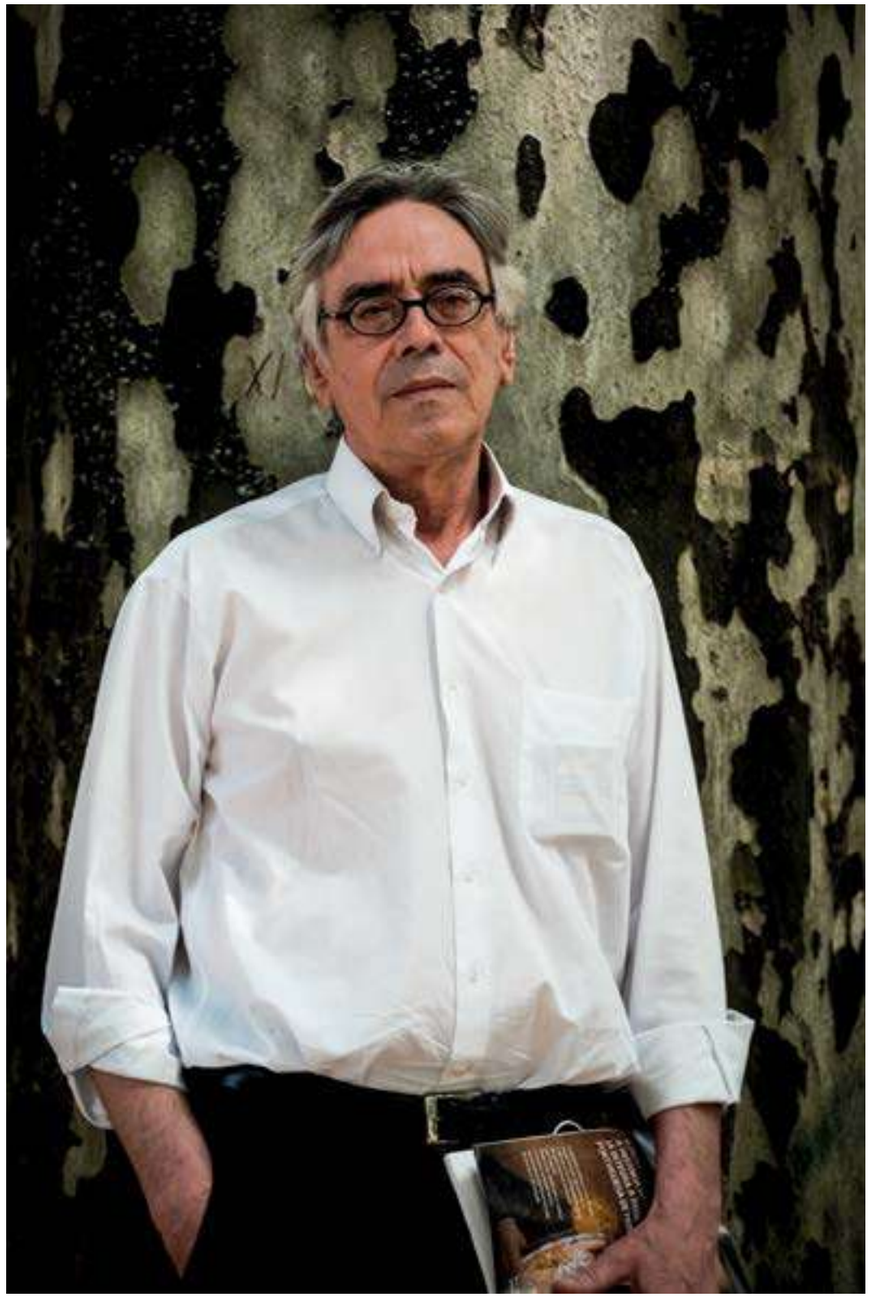
Bula

Bula

COSTA DE BAIXO E FOZ CEIRA

Duas quintas históricas no Alto Douro Vinhateiro

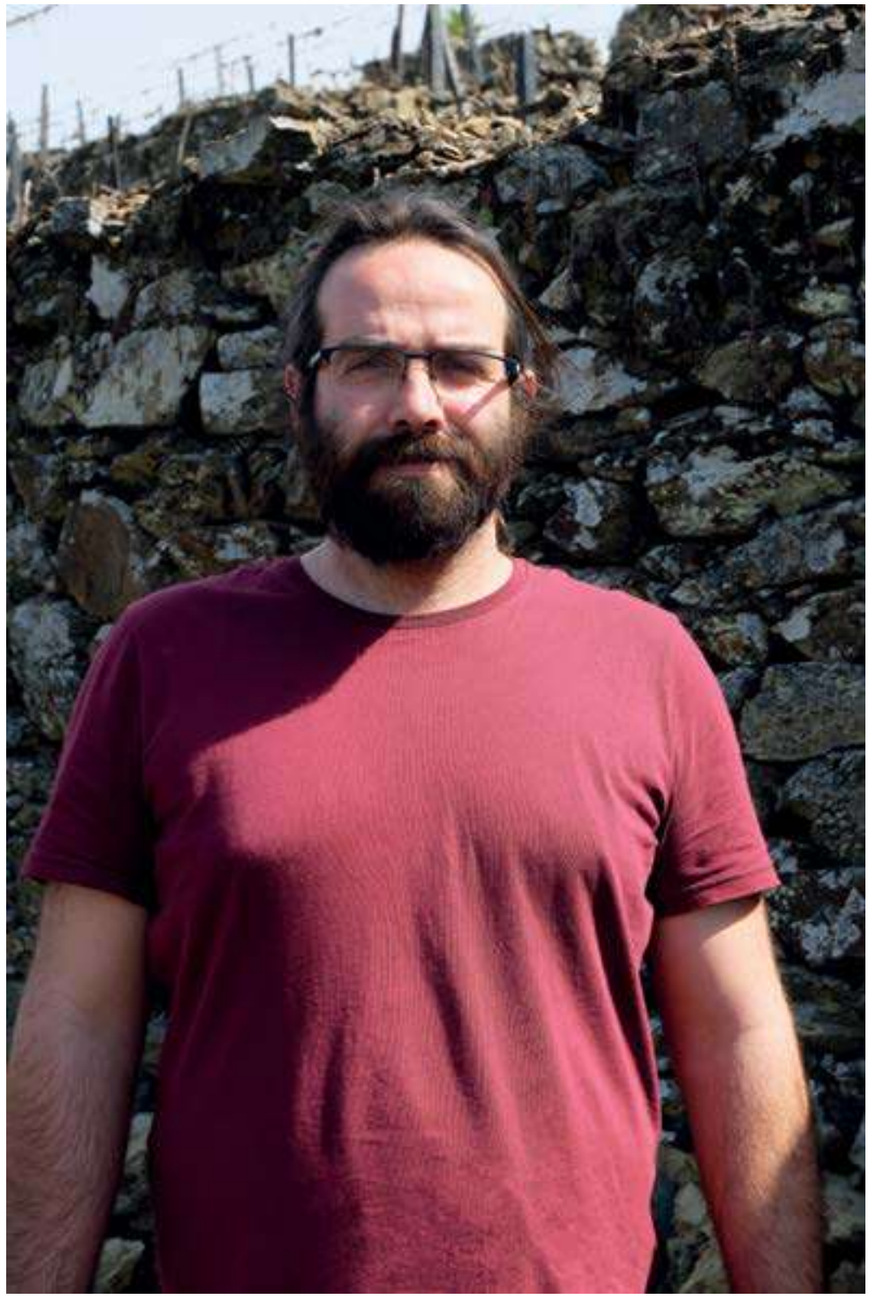
Gaspar Martins Pereira
Pedro Abrunhosa Pereira
(colaboração)



Gaspar Martins Pereira

Professor catedrático aposentado do Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais da Faculdade de Letras da *Universidade* do Porto. Foi fundador do GEHVID – Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto, que coordenou entre 1994 e 2001. Lançou, em 1996, a revista *Douro — Estudos & Documentos*, que dirigiu até 2001. Em 2007, foi um dos fundadores do CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço & Memória, que coordenou até 2011, de que é actualmente investigador. Tem desenvolvido diversos projectos de investigação nas áreas de História Urbana, História Social, História Empresarial e História da Vinha e do Vinho. É autor de uma vasta obra, tendo publicado mais de duas centenas de textos em livros ou artigos, de que se destacam, sobre a História da Vinha e do Vinho na região do Douro, *As Quintas do Oratório do Porto no Alto Douro* (Lisboa, 1984), *O Douro e o Vinho do Porto, de Pombal a João Franco* (Porto, 1991), *L´Alto Douro à l´époque du phylloxéra* (Bordéus, 1991), *A região do vinho do Porto — origens e evolução de uma demarcação pioneira* (Porto, 1996), *Dona Antónia* (Porto, 1996, em colaboração com Maria Luísa Olazábal), *Porto Vintage* (org., Porto, 1999, em colaboração com João Nicolau de Almeida), *O Vinho do Porto* (coord., Porto, 2003), *Crise e Reconstrução. O Douro e o Vinho do Porto no século XIX* (coord., Porto, 2010), *Roriz. História de uma Quinta no Coração do Douro* (Porto, 2011), *Quintas do Douro: História, Património e Desenvolvimento* (Lamego, 2014), *Quinta do Vallado. 300 anos no coração do Douro* (Vilarinho dos Freires, 2016), *Ventozelo. Uma Quinta Milenar no Douro Vinhateiro* (Vila Nova de Gaia, 2017), *Quinta do Crasto: uma história que vem de longe, 1615-2018* (Porto, 2018), *O vinho do Porto e o Douro no século XX e início do século XXI* (coord., Porto, 2019, em colaboração com François Guichard e Philippe Roudié), *Quinta de Santa Eufémia: vinhos com história* (Porto, 2020). Tem participado em diversas acções de estudo, defesa e divulgação do património do Alto Douro. Colaborou na preparação da candidatura do Alto Douro Vinhateiro a Património Mundial. Dirigiu a estrutura de missão para o Museu do Douro (2002-2004) e assegurou a direcção desse museu em 2006-2007.

◀ *Gaspar Martins Pereira*. Fotografia de Rui Oliveira/Global Imagens, 2020. Cortesia *JN*.



Pedro Abrunhosa Pereira

Arqueólogo, licenciado em Arqueologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Concluiu o Mestrado e o Doutoramento em História, Arqueologia e Línguas Antigas na Université Lumière – Lyon II, França, respectivamente em 2008 e 2014. É investigador associado do CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tem desenvolvido a sua investigação com ênfase nas questões relacionadas com o processo de romanização e a vitivinicultura clássica no Vale do Douro e Norte de Portugal, tendo integrado como investigador e/ou coordenador vários projectos de investigação arqueológica nestes territórios, sobretudo na óptica da vitivinicultura antiga, desde a produção de vinho em lagares rupestres até à intervenção em estruturas de produção e estudo de materiais associados à produção, transporte e consumo no mundo clássico. Entre os vários projectos a que se encontra associado contam-se a intervenção e estudo de Vale do Mouro (Coriscada, Mêda), uma villa romana onde foi identificado o único painel representando Baco no Norte de Portugal e uma extensa adega de produção de vinho, ou a criação da Associação Portuguesa de Lagares Rupestres, que visa a promoção, estudo e divulgação dos lagares rupestres no território nacional.
É actualmente co-director do Projecto de Investigação Plurianual em Arqueologia "Cella Vinaria de Trás do Castelo", uma intervenção centrada no sítio de Trás do Castelo (Vale de Mir, Pegarinhos), uma exploração agrícola romana, durante a qual foi possível identificar, entre outras estruturas, o lagar vinário mais antigo conhecido no Vale do Douro, datado do século I d.C.

◀ *Pedro Abrunhosa Pereira*. Fotografia de Joana Garcia, 2022.

Este livro é uma homenagem ao nosso pai, Homem que dedicou a sua vida ao desenvolvimento do Douro e suas gentes, guiando-se sempre por padrões de honestidade.

José Afonso e Maria Gabriel

Prefácio

A freguesia de Gouvinhas e as quintas da Costa de Baixo e a da Foz Ceira na qual se situam representam seguramente um dos marcos históricos da Região do Douro Vinhateiro, região que remonta aos tempos da ocupação romana, constituindo a presença de achados arqueológicos importantes testemunhos do cultivo da vinha e da elaboração de vinho. Posteriormente, muitas outras referências são citadas quanto à vinha e ao vinho nessa localidade. A mais relevante surge quando, em 1756, é criada a primeira demarcação da Região do Douro, na qual aquelas quintas participaram de certa forma. Por um lado, através de um dos limites da Demarcação, assinalado pela instalação de um marco pombalino na Quinta da Costa de Baixo, e, por outro, pelo contributo do então proprietário da Quinta da Foz Ceira, como um dos acionistas da fundação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, a qual faria assegurar a regulamentação que presidiu à Demarcação da Região do Douro. Já a partir da década de 60 do século XIX, após um período áureo da produção e comercialização de vinho do Porto para o mercado inglês, vivem a catástrofe da destruição dos seus vinhedos pelo oídio e logo depois pela filoxera e pelo míldio. Ironicamente, é em Gouvinhas, numa quinta de António de Melo Vaz de Sampaio, proprietário da Quinta da Costa de Baixo, que surge o primeiro foco de filoxera registado na região do Douro, mas, por outro lado, será também bem perto que se irá dar a resolução do combate à praga através da enxertia com variedades americanas. A vinha ressurge em todo o vale do Douro, outros êxitos, outros fracassos continuam a percorrer a sua história, as quintas passam de mão, até à atualidade, quando ambas são já propriedade da família Bulas Cruz. A saga das quintas da Costa de Baixo e da Foz Ceira é também a imagem da saga da região do Douro, que neste livro Gaspar Martins Pereira, magistral historiador do Douro e das suas quintas ancestrais, tão bem descreve de forma minuciosa e cativante. Com uma

imensa bibliografia sobre a região do Douro, a sua história, as suas personalidades, as famílias mais marcantes que impulsionaram o seu desenvolvimento e ajudaram a ultrapassar problemas e crises, as suas gentes laboriosas que sob condições desumanas ergueram um dos cenários culturais mais extraordinários do mundo construídos pela actividade humana, Gaspar Martins Pereira vem incluindo na sua obra também a história de algumas quintas mais emblemáticas da região do Douro, que definiram e marcaram parte dos seus destinos. No que a este tema diz respeito, a leitura das monografias sobre a Quinta de Roriz, a Quinta do Valado, a Quinta do Ventozelo, a Quinta do Crasto e a Quinta de Santa Eufémia devolve-nos à sequência de momentos históricos, por vezes ainda anteriores à própria Demarcação da Região, vivenciados pelas suas personagens, de diversas índoles e funções, dos costumes do dia a dia, dos dramas, das tragédias, dos êxitos, das transformações da paisagem, das regras, da convivência, das políticas regionais e das que nela interferiram. No seu seguimento surge agora esta bela monografia sobre as quintas da Costa de Baixo e da Foz Ceira, que mais uma vez nos dá a descobrir factos fundamentais para uma melhor compreensão da complexidade do Douro e da construção da sua história. Nesta breve resenha, há ainda que realçar o precioso contributo de Pedro Abrunhosa Pereira, pelos seus estudos arqueológicos que vem realizando na Região, e que muito contribuíram para uma análise ainda mais detalhada das origens remotas das quintas versadas nesta obra.

Vila Real, 21 de Setembro de 2021

Nuno Magalhães

▶ *Livros sobre o Douro e vitivinicultura, entre os quais o* Tratado de Viticultura: A Videira, a Vinha e o Terroir, *de Nuno Magalhães (Lisboa: Chaves Ferreira, 2008).* Fotografia de Filipa Soares. Col. Bulas.

Índice

1 **Entre o Ceira e o Douro: uma longa vocação vinhateira** **21**

2 **As origens**

2.1 Os senhores da terra **33**
2.2 No tempo da demarcação dos «vinhos finos» **49**
2.3 A prisão de Gonçalo Cristóvão e a decadência da Foz Ceira **59**
2.4 A expansão da Quinta da Costa de Baixo **67**
2.5 A entrega da Quinta da Foz Ceira à Companhia **81**

3 **As doenças da videira: crise e reconstrução do Douro**

3.1 A crise do oídio **109**
3.2 A «nova moléstia» das vinhas **115**
3.3 Lopo Vaz de Sampaio e Melo: o ministro natural de Gouvinhas, proprietário da Costa de Baixo **121**
3.4 A Quinta da Foz Ceira no tempo da reconversão pós-filoxérica **131**

4 **As quintas da Costa de Baixo e da Foz Ceira no século XX**

4.1 A Foz Ceira: da Companhia aos herdeiros de Gonçalo Cristóvão e a venda posterior **139**
4.2 A Costa de Baixo: da família Sampaio e Melo a José Bulas Cruz **161**
4.3 A família Bulas Cruz **171**
4.4 Os sucessores de José Bulas Cruz e a expansão vitivinícola **191**

5 **A Casa Bulas**

5.1 A marca *Bulas* **211**
5.2 Novos investimentos **221**
5.3 Vinhos *Bulas*: o prestígio de uma marca de produtores **229**

Fontes e bibliografia **241**

1

Entre o Ceira e o Douro: uma longa vocação vinhateira

1. Entre o Ceira e o Douro: uma longa vocação vinhateira

No coração da Região Demarcada do Douro, nas encostas íngremes e pedregosas de xisto dos rios Douro e Ceira, na freguesia de Gouvinhas, os vinhedos das quintas da Costa de Baixo e da Foz Ceira, hoje reunidas numa propriedade contínua da família Bulas Cruz, produzem vinhos do Douro e do Porto de excelência, prosseguindo a antiquíssima tradição vinhateira herdada dos seus antepassados e de outros proprietários anteriores, que, ao longo de séculos, transformaram estes lugares bravios e inóspitos em «jardins suspensos». É essa história que, num registo breve, buscaremos compreender neste livro, cruzando informações sobre a evolução das terras e das famílias que as possuíram, os investimentos na produção vitivinícola, os tempos de crise e decadência, bem como os de renovação e crescimento, a relação com os mercados e o reconhecimento dos seus vinhos.

Quem observa a sucessão de patamares de vinhas a partir da margem direita do Ceira, do rio Douro ou do alto da Quinta da Costa de Baixo apenas poderá imaginar o trabalho titânico que foi necessário empregar, em sucessivas gerações, para transformar estas encostas de solos pobres em verdejantes vergéis de vinha, quando todas as tarefas, desde a surriba à plantação, aos diversos granjeios e à vindima, eram obra braçal. E a dureza do que foi o cultivo da vinha nestas terras até à segunda metade do século XX ganha ainda maior expressão se se tiver em conta outras condições naturais do lugar, desde os excessos do clima, com verões secos e escaldantes, e a violência do rio de montanha, que corria caudaloso nos invernos chuvosos, arrastando tudo na torrente, e quase secava na estiagem, formando lodos no leito, a levantar mosquitada e

◀ *Panorâmica das quintas da Foz Ceira e da Costa de Baixo*. Fotografia de Pedro Sarmento Costa, 2017. Col. Bulas.

febres palustres. Os registos de óbitos de eras passadas estão cheios de trabalhadores das quintas que morriam atingidos por sezões. Mas, se as condições ambientais eram adversas ao trabalho humano e as colheitas escassas, dada a pobreza dos solos, a excelência dos frutos compensava as canseiras. É que, nas encostas do Douro, os mesmos factores repulsivos da vida humana conjugavam-se para fazer vinhos sublimes. Os solos pobres e pedregosos de xisto, se não davam fartas colheitas, ofereciam vinhos de grande qualidade. Os verões quentes e secos, propícios a uma boa maturação, propiciavam uvas doces como mel, com aromas e sabores inconfundíveis. Ao longo de séculos, o trabalho humano soube aproveitar esses dons da natureza, criando-se aqui uma cultura vinhateira singular, acumulando e transmitindo saberes e práticas de amanho da vinha e a arte de fazer vinhos sublimes. Das técnicas de plantação em socalcos, para amparar as vinhas e evitar a erosão, à selecção e combinação de castas nobres e à cultura meticulosa das vinhas, às práticas de vinificação e aos cuidados de envelhecimento dos vinhos, é toda uma herança ancestral que se pressente em cada quinta do Douro.

Pode dizer-se que, nas últimas décadas, transformações radicais marcaram a vitivinicultura da região, mas não apagaram essa herança, antes se conjugaram com ela, valorizando a articulação dos saberes tradicionais com as inovações tecnológicas e científicas mais avançadas. A mecanização das surribas, as plantações de vinhas em patamares ou ao alto, prescindindo dos antigos muros de xisto, a selecção criteriosa das videiras, frequentemente com pré-enxertia, o emprego de máquinas em muitos trabalhos da vinha, desde a poda às cavas e à aplicação de fitossanitários, ou ainda a robotização da pisa das uvas nos lagares e o emprego de cubas autovinificadoras transformaram, em poucos anos, a vitivinicultura do Douro. Esta terceira grande revolução vitivinícola, que há algumas décadas poucos acreditavam ser possível, veio suavizar o trabalho do homem, sem afectar, antes pelo contrário, a essência das tradições vitícolas e a bondade dos vinhos.

Ao percorrermos as quintas da Costa de Baixo e da Foz Ceira, com um olhar atento, percebemos que essa revolução, ainda em curso, não esconde muitos sinais da história antiga destas propriedades. Aqui e ali, conservam-se ainda alguns socalcos com muros de xisto, entre as manchas de vinhedos mais recentes em patamares ou ao alto. Junto ao Rio Ceira, pode ver-se a calçada em rampa que descia para o cais, hoje submerso, de onde eram embarcadas as pipas de vinho nos rabelos para seguirem rio abaixo até ao Porto. Desde os anos sessenta, com a construção das barragens, alterou-se não só o regime fluvial mas também a imagem da Quinta da Foz Ceira. A subida das

▶ *Trabalho manual nas vinhas, antigamente*. Fotografia da Casa Alvão, c. 1940. Col. Centro Português de Fotografia (PT/CPF/ALV/002718).
▶ *Trabalho mecanizado na Quinta da Costa de Baixo, actualmente*. Col. Bulas.

águas do Rio Douro na ampla albufeira de Bagaúste veio submergir os terrenos quase até à linha de caminho-de-ferro, ao mesmo tempo que transformou o rio inconstante de outrora num lago sereno. Muito antes disso, em 1880, a construção da via-férrea tinha já subtraído uma parte das terras da quinta. As casas, com os antigos lagares e a adega, são modestas, tendo sofrido sucessivas obras de restauro, adequadas à pequena exploração vinhateira, gerida pela Companhia da Agricultura das Vinhas do Alto Douro durante mais de um século, nada fazendo lembrar as origens fidalgas da quinta.

Ao longo da via-férrea e da margem do rio podem ainda observar-se antigas construções derruídas, as ruínas de casas e armazéns da Quinta do Cais, hoje integrada na Quinta da Costa de Baixo. Aquando da construção dessa casa, provavelmente na segunda década do século XX, foi reutilizado na ombreira da porta principal parte de um marco de 1761, trazido para aqui de uma outra quinta situada mais a norte, acima do ribeiro do Seixo. Em 2006, após o desmoronamento do referido portal, esse marco foi removido para o pátio da casa da Quinta da Costa de Baixo[1].

Subindo a encosta em direcção à casa principal da quinta, surge-nos outro velho armazém, provavelmente do século XVIII. E outro, ainda mais antigo, encontra-se junto à estrada que dá acesso à quinta. Numa vinha próxima, ergue-se um marco granítico da demarcação pombalina de 1758. Umas dezenas de metros a poente, o antigo portão de entrada da Quinta da Costa de Baixo exibe a data de 1836. A sul do pátio de entrada, localiza-se o grande armazém da quinta, com a data de 1840, evocando a época áurea da expansão vinhateira da quinta. Para norte, estende-se a casa de habitação, de dois pisos, já em grande parte reabilitada para corresponder aos novos projectos de enoturismo, nomeadamente com uma sala de visitas para degustação de vinhos. A poente, deparamos com uma extensa eira com grandes lajes de xisto e guardas de granito, testemunhando os tempos de crise vitícola de finais do século XIX, em que grande parte da propriedade terá sido votada à produção cerealífera.

As quintas da Costa de Baixo e da Foz Ceira, que hoje integram uma única exploração, na posse da empresa Bulas Family Estates, são o resultado de um longo processo histórico de investimento na vitivinicultura. Integradas na «paisagem cultural evolutiva e viva» do Alto Douro Vinhateiro, que a Unesco classificou, em 2001, como Património Mundial, estas quintas têm vindo a ser, gradualmente, recuperadas

1 FONSECA, Álvaro Baltasar Moreira da — *As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro*. Vol. 3. Porto: Instituto do Vinho do Porto, 1951, p. 163; FAUVRELLE, Natália (coord.) — *Marcos da Demarcação*. Peso da Régua: Fundação Museu do Douro, 2007, p. 118. Actualmente, este marco encontra-se no Museu do Douro, em Peso da Régua, tendo sido cedido por empréstimo para uma exposição.

▶ *Ruínas da antiga Quinta do Cais*. Fotografia de Natália Fauvrelle, 2005. Col. Bulas.
▶ *Parte do marco da adição à demarcação de 1761*. Fotografia de Natália Fauvrelle, 2005. Col. Bulas.

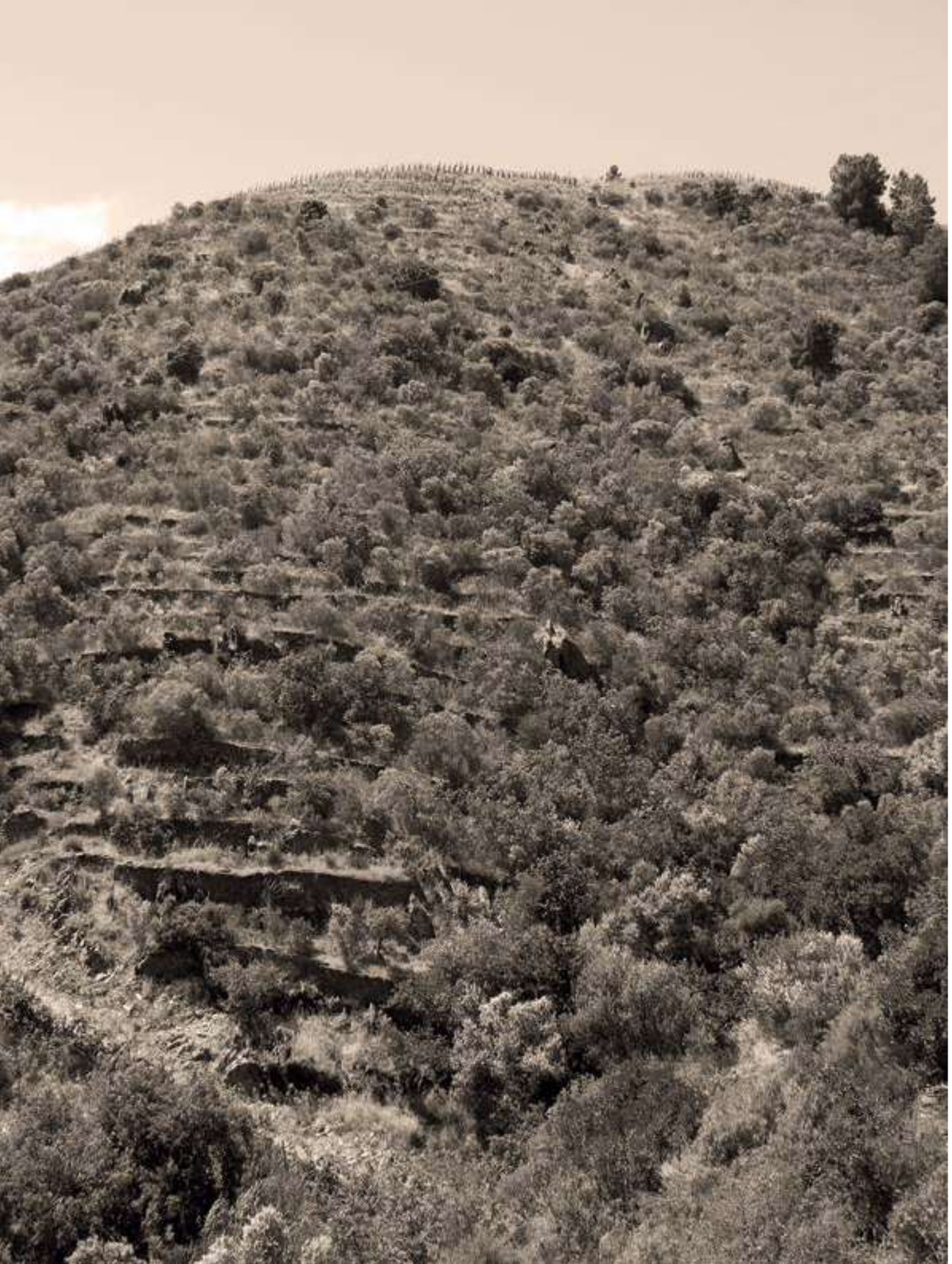
e modernizadas, para garantir a sustentabilidade económica da sua exploração e, ao mesmo tempo, salvaguardar os valores patrimoniais e o equilíbrio ambiental do lugar.

O estudo da história destas quintas coloca algumas dificuldades insuperáveis. O facto de se tratar de uma exploração vitícola resultante do emparcelamento de várias quintas e terras vizinhas, que passaram por diversos proprietários, traduziu-se na dispersão, desaparecimento ou destruição de diversos acervos documentais familiares. Apesar disso, foi possível reunir documentação significativa em arquivos públicos, em particular no Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, actualmente depositado no Museu do Douro, que guarda numerosos documentos relacionados com a Quinta da Foz Ceira, desde o início do século XIX a meados do século XX, período em que essa quinta, propriedade do fidalgo Gonçalo Cristóvão e dos seus descendentes, foi administrada por aquela Companhia. Também nesse arquivo foi possível recolher informações sobre as produções de vinhos das quintas da Costa de Baixo e da Foz Ceira, nos *Livros de Arrolamentos de Vinhos da Companhia*, desde a década de 1770 a meados do século XIX. E o Arquivo do Instituto do Vinho do Porto, igualmente depositado no Museu do Douro, forneceu alguma documentação para as últimas décadas do século XX. Devo expressar aqui o meu agradecimento público pelas facilidades concedidas pelos responsáveis desse Museu para a consulta e digitalização de muitos desses documentos. Outros arquivos, em especial o Arquivo Distrital de Vila Real, com importantes fundos digitalizados e disponíveis *on-line*, mas também o Arquivo do Centro de Estudos Vitivinícolas do Douro e o Arquivo da Conservatória do Registo Predial de Vila Real, ajudaram a reunir informação, que, juntamente com a que foi cedida pela família Bulas Cruz, permitiu compreender alguns dos principais momentos da história das quintas da Foz Ceira e da Costa de Baixo. Na tarefa de reunir essa documentação, pude contar com a ajuda do Pedro Abrunhosa Pereira, que me forneceu também outras informações preciosas, resultantes de levantamentos de terreno, realizados durante várias semanas em que calcorreou as quintas da família Bulas Cruz.

◀ *Portal da Quinta do Cais, em cuja construção tinha sido reutilizado o marco de 1761*. Fotografia de José Afonso Bulas Cruz, c. 1980. Col. Bulas.
▶▶ Páginas seguintes — *Sobreiro após retirada da cortiça, junto às ruinas das casas da Quinta do Melo*. Fotografia de Pedro Sarmento Costa, 2017. Col. Bulas.

2

As origens



2. As origens

2.1. Os senhores da terra

A história de muitas quintas durienses, onde se desenvolveu a arte de fazer vinhos finos, é antiquíssima. Na freguesia de Gouvinhas, essa vocação vinícola remonta à época romana, como revelam diversos vestígios arqueológicos. Na vizinha Quinta do Crasto, foi descoberta, recentemente, a estrutura de um lagar desse tempo, a par de uma moeda do imperador Constantino II (337-340) e imensos fragmentos de cerâmica da mesma época, em especial de *dolia* (talhas para armazenamento de vinho)[2]. Poucos quilómetros a Noroeste, no limite das freguesias de Canelas e Poiares, a *villa* fortificada que domina o sítio da Fonte do Milho, classificada como monumento nacional, evidencia essa presença romana neste território há quase dois milénios, entre o século I e o século V, e o seu envolvimento na produção vitivinícola, como demonstram os vestígios de uma *cellavinaria*, de um lagar e de abundantes fragmentos de *dolia*[3].

Após o final do Império romano, o vale do Douro, como todos os territórios das anteriores províncias da Galécia e da Lusitânia, foi ocupado por suevos e visigodos, entretanto cristianizados. E, no século VIII, sofreria a invasão de algaras mouriscas, tornando-se palco, durante quase três séculos, de guerras entre cristãos e muçulmanos. Nesses tempos conturbados, em que se estruturou a sociedade feudal, o domínio

2 PEREIRA, Pedro — *Quinta do Crasto – Relatório de Trabalhos Arqueológicos*, Junho 2017; PEREIRA, Gaspar Martins — *Quinta do Crasto. Uma história que vem de longe (1615-2018)*. Porto: Quinta do Crasto, 2018, p. 56-60.

3 ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de (coord.) — *História do Douro. I–A Antiguidade*. Porto: GEHVID/Afrontamento, 2006, p. 374-375; PEREIRA, Pedro Abrunhosa — *O vinho na Lusitânia*. Porto: CITCEM, 2017, p. 90-96.

◀ *Mortórios de antigas vinhas, cobertos por vegetação espontânea na Quinta do Sol*. Fotografia de Filipa Soares, 2020. Col. Bulas.

sobre a terra e os camponeses passou a ser exercido por uma elite guerreira, através da presúria ou de doações e herdamentos. Tal como em outras zonas do Douro e do país, no momento em que Portugal se formava como reino independente, no século XII, a posse senhorial da terra, símbolo de poder e de prestígio social, repartia-se entre a nobreza e o clero. Em Gouvinhas, a documentação dessa época, como o *Foral* de 1256, do reinado de D. Afonso III[4], ou as *Inquirições* de 1288, ordenadas por D. Dinis[5], aponta para uma forte presença de fidalgos herdadores e, como acontecia por toda a zona do Douro, para a actividade vitícola, como se deduz pela frequência dos foros e outros tributos pagos em vinho. No entanto, com maior ou menor evidência, os documentos das épocas medieval e moderna apontam também para uma agricultura de subsistência, incluindo terras de pão, soutos, olivais e outras culturas, a par da criação de gado e da caça.

Desde o final da Idade Média, entre os séculos XIV e XVI, parece ter-se desenvolvido em diversas zonas do Douro a produção de vinhos para abastecer o mercado portuense e, a partir daí, outros mercados mais distantes. Nos séculos seguintes, ao longo da Época Moderna, cresceu o envolvimento duriense na vitivinicultura, a par da exploração de outros produtos com vocação mercantil, como o sumagre.

Na viragem do século XVII para o século XVIII, numa época em que se desenvolveu a exportação de vinhos generosos do Douro para Inglaterra, aparecem-nos já referências documentais explícitas às quintas da Costa de Baixo e da Foz Ceira como unidades de exploração vitivinícola.

Em Abril de 1698, a Quinta da Foz Ceira estava na posse de diversos herdeiros de uma família fidalga de Vila Real. O documento analisado refere-se a D. Isabel de Bessa, casada em segundas núpcias com Serafim de Sousa Pinto, residentes na sua Quinta do Paço, em Arroios, e às irmãs do seu primeiro marido (João Teixeira de Miranda), Joana Teixeira de Miranda, solteira, também aí residente, Sofia Teixeira de Miranda, já viúva do licenciado António Leite de Aguiar, moradora em Vila Real, Guiomar Borges de Miranda, casada com Jerónimo de Barros de Bessa, de Favaios, e Marta Botelho de Miranda, casada com Baltasar Barroso, de Vila Pouca de Aguiar. Essa divisão por um número significativo de proprietários, cujas trajectórias de vida os fizeram dispersar por outras terras, onde possuíam muitos bens de raiz, a par das dificuldades de grandejeio da Foz Ceira e demais propriedades em Gouvinhas, teria aconselhado a venda da quinta, numa época em que a grande procura e a valorização dos vinhos generosos do Douro pelo mercado britânico faziam aumentar o preço das boas quintas produtoras na região de origem, havendo muita gente interessada na sua compra, com o intuito de se envolver no negócio do vinho.

Vale a pena seguir a trajectória de D Isabel de Bessa, que aparece casada com Serafim de Sousa Pinto no documento que analisámos. Nascida em Favaios, no seio de uma família abastada, filha de Pedro de Bessa de Barros da Mesquita, morgado do Espírito Santo, fidalgo da Casa Real e capitão-mor da vila de Favaios, e de Inês de Barros e Bessa, D. Isabel casara, em 1690, por procuração, com o fidalgo João Teixeira de Miranda, filho de Jorge Teixeira de Miranda, já falecido, morador na sua Quinta de Arroios, em Vila Real[6]. O marido poucos meses terá sobrevivido ao casamento, sendo já falecido quando nasceu o filho do casal, João, em 11.04.1691[7].

A viúva, D. Isabel, continuou a viver na Quinta do Paço, em Arroios. A sua situação não seria desafogada, devido às muitas dívidas deixadas pelo marido, provavelmente devido à construção ou obras realizadas no solar do Paço. Mas o seu pai apoiará o seu casamento, em segundas núpcias, com Serafim de Sousa Pinto, de uma família de notáveis de Vila Real (filho de Serafim de Sousa Pinto e de Dona Maria Botelha), dotando-a com 600$000 réis[8]. Menos de quinze dias depois, Jerónimo de Barros e Bessa, também capitão-mor de Favaios, e casado com Guiomar Borges de Miranda (provavelmente irmã do primeiro marido de D. Isabel), tomou para si a responsabilidade do dote a sua irmã[9].

Entre 1695 e 1703, o casal teve seis filhos (Manuel, Luís, António, Miguel, Isabel e Serafim). Não sabemos o que terá motivado o casal a sair da casa do Paço, em data incerta, entre o nascimento dos dois últimos filhos, fixando residência na freguesia de S. Pedro, no centro de Vila Real[10].

Serafim de Sousa Pinto terá falecido pouco depois do nascimento do seu filho

4 HERCULANO, Alexandre (ed.) — *Portugaliae Monumenta Historica. Leges et Consuetudines*, I. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1866, p. 666.

5 SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de (ed.) — *Portugaliae Monumenta Historica*. Nova série. Vol. IV/2: Inquisitiones: *Inquirições gerais de D. Diniz de 1288, Sentenças de 1290 e Execuções de 1290*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2015, p. 176-177.

6 Arquivo Distrital de Vila Real. Notariais. 5.º Cartório Notarial de Vila Real — Livro de notas, 1687-1690. Procuração de João Teixeira de Miranda a Paio de Barros, 18.05.1690, fl. 83v-84.

7 Arquivo Distrital de Vila Real. Paroquiais. Arroios — Livro de registo de baptismos, 1671-1705, fl. 29.

8 Arquivo Distrital de Vila Real. Notariais. 8.º Cartório Notarial de Vila Real — Livro de notas, 1694-1695. Dote de Pedro de Bessa de Barros, da vila de Favaios, a sua filha D. Isabel, 30.04.1694, fl. 12-13.

9 Arquivo Distrital de Vila Real. Notariais. 2.º Cartório Notarial de Vila Real — Livro de notas, 1693-1695. Obrigação e expromissão de Jerónimo de Barros e Bessa, da vila de Favaios, a Serafim de Sousa Pinto, de Vila Real, 11.05.1694, fl. 51v-52.

10 Arquivo Distrital de Vila Real. Paroquiais. Arroios — Livro de registo de baptismos, 1671-1705; S. Pedro — Livro de registo de baptismos, 1698-1709.

homónimo (02.04.1703), pois, em Junho desse ano, D. Isabel aparece-nos, num outro acto notarial, como viúva, arrendando, por cinco anos, em seu nome e dos filhos, casas, terras e olivais, em Gouvinhas, ao Padre Domingos Botelho de Mendonça, vigário dessa paróquia, por 33$000 réis/ano[11].

Isabel de Bessa faleceu em Vila Real em 18.12.1708. No seu testamento, deixou ao irmão Jerónimo de Barros e Bessa, de Favaios, a responsabilidade pela tutoria dos seus filhos menores[12].

Não sabemos desde quando a família Teixeira de Miranda possuía a Quinta da Foz Ceira (e outras casas e terras em Gouvinhas[13]) nem o momento em que terá começado a investir na produção de vinho, mas, nessa altura, a descrição da propriedade revela-nos que a Foz Ceira dispunha já das estruturas de uma quinta vinhateira, com «uma vinha com seu lagar, dorna, casas de adegas, tonéis, com suas oliveiras que estão no meio das vinhas, com seus montes ao redor das ditas vinhas». Tal como hoje limitada a Sul e a Poente pelos rios Douro e Ceira, a quinta possuía ainda um «nasceiro» num desses rios, o que valorizava a propriedade, por ser garantia de pesca abundante.

Pela escritura que temos vindo a analisar, a quinta foi vendida a um tal Domingos Correia, solteiro, ferreiro da vila de Canelas, por 450$000 réis[14]. Por esses anos, esse ferreiro de Canelas investiu na compra de muitas outras propriedades, sobretudo na sua zona de residência, o que permite inferir da sua ascensão social, tornando-se um lavrador abastado[15]. No entanto, não manteve a posse da Quinta da Foz Ceira por muito tempo. Desconhecemos quando e por que razão a vendeu, mas, poucos anos depois, a quinta pertencia a um influente homem de negócios de Vila Real, irmão de várias confrarias e da Misericórdia, Domingos Pereira Corgo, meirinho do Contrato do Tabaco, que, em Novembro de 1707, ao arrendar o contrato dos tabacos da comarca de Chaves por três anos, juntamente com o seu sócio José Moreira Pinto, deu por garantia,

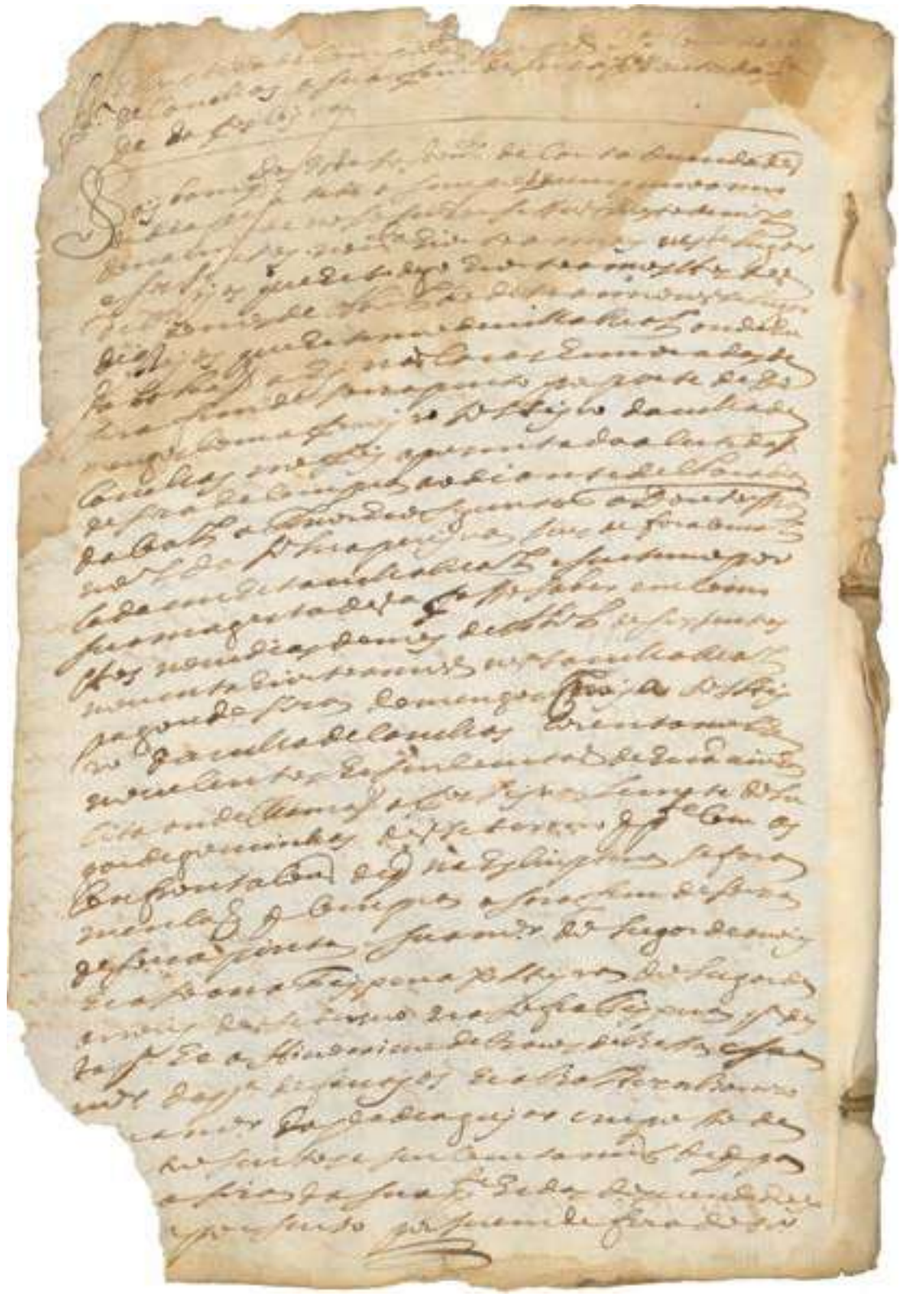
11 Arquivo Distrital de Vila Real. Notariais. 5.º Cartório Notarial de Vila Real — Livro de notas, 1703-1704. Escritura de arrendamento, 15.06.1703, fl. 15-15v.

12 Arquivo Distrital de Vila Real. Paroquiais. S. Pedro — Livro de registo de testamentos, 1707-1716, fl. 12v-14.

13 Em 1644, numa escritura de emprazamento de terras em Gouvinhas, Jorge Teixeira de Miranda, de Arroios, aparece-nos já como possuidor de terras junto às Aguaneiras, confrontantes com uma das leiras desse prazo. Arquivo Distrital de Vila Real. Notariais. 5.º Cartório Notarial de Vila Real — *Livro de notas*, 1644-1645, fl. 79v.

14 Arquivo Distrital de Vila Real. Notariais. 5.º Cartório Notarial de Vila Real — *Livro de notas*, 1696-1698. Escritura de 10.04.1698, fl. 146v-149.

15 Veja-se, por exemplo, Arquivo Distrital de Vila Real. Notariais. 1.º Cartório Notarial de Canelas — *Livros de notas*, 1699-1701, 1701, 1702-1703. Diversas escrituras.



▶ *Primeira página da escritura de venda da Quinta da Foz Ceira, em 10.04.1698*. Arquivo Distrital de Vila Real. Livro de notas do 5.º Cartório Notarial de Vila Real, 1696-1698, fl. 146v.

além de outras propriedades em Alvações do Corgo e em Vila Real, a sua Quinta da Foz Ceira, «que consta de vinhas, olivais, terras de pão, casas sobradadas e telhadas, com sua adega, louças e lagar, que parte de uma banda com o dito Rio Douro e da outra com o Rio Ceira, que bem vale tudo de compra para sempre dois mil cruzados»[16], ou seja, 960$000 réis[17], o que significa que, em menos de uma década, o valor da quinta mais do que duplicou.

Talvez motivados pela crescente procura e pelo aumento do preço dos vinhos, no início do século XVIII, Domingos Pereira Corgo e sua mulher, Luzia Martins de Carvalho, investiram na Quinta da Foz Ceira. Construíram uma nova adega e compraram direitos de utilização de água às suas vizinhas, proprietárias de vinhas na Costa (onde hoje se situa a Quinta da Costa de Baixo), Luísa de Sousa, viúva de Francisco Botelho Correia, e suas filhas Clara Maria Botelho, solteira, e D. Maria de Vasconcelos, esta já viúva de Paulo de Carvalho e Melo, moradoras na sua quinta em Donelo.

Vale a pena analisar essa escritura de compra, efectuada em Outubro de 1710, que incluiu, além de «um lodeiro com cinco oliveiras, com seu terrado», confinante com a Foz Ceira, a «servidão de uma levada de água pelo fundo da vinha da Costa». Como aí se contratava, a água «que o comprador há-de tirar do fundo da sua vinha [das vendedoras] que têm no sítio da Costa, aonde mais conveniente for ao comprador para poder cursar água à sua casa da adega que o comprador fez na sua Quinta de Foz Ceira, de sorte que a levada da dita água há-de ir pelo fundo da vinha e terras de monte delas vendedoras». E, mais adiante, as senhoras de Donelo autorizavam Domingos Pereira Corgo a construir «uma levada com sua calçada para poder levar a dita água com sua serventia por cima da parede da levada por donde se vá encaminhar e guiar a dita água de sorte que lhe não façam prejuízo à sua fazenda, com declaração que elas vendedoras tirarão toda a água que lhe for necessária para regarem todo o fruto que tiverem da parte de baixo da dita levada ou terra a qual lhe não poderão impedir os compradores e depois de regar não usarão mais da dita água elas vendedoras e no caso que haja poça onde se faz açuda ficará para elas vendedoras a mandar caçar sem que se abra a levada e todas as vezes que a eles compradores lhe faltar a água na sua quinta assim para regar como para limar a poderão vir guiar e buscar nem tão-pouco elas vendedoras lhe poderão impedir o vi-la buscar e guiar e ficando-lhe a elas vendedoras a faculdade de regar

16 Arquivo Distrital de Vila Real. Notariais. 3.º Cartório Notarial de Vila Real — *Livro de notas*, 1706-1709. Escritura de 06.11.1707, fl. 72v-74v.

17 Nessa altura, o cruzado equivalia a 480 réis.

◀ *Retrato a óleo do Gonçalo Cristóvão (1779-1832)*. Reprodução de fotografia gentilmente autorizada pelo Sr. Dr. Gonçalo Xavier Silvano, publicada no seu livro *A Capela de São Brás em Vila Real*, Porto, Afrontamento, 2016, p. 103.

com a dita água na forma acima declarada e saindo água fora bastante para regar e limar o dito comprador a sua quinta não entrarão na quinta delas vendedoras»[18].

A quinta das vendedoras, acima da Quinta da Foz Ceira, era, certamente, a Quinta da Costa de Baixo, embora ainda sem essa denominação, pertencendo à mesma família de Donelo pelo menos desde finais do século XVII[19].

Em 1711, devido aos investimentos realizados por Domingos Pereira Corgo, a Quinta da Foz Ceira era avaliada em quatro mil cruzados[20], o dobro do preço que lhe fora atribuído quatro anos antes. Porém, as vicissitudes familiares e a rede de negócios de Domingos Pereira Corgo terão levado, alguns anos depois, à passagem da posse da Quinta da Foz Ceira para o poderoso Bernardo José Teixeira Coelho de Melo Pinto da Mesquita (1684-1738), de Vila Real, jovem fidalgo da Casa Real, senhor de Sergude e da Teixeira, morgado de Abaças e de S. Brás, casado com D. Mariana Francisca Pereira da Silva, herdeira da Casa do Bonjardim, do Porto.

Não sabemos quando ocorreu a venda da Foz Ceira ao fidalgo da Teixeira, mas supomos que possa ter sido pouco antes da morte de Domingos Pereira Corgo, em 1715, pois este deixara anotadas no seu testamento diversas dívidas, entre as quais 16 moedas de ouro que lhe devia Bernardo José Teixeira. É possível que tal dívida se relacionasse com parte do valor da quinta que ainda não tivesse sido paga pelo fidalgo. De resto, as notas que deixara no seu testamento indiciam relações próximas entre Domingos Pereira Corgo e a família Teixeira Coelho, já que o testador pediu para serem entregues a Francisco José, sobrinho do senhor da Teixeira, os «róis, com suas capas de pergaminho», onde apontara outras dívidas[21].

Os novos proprietários da Quinta da Foz Ceira, Bernardo José Teixeira Coelho de Melo Pinto da Mesquita e D. Mariana Francisca Pereira da Silva, faleceram, respectivamente, em 1738 e 1739[22], passando a quinta e muitas outras propriedades para o seu

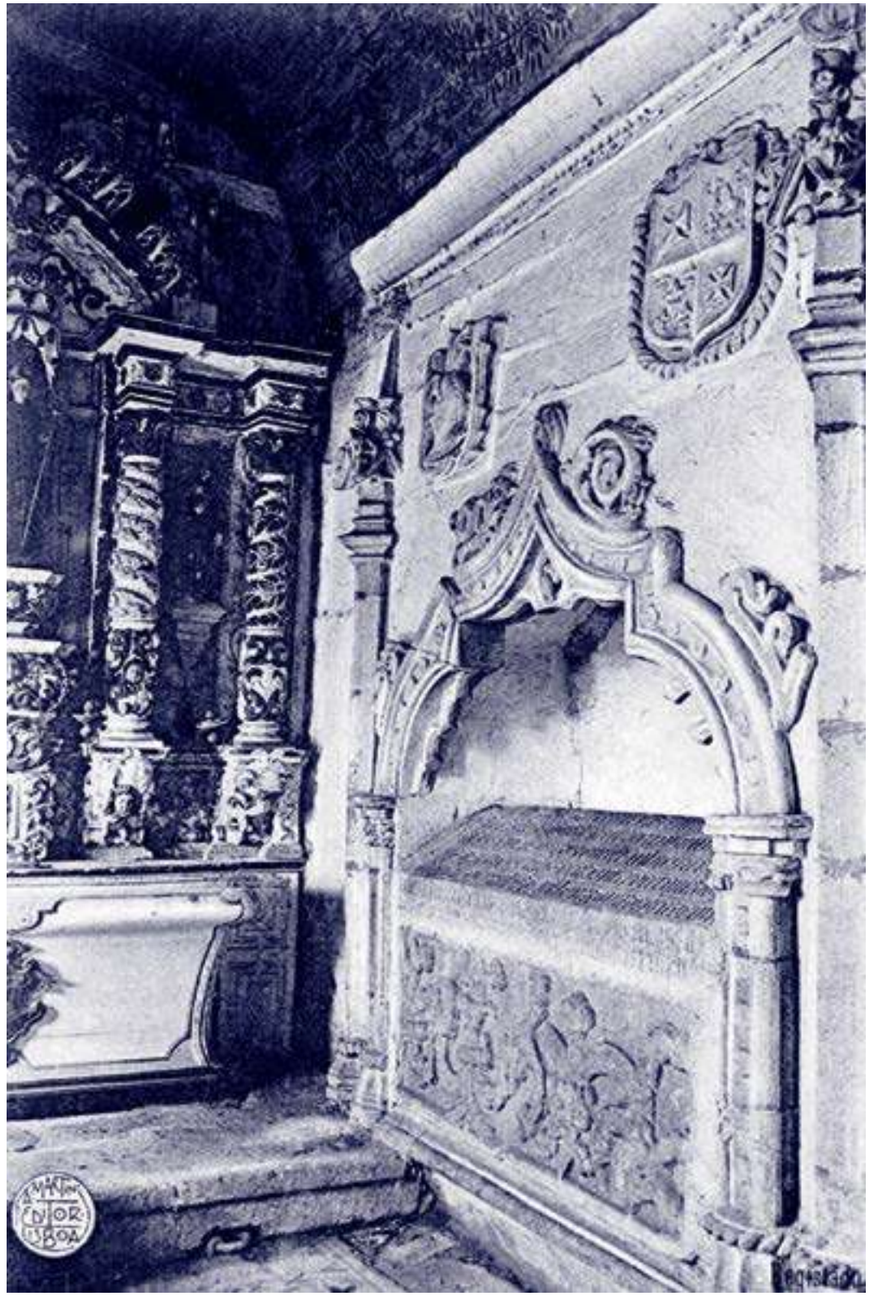
18 Arquivo Distrital de Vila Real. Notariais. 7.º Cartório Notarial de Vila Real — *Livro de notas*, 1710-1711. Escritura de 31.10.1710, fl. 72v-74v.

19 Na escritura de venda da Quinta da Foz Ceira, em 1698, indica-se como confrontante a mesma Luísa de Sousa, de Donelo. Arquivo Distrital de Vila Real. Notariais. 5.º Cartório Notarial de Vila Real — *Livro de notas*, 1696-1698. Escritura de 10.04.1698.

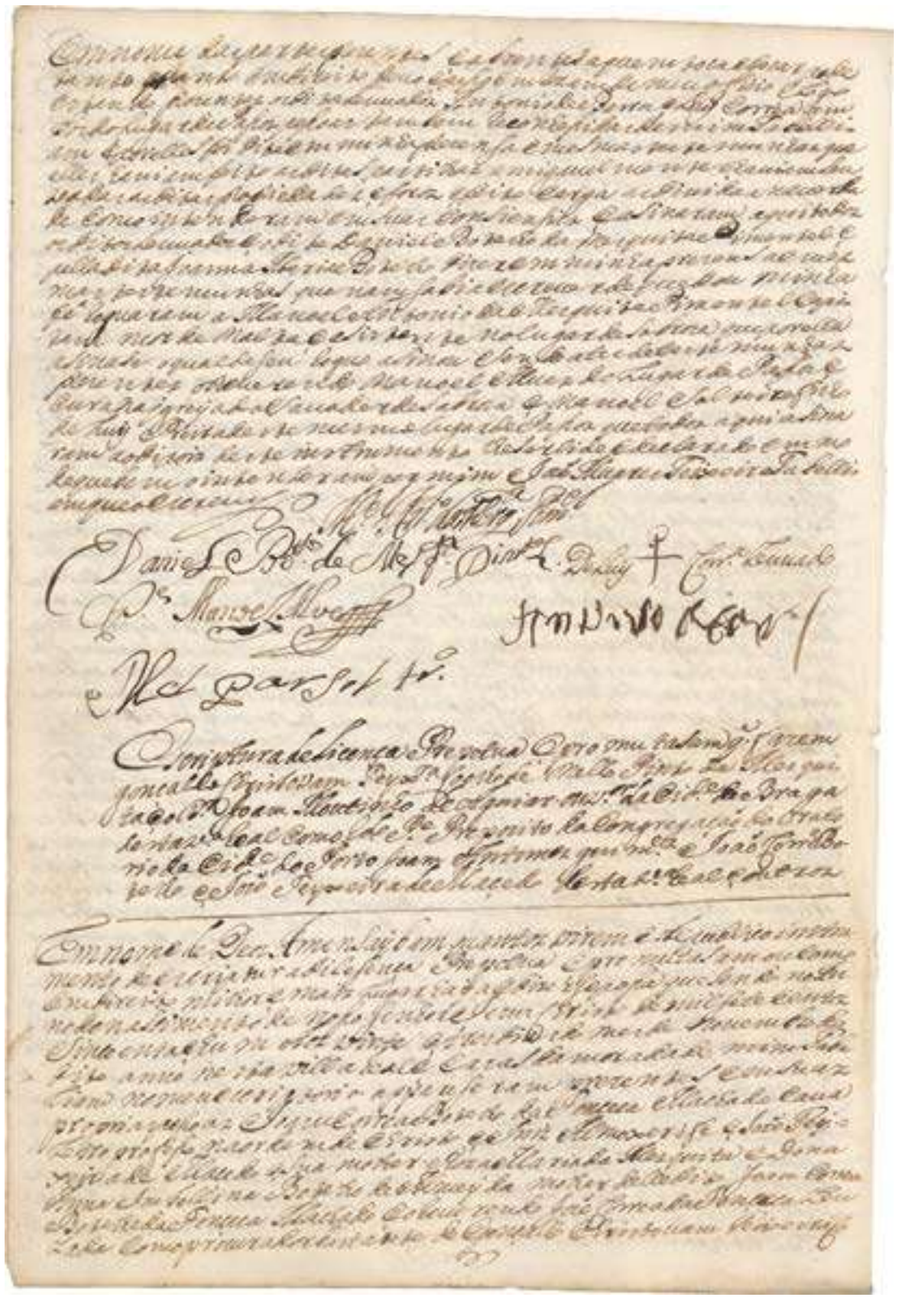
20 Arquivo Distrital de Vila Real. Notariais. 4.º Cartório Notarial de Vila Real — *Livro de notas*, 1706-1709. Escritura de 20.05.1711, fl. 41v-42.

21 Arquivo Distrital de Vila Real. Paroquiais. S. Pedro de Vila Real — *Livro de registo de óbitos*, 1707-1716, fl. 111v-112.

22 Bernardo José Teixeira Coelho de Melo Pinto da Mesquita, baptizado na paróquia de S. Pedro de Vila Real em



▶ *Túmulo de João Teixeira de Macedo, do século XV, na capela de S. Brás, em Vila Real. No início do século XVIII, o morgadio de S. Brás pertencia a Bernardo José Teixeira Coelho de Melo Pinto da Mesquita, que se tornou também senhor da Quinta da Foz Ceira*. Postal ilustrado, 1904. Col. Elísio Amaral Neves.



filho varão, Gonçalo Cristóvão Teixeira Coelho de Melo Pinto da Mesquita, então com vinte e poucos anos.

Alguns anos mais tarde, em 1751, altura em que residia em Lisboa, Gonçalo Cristóvão aparece-nos numa «escritura de licença perpétua e permutação», assinada, através de um seu procurador, com a Congregação do Oratório de S. Filipe Néri da cidade do Porto e com outros proprietários de quintas das redondezas, entre os quais João Antunes Guimarães, do Porto, João Correia Botelho e José Teixeira de Macedo, de Vila Real, para a construção e servidão de uma estrada desde a Quinta da Siderma, dos padres do Oratório, até ao cais no rio Douro, junto à Quinta da Foz Ceira, incluindo a construção de uma ponte de traves de madeira lajeada de pedra sobre o Rio Ceira, para facilitar o transporte e o embarque dos vinhos dessas quintas[23]. Como se deduz das *Memórias Paroquiais* de 1758, o cais da Foz Ceira seria mesmo o único existente em toda a freguesia, o que aumentaria a sua importância estratégica, numa zona povoada de quintas vinhateiras e com maus acessos terrestres: «Dentro dos limites desta freguesia não têm suas margens [do Rio Douro] povoação alguma, só se acha um porto ou cais onde embarcam e desembarcam em todo o tempo as coisas necessárias para o uso humano»[24].

A vizinha Quinta da Costa pertencia, desde finais do século XVII, a D. Luísa de Sousa Pereira, filha de Tomé de Araújo e Sousa e Ana Ferreira de Azevedo, da Casa de Donelo, e já viúva de Francisco Botelho Correia[25]. Depois de casar, por volta de 1665, Luísa fora viver para Sabrosa com o marido, onde tiveram pelo menos quatro filhos[26].

18.09.1684, faleceu na sua casa de Sergude, em Felgueiras, em 20.09.1738, e D. Mariana Francisca Pereira da Silva faleceu, também aí, em 12.10.1739. Arquivo Distrital de Vila Real. Paroquiais. S. Pedro — *Livro de registo de baptismos*, 1672-1698, fl. 58v; Arquivo Distrital do Porto. Paroquiais. Sendim — *Livro de registo de óbitos*, 1712-1744, fl. 167 e 168v.

23 Arquivo Distrital do Porto. Congregação do Oratório de São Filipe Néri, Porto — *Livro das Sentenças*, 1685-1790, fl. 150-165v; Arquivo Distrital de Vila Real. Notariais. 6.º Cartório Notarial de Vila Real — *Livro de notas*, 1750-1752. Escritura de 23.11.1751, fl. 84-87v.

24 *Apud* CAPELA, José Viriato (coord.) — *As freguesias do distrito de Vila Real nas Memórias Paroquiais de 1758. Memórias, História e Património*. Braga: ed. autor, 2006, p. 425.

25 Filho do doutor Francisco Botelho Correia, de Vila Real, e de sua mulher Maria de Vasconcelos. Arquivo Distrital de Braga — *Inquirições de Genere*. Inquirição *de genere* de Manuel Botelho Correia, para tomar ordens, 13.07.1696. Agradeço esta informação e outras relacionadas com a genealogia das famílias Carvalho e Melo / Sampaio e Melo ao Dr. Manuel Sampaio Graça.

26 Joana, n. 28.01.1667, Maria, n. 27.10.1668, Manuel, b. 14.03.1671, e Clara, n. 11.11.1673. Arquivo Distrital de Vila Real. Paroquiais. Sabrosa — *Livro de registo de baptismos*, 1629-1685, fl. 58, 60, 64v-65 e 73v.

◀ *Primeira página da escritura de licença para passagem de uma estrada pela Quinta da Foz Ceira, para transporte de vinhos para o cais de embarque, feita entre Gonçalo Cristóvão, proprietário dessa quinta, e o representante da Congregação do Oratório do Porto e outros proprietários de quintas vizinhas, 23.11.1751.* Arquivo Distrital de Vila Real. Livro de Notas do 6.º Cartório de Vila Real, 1750-52, fl. 83v.

Quando nasceu a sua filha mais nova, Clara, em Novembro de 1673, o marido tinha já falecido, não sabemos em que circunstâncias. Com as quatro crianças, Luísa deve ter regressado por essa altura para a casa paterna, a Quinta de Donelo.

Durante várias décadas, até falecer, em 1728, D. Luísa de Sousa Pereira administrou as vastas propriedades da Casa de Donelo, primeiro, com a ajuda das suas filhas Maria de Vasconcelos e Clara Botelho e, mais tarde, também do seu neto Paulo. A filha mais velha, Joana, deve ter falecido ainda jovem e o filho Manuel seguiria a carreira eclesiástica, tendo falecido em Braga, em 1703, com 32 anos[27].

D. Maria de Vasconcelos casou, com 17 anos, em 1685, com Paulo de Carvalho e Melo[28], fidalgo das casas nobres de Ribalonga e Espinhosa[29]. Mas o casamento durou apenas pouco mais de três anos, já que Paulo morreu de um acidente em Janeiro de 1689, deixando a viúva, D. Maria de Vasconcelos, então com 20 anos, com a filha Luísa de 16 meses e grávida de outro filho, que viria a nascer quase sete meses depois da morte do pai[30].

A filha Luísa Maria de Melo e Sampaio viria a casar, em Donelo, em 1714, com o morgado do Seixo, de Sernancelhe, Jorge de Figueiredo e Sousa, filho de Manuel de Figueiredo e Sousa e D. Maria Antónia de Carvalho, naturais da cidade de Almeida e senhores da Casa do Seixo, de Sernancelhe[31].

27 Faleceu em 17.05.1703. Arquivo Distrital de Vila Real. Paroquiais. Covas do Douro — *Livro de registo de óbitos*, 1682-1713, fl. 30v.

28 O casamento realizou-se na capela de Santa Maria Madalena, em Donelo, em 20.12.1685. Arquivo Distrital de Vila Real. Paroquiais. Covas do Douro — *Livro de registo de casamentos*, 1684-1714, fl. 1.

29 Paulo de Carvalho e Melo era filho de Garcia de Melo e Sampaio (este falecido em 1680, moço fidalgo da Casa Real, por alvará de 05.02.1671, 4.º senhor de Ribalonga, 3.º administrador dos morgados de Nossa Senhora da Graça de Ansiães, Juiz dos Órfãos de Castanheiro do Sul e Valença, em sucessão de seu sogro, por carta de 05.07.1651, capitão de Castanheiro do Sul, por carta de 29.07.1650, irmão da Misericórdia de S. João da Pesqueira, em 1650), e sua mulher (casou c. 1646) D. Francisca Pinto de Carvalho, baptizada em S. João da Pesqueira, em 09.08.1621, senhora da Casa da Espinhosa. Paulo de Carvalho e Melo era moço fidalgo da Casa Real (em sucessão de seu pai e avô, por alvará de 13.11.1666) e chegara a iniciar estudos na Universidade de Coimbra, onde se matriculara em *Instituta* em Outubro de 1683. Agradeço estas informações ao Dr. Manuel Sampaio Graça.

30 Paulo de Carvalho e Melo faleceu em Donelo, em 01.01.1689. Arquivo Distrital de Vila Real. Paroquiais. Covas do Douro — *Livro de registo de óbitos*, 1682-1713, fl. 105. Luísa nasceu em Donelo, em 02.09.1687; Paulo nasceu em Donelo, em 24.07.1689. Arquivo Distrital de Vila Real. Paroquiais. Covas do Douro — *Livro de registo de baptismos*, 1681-1709, fl. 49 e 53v.

31 O casamento foi celebrado na capela de Donelo, em 25.07.1714. Arquivo Distrital de Vila Real. Paroquiais. Covas do Douro — *Livro de registo de casamentos*, 1684-1714, fl. 27-27v.

▶ *Pormenor da* Carta do Rio Douro e Paiz Vinhateiro, desde Barca d'Alva até S. João da Foz, *segundo o mapa do Barão de Forrester, gravado em 1848*. Este mapa está incluído no livro *Douro Ilustrado*, do Visconde de Villa Maior, publicado em 1876.

▶ *Barco rabelo, utilizado no transporte de vinho*. Fotografia da Casa Alvão, c. 1940. Col. Centro Português de Fotografia (PT/CPF/ALV/003383).

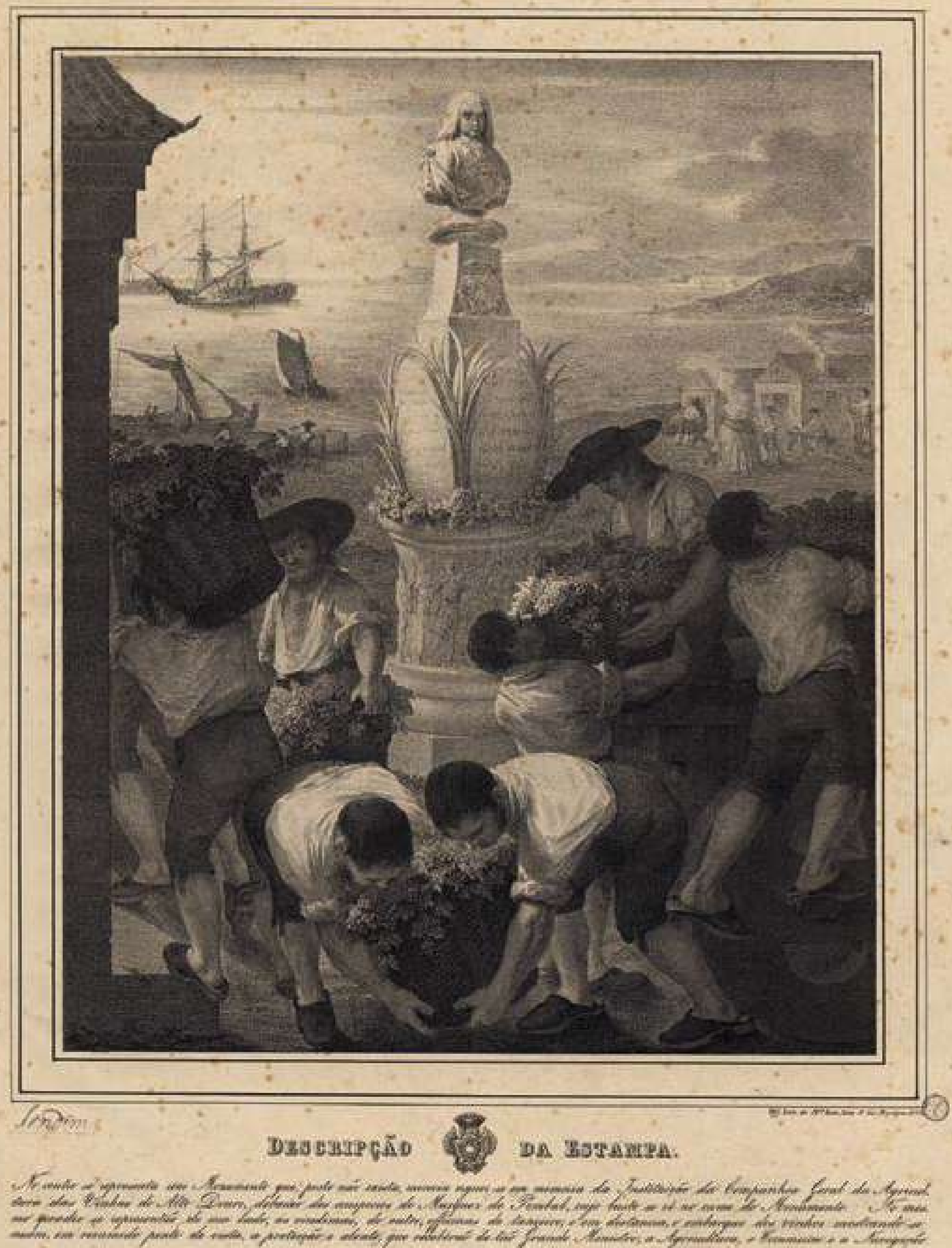
O irmão de Luísa, Paulo de Carvalho e Melo, manteve-se solteiro, mas, como veremos, teve dois filhos, que viria a legitimar. Continuando a viver na casa materna, o moço fidalgo da Casa Real[32] herdaria a Casa de Donelo, bem como a Quinta da Costa, após o falecimento de sua mãe, em 1724, e de sua avó, em 1728[33]. Acrescentaria ainda mais o seu património, com a herança de sua tia, D. Clara Botelho, que faleceu solteira em 1734[34].

32 O alvará de «moço fidalgo» foi-lhe concedido em 18.09.1702, tinha ele 13 anos. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Registo Geral de Mercês — *Mercês de D. Pedro II*, Livro 15, fl. 45v.

33 A mãe, D. Maria de Vasconcelos, faleceu em 01.10.1724, em Donelo; a avó, D. Luísa de Sousa Pereira, faleceu, também aí, em 15.04.1728. Arquivo Distrital de Vila Real. Paroquiais. Covas do Douro — *Livro de registo de óbitos*, 1713-1739, fl. 31v e 35v.

34 D. Clara Botelho faleceu solteira, em 19.01.1734, em Donelo. Arquivo Distrital de Vila Real. Paroquiais. Covas do Douro — *Livro de registo de óbitos*, 1713-1739, fl. 39v.

◀ *Registo de alvará de moço fidalgo da Casa Real de Paulo de Carvalho e Melo, da Casa de Donelo, 18.09.1702*. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Registo Geral de Mercês, Mercês de D. Pedro II, liv. 15, fl.45v.
◀ *Casa de Donelo, dos descendentes de Paulo de Carvalho e Melo, senhores da Quinta da Costa de Baixo durante mais de dois séculos*. Fotografia gentilmente autorizada pela família, na pessoa do Senhor Doutor António Carvalho Melo. Fotografia de Pedro Silva, 2020. Col. Bulas.



2.2. No tempo da demarcação dos «vinhos finos»

Em meados do século XVIII, com a crise comercial que afectou as exportações dos vinhos generosos do Douro para Inglaterra, baixaram muito os preços pagos aos lavradores por esses vinhos. Os grandes proprietários da região moveram influências junto da Corte e do poderoso Sebastião José de Carvalho e Melo, Secretário de Estado do Rei D. José. Tratava-se, afinal, do principal produto de exportação do Reino, cuja desvalorização tinha forte impacto na economia nacional. Daí que, num regime de despotismo esclarecido, o poder central tivesse interesse em acautelar a produção e o negócio desses vinhos, a par da protecção das elites envolvidas. O modelo encontrado, a pretexto da defesa da genuinidade do produto, contra fraudes e falsificações, e da valorização do respectivo preço, através do equilíbrio entre a oferta e a procura, foi o de uma companhia com poderes majestáticos, capaz de regular e controlar a produção, o transporte e o comércio dos «vinhos de feitoria», como então se designavam os melhores vinhos da região, que tinham como mercado quase exclusivo a Grã-Bretanha. Instituída por alvará régio de D. José, em 10 de Setembro de 1756, a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro ficou, desde logo, incumbida de proceder à demarcação da zona produtora de vinhos finos, que se tornou a mais antiga região vinhateira demarcada e regulamentada do mundo. O senhor da Quinta da Foz Ceira, Gonçalo Cristóvão Teixeira Coelho de Melo Pinto da Mesquita, foi um dos accionistas do Fundo Inicial da Companhia, tendo adquirido 10 acções por 4.000$0000 réis, que pagou em 15 de Dezembro de 1756[35].

As quintas da Foz Ceira, de Gonçalo Cristóvão, e da Costa de Baixo, de Paulo de Carvalho e Melo, foram incluídas na primeira demarcação de vinhos generosos, realizadas no terreno em 1758, com a adição de mais algumas propriedades em 1761, como testemunham os marcos graníticos que ainda aí se conservam.

No sítio da Costa, a demarcação de 1758, partindo do Rio Douro, começou a fazer-se, precisamente, no limite das duas quintas vizinhas, o que justificou que o primeiro marco colocado nessa zona fosse pago pelos seus proprietários. Leia-se o *Tombo das Demarcações*: «Sítio da Costa / Principia a demarcação deste terreno no mesmo Rio Douro para a parte do Norte dele, e na Foz do Rio Ceira, aonde para a parte do

35 SOUSA, Fernando de (coord.) — *A Real Companhia Velha. Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-2006)*. Porto: Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, 2006, p. 64; Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Documentos de Gonçalo Cristóvão*.

◀ *Estampa alegórica evocativa da Instituição da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro por Sebastião José de Carvalho e Melo*. Gravura de Maurício José do Carmo Sendim. Lisboa: Imprensa Nacional, 1838. Col. Biblioteca Nacional de Portugal. Cota E. 43 A.

Nascente do dito Ceira se pôs um marco à custa de Gonçalo Cristóvão Teixeira Coelho, de Vila Real, e de Paulo de Carvalho, de Donelo. [deve ser este marco o que ainda hoje se conserva na quinta com a inscrição «FEITORIA/MELO»] / E deste marco corre a demarcação pelo rio Ceira acima até chegar ao ribeiro das Aguaneiras, aonde se meteu outro marco para a parte do Nascente do dito rio Ceira em vinha do Padre António José de Macedo. [...] ficando neste círculo compreendidas cinco quintas, que são a de Gonçalo Cristóvão, de Vila Real = a de Paulo de Carvalho, de Donelo = a de Francisco José Taveira, de Vila Real = a do Padre André Álvares, Vigário de Roios = e a do Padre António José de Macedo, de S. Martinho de Anta»[36].

Nessa época, os vinhos finos de Gouvinhas, brancos e tintos, eram reputados entre os melhores do Douro, sendo muito procurados pelos exportadores ingleses, que os pagavam por preços elevados.

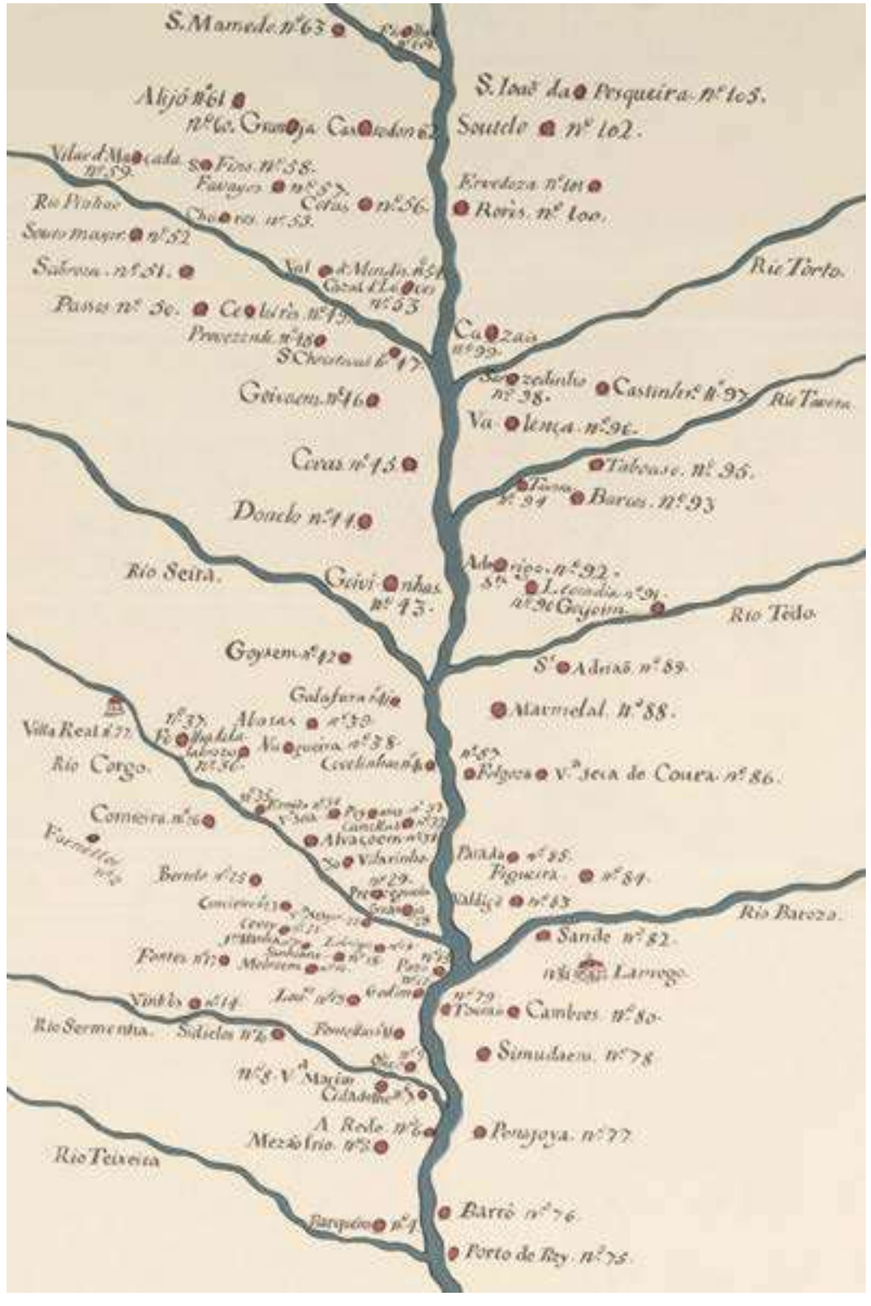
Nas *Memórias Paroquiais* desse ano de 1758, o pároco de Gouvinhas destacava: «A maior abundância de frutos, que nesta freguesia se colhem é de vinho muito fino, e de grande pulso e seguro, branco e tinto, que os ingleses costumam comprar e outros negociantes transportar para Inglaterra, Brasil e outros climas, pelos preços que as ocasiões permitem. E já houve anos em que o mais fino se vendeu nesta freguesia, a pipa, a cinquenta mil réis. Já um Inglês, que deste vinho transportado a Inglaterra, passados três anos em frasco [garrafa] o tornou por amostra pôr nesta terra sem corrupção»[37].

Entretanto, a preferência inglesa por vinhos retintos, fortes e encorpados fizera evoluir, nas décadas anteriores, quer o processo de vinificação, com a adição de aguardente durante a fermentação do mosto, quer a cultura da vinha, introduzindo novas castas e estimulando a enxertia e substituição de castas brancas por tintas.

Gouvinhas era célebre pelos seus excelentes vinhos brancos, como se pode ler nas *Memórias* de 1721, a par de outras informações interessantes: «Nesta freguesia se produz subtilíssimo vinho branco, muito azeite, mel bastante, pouco pão, muitas frutas temporãs, queijos como de Montemor, porcos monteses, coelhos e perdizes em quantidade; todo o fruto que a terra produz é muito subtil, e o mais selecto; é muito cálida de Verão, e os naturais secos e tostados e pobres pelos de fora possuírem naquela

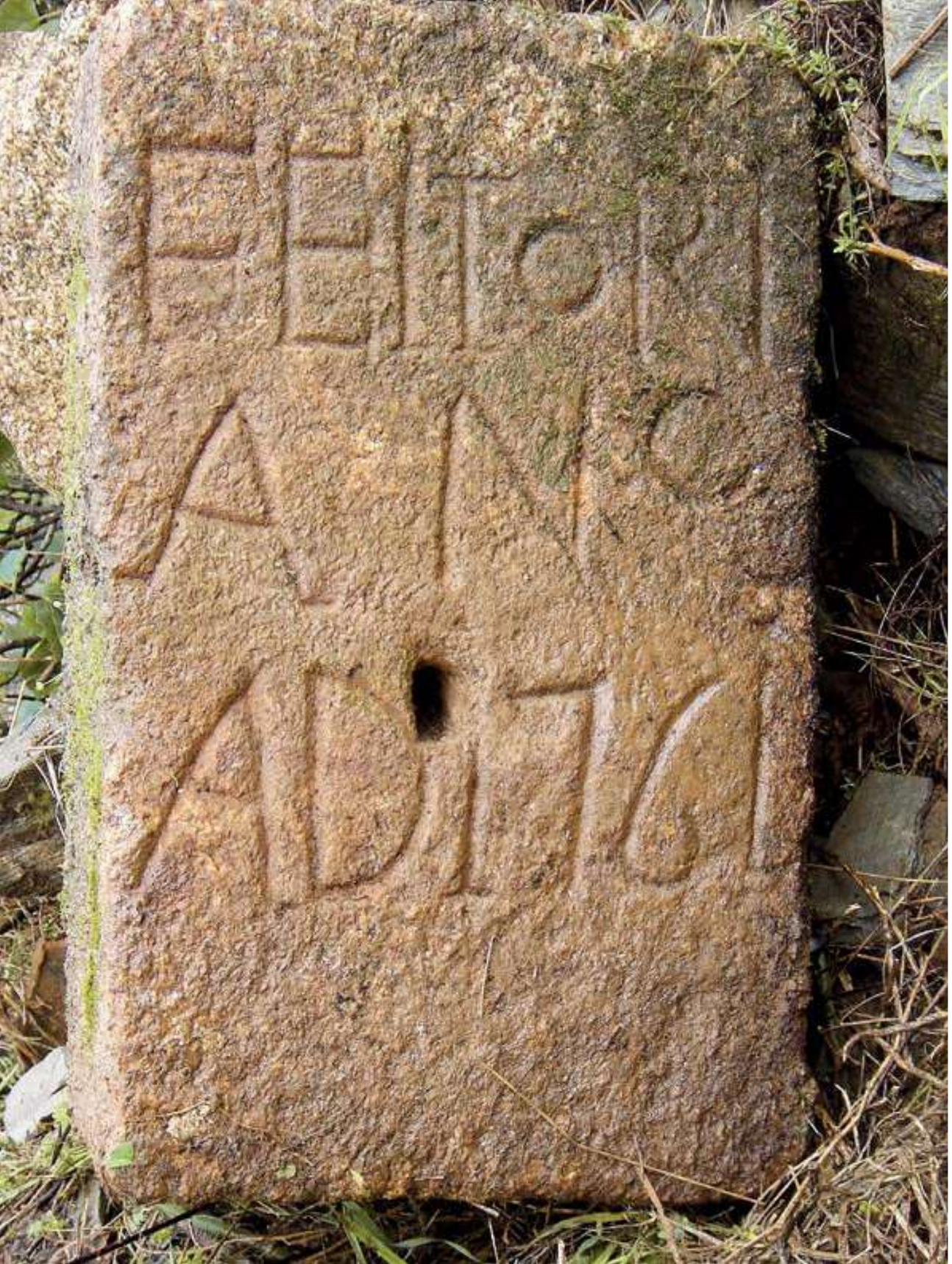
36 FONSECA, Álvaro Baltasar Moreira da — *As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro*. Vol. 2. Porto: Instituto do Vinho do Porto, 1950, p. 96-98; veja-se, também, FAUVRELLE, Natália (coord.) — *Marcos da Demarcação*. Peso da Régua: Fundação Museu do Douro, 2007, p. 117.

37 *Apud* CAPELA, José Viriato (coord.) — *As freguesias do distrito de Vila Real nas Memórias Paroquiais de 1758*, p. 424.



▶ *Pormenor do* Mapa das terras vizinhas ao Rio Douro que produzem vinhos que costumam conduzir-se à cidade do Porto para embarque, *1757* [reprodução de 1956]. Colecção Biblioteca Nacional de Portugal (cópia digital). Nota: Gouvinhas aparece referenciado com o número 43 na descrição e no mapa.

▲ ► *Marco da demarcação pombalina de 1758, na Quinta da Costa de Baixo*. Fotografias de Pedro Sarmento Costa, 2017. Col.Bulas.



freguesia muitas propriedades»[38]. O gosto britânico por vinhos retintos, que a legislação da Companhia acabou por consagrar, através da desvalorização dos preços dos vinhos brancos e outras medidas, iria traduzir-se na reconversão vitícola, através da enxertia de castas tintas, de tal forma que, em finais do século XVIII, a produção de vinhos brancos generosos era já bastante diminuta face à de tintos.

38 SOUSA, Fernando de; GONÇALVES, Silva — *Memórias de Vila Real*. Vol. 2. Vila Real: Arquivo Distrital de Vila Real/ Câmara Municipal de Vila Real, 1987, p. 413.

◀ *Parte do marco da adição à demarcação de 1761*. Fotografia de Natália Fauvrelle, 2005. Col. Bulas.
▶▶ Páginas seguintes — *Dedicatória de Álvaro Moreira da Fonseca para José Bulas Cruz*, no seu livro As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro. Edição do Instituto do Vinho do Porto, 1949-1951. Fotografia de Filipa Soares, 2021. Col. Bulas.

ALVARO MOREIRA DA FONSECA
ENG.º AGR.º
FEI
TO
RIA
758
As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro
III VOLUME
INSTITUTO DO VINHO DO PORTO
Ao Dr. Bulas Cruz
com um abraço amigo
de muita simpatia
oferece
Moreira da Fonseca
— Março —
— 1951 —
As Demarcações Pombalinas
No Douro Vinhateiro

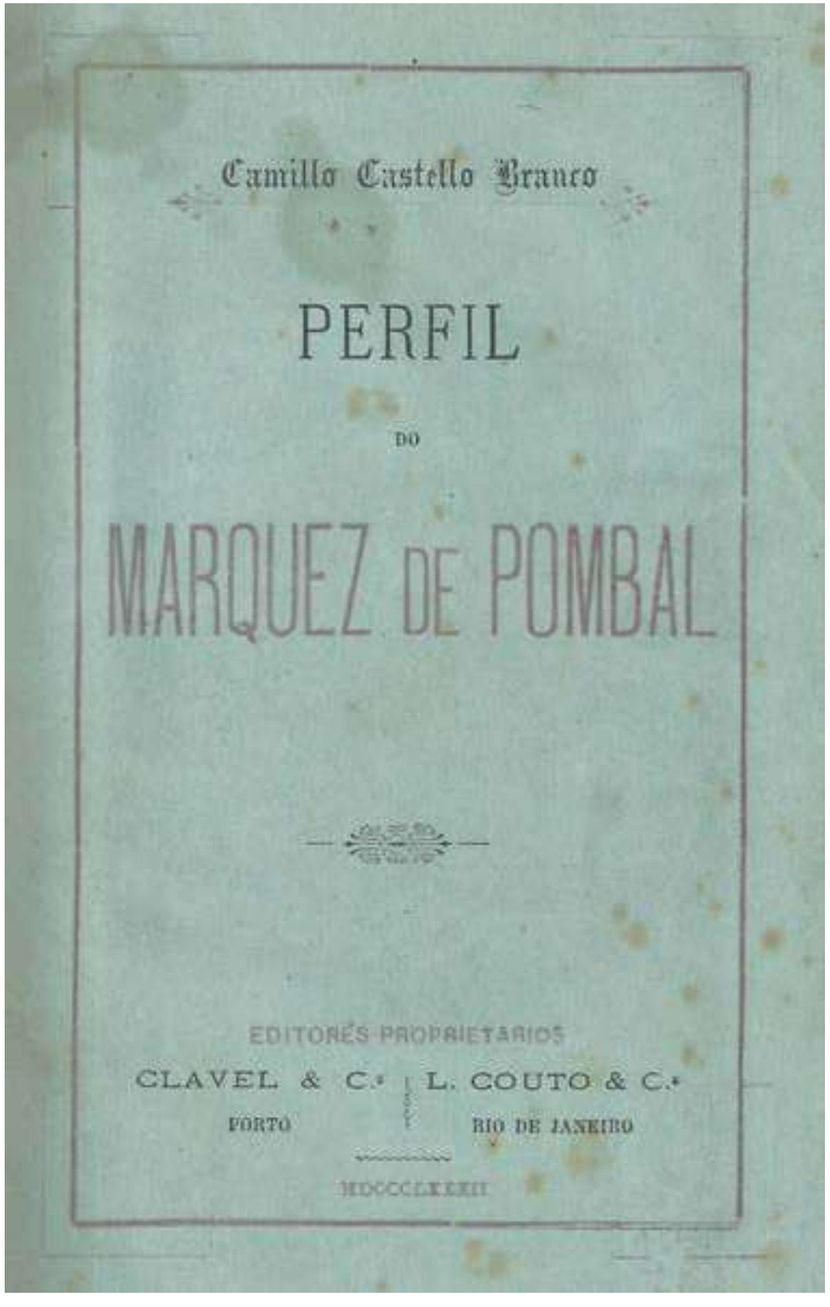
2.3. A prisão de Gonçalo Cristóvão e a decadência da Foz Ceira

A Quinta da Foz Ceira pouca atenção deveria merecer a Gonçalo Cristóvão. Fidalgo da Casa Real, senhor donatário da vila da Teixeira e de Sergude, morgado de S. Brás, de Abaças, do Espírito Santo (Quinta de Prados), em Vila Real, e Montalvão, comendador de Tolões e Vieira, com solares, quintas e muitas outras propriedades espalhadas por todo o Norte[39], entre as quais a casa e quinta do Bonjardim, no Porto, vivia, como outros membros da nobreza, das rendas da terra, gastas no trato imposto pelo estatuto social, em cavalos, coches, criadagem e outros luxos. Em meados do século XVIII, Gonçalo Cristóvão residia, normalmente, no seu palácio do Bonjardim, no Porto, mas passava largas temporadas em Lisboa, frequentando a Corte e privando com gente da alta nobreza. Nesse tempo, a Quinta da Foz Ceira andaria, provavelmente, arrendada e a produção vitivinícola seria bastante reduzida face a outras culturas de subsistência, nomeadamente cereais. Nos *Arrolamentos de Vinhos de Embarque*, feitos pelos provadores da Companhia a partir de 1770, a adega da Foz Ceira nem sequer aparece mencionada nesse primeiro ano. E, em 1771 e 1772, registam-se apenas 1 pipa e 6 pipas, respectivamente, em nome do Abade Manuel Ramos Vieira, certamente arrendatário da quinta[40]. Depois, entre 1773 e 1791, deixam de aparecer nesses livros, que registavam ano a ano todos os vinhos existentes nas adegas da região demarcada, quaisquer referências à adega da Quinta da Foz Ceira. O estado de abandono da propriedade reflectiu-se, certamente, na degradação das suas vinhas, da oficina vinária e do vasilhame. Não sabemos se terão sido mesmo abandonados os granjeios da vinha ou se se vendiam a lavradores vizinhos as uvas «ao cesto» ou o pouco vinho produzido «à bica do lagar», como era prática corrente entre os pequenos produtores. Inclinamo-nos para esta última hipótese, já que, depois da morte de Gonçalo Cristóvão, a viúva, D. Francisca de Noronha Manuel de Portugal, passou a manifestar o vinho em alguns anos entre 1792 e 1799. Fê-lo apenas em quatro desses anos, mas a média anual de 8,75 pipas indicia algum investimento na produção vitícola. Entre 1800 e 1830, deixam, novamente, de aparecer registos da produção vinícola da quinta. No entanto, como veremos adiante, se, por esta altura, todas as referências apontam para a completa degradação das vinhas e construções, os investimentos realizados desde 1820,

39 AZEVEDO, Correia de — *Brasões e casas brasonadas do Douro*. Lamego: Gráfica de Lamego, 1974, p. 53-54.

40 Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Livros de Arrolamentos de Vinhos de Embarque*, 1771-1772. O Padre Manuel Ramos Vieira era, por essa altura, abade da Sé do Porto. Como se refere num documento de 1819, que citaremos adiante, esse abade teria mandado construir dois pequenos lagares (de 3 e 4 pipas).

◀ *Planta do Porto, de George Balck, 1813*. A Quinta de Santo António do Bonjardim aparece referenciada com o número 13. Col. Arquivo Municipal do Porto.



com a plantação de algumas dezenas de milheiros de cepas, teriam feito aumentar, significativamente, a produção, pelo menos a partir de meados dessa década. A omissão dessas produções poderá explicar-se pelo transporte do vinho produzido na Foz Ceira para outras quintas da família, nomeadamente a Quinta de Celeirós ou a Quinta da Azinheira[41].

Na segunda metade do século XVIII, o abandono das vastas propriedades de Gonçalo Cristóvão teria decorrido da desgraça do fidalgo, vítima da perseguição política que lhe moveu Sebastião José de Carvalho e Melo. Como escreverá mais tarde, em 1820, o seu filho homónimo, Gonçalo Cristóvão Teixeira Coelho de Melo Pinto da Mesquita, casado com D. Teresa José do Carmo Freire de Andrade: «entrando os suplicantes na Administração da sua Casa, encontraram muito deteriorada por causa do Pai e Sogro dos Suplicantes a não poder administrar, nem física nem moralmente, como todos sabem o motivo da sua prolongada prisão de Estado, e continuando a sua deterioração na menoridade do primeiro Suplicante, logo que entraram na sua administração cuidaram tanto no seu melhoramento»[42].

Porém, as razões da prisão de Gonçalo Cristóvão (a que se seguiu a prisão de suas irmãs) nos cárceres da Junqueira, em Junho de 1761, estão ainda envoltas em mistério. Recorrendo a muita documentação da época, Camilo Castelo Branco, no seu livro *Perfil do Marquês de Pombal*, procurou esclarecer os motivos que teriam dado azo ao ódio que movia o poderoso Secretário de Estado contra o senhor da Teixeira, um dos grandes do Reino. Os pergaminhos genealógicos de Gonçalo Cristóvão estendiam-se a cavaleiros do tempo da formação de Portugal como Reino independente, desde D. Moninho Viegas, da Gasconha, a Egas Moniz e a seu filho Lourenço Viegas, o «Espadeiro», que acompanhou Afonso Henriques e D. Sancho em várias batalhas[43]. Entre as diversas honras, donatarias e vínculos que a família fora acumulando ao longo de gerações, o morgadio de Montalvão despertara já uma demanda por parte do avô do Marquês de Pombal, que dele se pretendeu assenhorear, sem sucesso, mas renovada por seu neto, ainda antes de 1750.

---

41 Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Livros de Arrolamentos de Vinhos de Embarque*, 1773-1850.

42 Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Documentos das quintas de Gonçalo Cristóvão*.

43 Veja-se, por exemplo, SILVA, Manuel de Souza da — *Nobiliário das gerações de Entre-Douro-e-Minho*. Vol. 1. Ponte de Lima: Edições Carvalhos de Basto, 2000, p. 301-312. Este Nobiliário, escrito entre finais do século XVII e inícios do século XVIII, foi uma das fontes de que se serviu Camilo Castelo Branco.

◀ *Capa de brochura da primeira edição do livro* Perfil do Marquês de Pombal (1882), *de Camilo Castelo Branco*. Colecção particular de Rui Domingues. Cortesia Casa de Camilo.

Através do seu advogado, Francisco Xavier Teixeira de Mendonça, de Vila Real, Gonçalo Cristóvão conseguiu desmontar as alegações de Sebastião José[44]. Em 1756, Francisco Xavier Teixeira de Mendonça, então advogado da Casa da Suplicação, em Lisboa, seria preso e, depois, degredado para Angola, onde veio a falecer, por estar envolvido numa conjura que visava afastar da Corte Sebastião José[45]. Dadas as relações de amizade entre esse advogado e Gonçalo Cristóvão, é provável que este possa ter estado também implicado nessa conspiração.

Dizia-se também que «o conde de Oeiras, querendo casar uma sua filha com um filho de Gonçalo Cristóvão, senhor de Bonjardim, este motejara a pretensão dizendo que os *Carvalhos* eram impróprios dos *Jardins*»[46], como refere Camilo Castelo Branco, apesar de considerar a hipótese «inverosímil», tanto mais que Gonçalo Cristóvão não tinha filhos, podendo, quando muito, tratar-se de uma das suas irmãs.

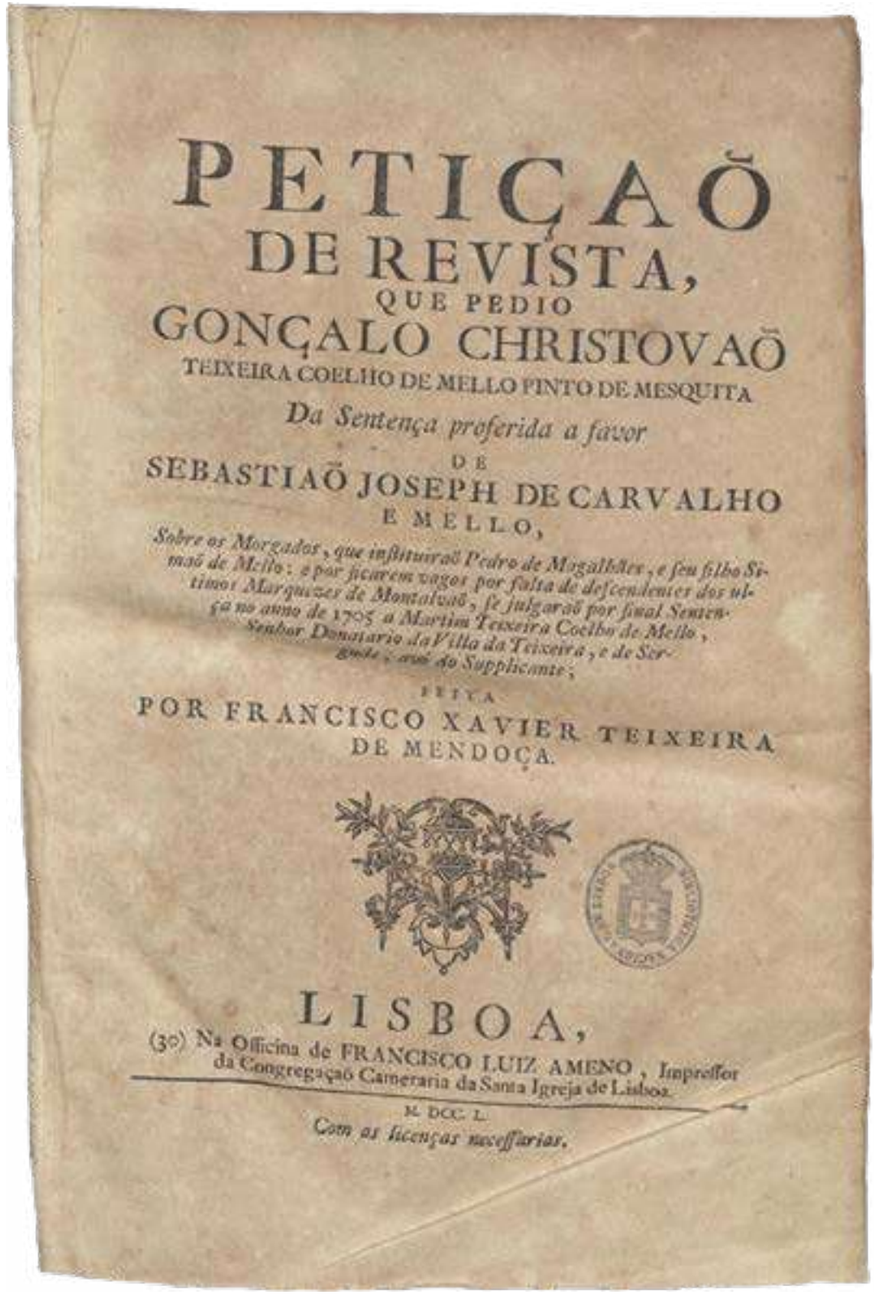
Na sua narrativa, baseando-se na correspondência dos embaixadores franceses em Portugal para o Duque de Choiseul, Secretário de Estado de Luís XV, Camilo procurou desvendar a trama que esteve na origem da prisão de Gonçalo Cristóvão e de suas irmãs, acusados de envolvimento na fuga de José Policarpo de Azevedo, criado do Duque de Aveiro e um dos homens que disparou contra o Rei D. José, em 3 de Setembro de 1758. Não importa aqui entrar nos pormenores desse atentado régio nem na barbaridade das penas impostas às famílias nobres nele implicadas, nomeadamente do Duque de Aveiro, do Marquês de Távora e do Conde de Atouguia, mas apenas a suposta responsabilidade de Gonçalo Cristóvão naquela fuga. Segundo carta de 2 Maio de 1759 do Conde de Merle, embaixador francês em Portugal, para o Duque de Choiseul, nesse

44 Veja-se, por exemplo, MENDONCA, Francisco Xavier Teixeira de — *Petição de revista, que pediu Gonçalo Cristóvão Teixeira Coelho de Melo Pinto de Mesquita da sentença proferida a favor de Sebastião José de Carvalho e Melo, sobre os morgados, que instituíram Pedro de Magalhães, e seu filho Simão de Melo: e por ficarem vagos por falta de descendentes dos últimos Marqueses de Montalvão, se julgaram por final sentença no ano de 1705 a Martim Teixeira Coelho de Melo, senhor donatário da vila da Teixeira, e de Sergude, avô do suplicante / feita por Francisco Xavier Teixeira de Mendonça*. Lisboa: Oficina de Francisco Luís Ameno, 1750; cf. SILVA, Inocêncio Francisco da — *Dicionário Bibliográfico Português*. Tomo III. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859, p. 97.

45 Francisco Xavier Teixeira de Mendonça teria sido o redactor de uma longa carta anónima (datada de 25 de Fevereiro de 1756) entregue ao Rei D. José, que continha denúncias graves contra Sebastião José de Carvalho e Melo. Essa *Carta que se escreveu de Portugal a um grande de Espanha como resposta a outra sua*, guardada na Biblioteca Nacional, foi publicada por Emílio Salgueiro em «A moral pombalina (Um documento inédito)». *Brotéria*, vol. 10 e 11, Junho e Julho de 1930, p. 337-356 e 17-28.

46 CASTELO BRANCO, Camilo — *Perfil do Marquês de Pombal*. In CASTELO BRANCO, Camilo — *Obras Completas*. Vol. XVI. Porto: Lello & Irmão Editores, 1993, p. 619. Veja-se, também, SILVA, Germano — «Um carvalho não fica bem num jardim». *Visão*, 13.02.2016.

▶ *Capa de brochura* da Petição de revista, que pediu Gonçalo Cristóvão Teixeira Coelho de Melo Pinto de Mesquita da sentença proferida a favor de Sebastião José de Carvalho e Melo... feita por Francisco Xavier Teixeira de Mendonça, *1750*.


PETIÇAÕ
DE REVISTA,
QUE PEDIO
GONÇALO CHRISTOVAÕ
TEIXEIRA COELHO DE MELLO PINTO DE MESQUITA
Da Sentença proferida a favor
DE
SEBASTIAÕ JOSEPH DE CARVALHO
E MELLO,
Sobre os Morgados, que instituiraõ Pedro de Magalhães, e seu filho Simaõ de Mello: e por ficarem vagos por falta de descendentes dos ultimos Marquezes de Montalvaõ, se julgaraõ por final Sentença no anno de 1705 a Martim Teixeira Coelho de Mello, Senhor Donatario da Villa da Teixeira, e de Sergude, avô do Supplicante;
FEITA
POR FRANCISCO XAVIER TEIXEIRA
DE MENDOÇA.
LISBOA,
(30) Na Officina de FRANCISCO LUIZ AMENO, Impressor da Congregaçaõ Cameraria da Santa Igreja de Lisboa.
M. DCC. L.
Com as licenças necessarias.

dia foram presos dois criados de Gonçalo Cristóvão[47]. E, cerca de dois anos depois, a 21 de Junho de 1761, uma outra carta do novo enviado francês, M. de Saint-Julien, referia «que se tinham prendido 4 fidalgos com todos os seus criados, os quais se acham reclusos em diversos conventos da província do Alentejo, e em algumas das prisões de Lisboa, por haverem, segundo se dizia, favorecido a fuga de José Policarpo, um dos assassinos de El-Rei: eram os três fidalgos irmãos de Gonçalo Cristóvão Pereira [confusão com Teixeira] Coelho, representante de Egas Moniz»[48]. Apesar das várias imprecisões, como Camilo bem viu, o embaixador francês referia-se, certamente, à prisão de Gonçalo Cristóvão e das suas três irmãs, pelo motivo já apontado, nos cárceres da Junqueira[49], de onde o fidalgo da Teixeira só sairia dezasseis anos depois, em 1777, após a morte do Rei D. José e a substituição do Marquês de Pombal no governo. Gonçalo Cristóvão regressou então a Vila Real, com 62 anos. Não sabemos quando casou com sua prima D. Francisca de Noronha Manoel Portugal[50], mas o casal teria ainda um filho, a que daria o nome do pai, nascido a 1 de Janeiro de 1779, na Rua das Flores, em Vila Real[51].

Não devem ter sido fáceis os últimos anos de vida do fidalgo Gonçalo Cristóvão. A sua longa prisão mantivera-o longe da administração dos seus vastos domínios, cuja recuperação exigia tempo e saúde, que não possuía. Viria a falecer em 1791[52]. O seu filho e herdeiro, Gonçalo Cristóvão, tinha então 12 anos, ficando a mãe a gerir os seus bens até o rapaz atingir a maioridade.

---

47 SANTARÉM, Visconde de — *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo, desde o princípio da Monarquia portuguesa*. Tomo VI. Paris: Aillaud, 1850, p. 155.

48 Idem. Tomo VII. Paris: Aillaud, 1850, p. 18.

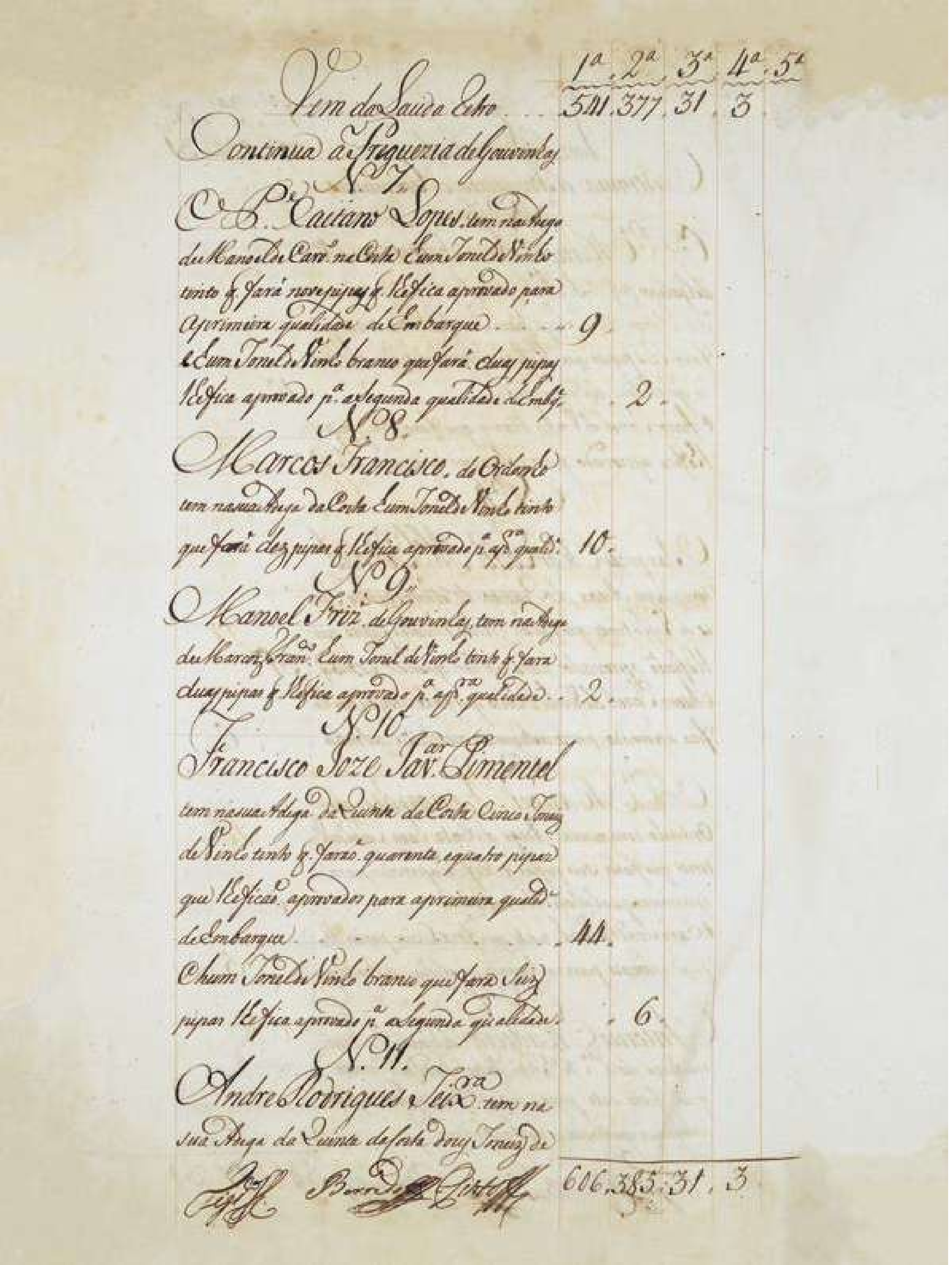
49 Idem, *ibidem*; CASTELO BRANCO, Camilo — *Perfil do Marquês de Pombal*, p. 609-624. Sobre as prisões da Junqueira e a permanência aí de Gonçalo Cristóvão, veja-se, também: ALORNA, 2.º Marquês de (João de Almeida Portugal) — *As prisões da Junqueira durante o ministério do Marquês de Pombal, escritas ali mesmo pelo Marquês de Alorna, uma das suas vítimas, publicadas conforme o original por José de Sousa Amado*. Lisboa: Tip. de Silva, 1857, p. 27 e 71-74.

50 Natural de Nossa Senhora de Oliveira, Guimarães, filha de Francisco Xavier Cardoso de Alarcão e de Josefa Margarida Antónia Pinto Coelho Pereira e Silva. É provável que se trate da filha deste casal, nascida nessa freguesia, em 11.05.1743. Cf. Arquivo Municipal Alfredo Pimenta. Paróquia de Santa Maria de Oliveira do Castelo — *Livro de registo de baptismos*, 1728-1748, fl. 366-366v. Nesse caso, seria 27 anos mais nova do que o marido.

51 Arquivo Distrital de Vila Real. Paroquiais. S. Pedro de Vila Real — *Livro de registo de baptismos*, 1775-1787, fl. 79v-80.

52 Gonçalo Cristóvão Teixeira Coelho Pinto da Mesquita faleceu em Vila Real, em 28.02.1791, «tão inopinadamente que não deu lugar a administrarem-se-lhe os demais sacramentos». Arquivo Distrital de Vila Real. Paroquiais. S. Pedro de Vila Real — *Livro de registo de óbitos*, 1777-1799, fl. 126v-127.

◀ *Pedra de armas de Gonçalo Cristóvão Teixeira Coelho de Melo Pinto de Mesquita, 16º senhor de Teixeira, no Palácio de São Jacinto*, Abaças, Vila Real. Fotografia de Joana Garcia, 2021. Col. Bulas.



2.4. A expansão da Quinta da Costa de Baixo

Na época pombalina, enquanto a Quinta da Foz Ceira entrava num longo processo de abandono e decadência, a vizinha Quinta da Costa (hoje Costa de Baixo), da família Carvalho e Melo, de Donelo, também não parece ter atravessado tempos de grande prosperidade, provavelmente por razões relacionadas com a transição familiar ocorrida no final desse período. O seu proprietário, o fidalgo Paulo de Carvalho e Melo, morreu solteiro, em Janeiro de 1768, com 78 anos[53], deixando todos os seus bens, tal como os que tinha herdado de sua tia, D. Clara Botelho, aos dois filhos, Manuel António de Carvalho e Melo e Dona Francisca de Carvalho[54]. No testamento que fez um ano antes de falecer, no sítio da Mantelinha, «à pedra do couto e marco que divide o termo de Vila Real e o termo da vila e couto de Gouvães», esclareceu que os dois filhos tinham sido já perfilhados: «declarou ele testador que os ditos seus bens os deixava aos ditos seus filhos a quem deixa por seus universais herdeiros por estarem já perfilhados por Sua Majestade e por tais confirmados pelo dito Senhor»[55]. Talvez por isso insistisse tanto na exclusão de quaisquer outros herdeiros, incluindo os sobrinhos: «e que nenhuma pessoa poderá entrar a herdar nos ditos seus bens só sim os ditos seus filhos nem ainda os herdeiros de Dona Luísa Maria e Jorge de Figueiredo, irmãos dele testador, em razão de já estarem satisfeitos do dote que lhes tocava e se darem por pagos e satisfeitos por uma escritura e que só aqueles seus filhos serão senhores e possuidores de todos os seus bens»[56].

Como filho varão e testamenteiro nomeado por seu pai, Manuel António de Carvalho e Melo preocupou-se com a gestão dos bens paternos, que ficaram indivisos até 1777. Nos primeiros anos, terá arrendado a quinta ao Padre Caetano Lopes, de Andrães, que, em 1770, manifestou 9 pipas de vinho tinto e 2 de branco[57]. Mas o vinho que esse

53 Paulo de Carvalho e Melo faleceu em Donelo em 08.01.1768. Arquivo Distrital de Vila Real. Paroquiais. Covas do Douro — *Livro de registo de óbitos*, 1740-1852, fl. 47v.

54 Manuel António de Carvalho e Melo era filho de Maria Francisca Alves, de Guiães, e Francisca Maria de Carvalho e Melo era filha de Maria Engrácia Pinto, de Vilar de Maçada.

55 Agradecemos à Professora Cristina Cunha, especialista em Paleografia, o apoio na leitura desta parte do documento, que apresenta péssima caligrafia e redacção pouco cuidada. Neste caso, o tabelião pretendia, certamente, anotar que Paulo de Carvalho e Melo tinha perfilhado os dois filhos que tivera no estado de solteiro e que tal perfilhação havia sido aceite e confirmada pelo Rei, já que se tratava de um fidalgo da Casa Real.

56 Testamento de Paulo de Carvalho e Melo, 02.01.1767. Arquivo Distrital de Vila Real. Notariais. 1.º Cartório Notarial de Provesende — *Livro de notas*, 1766-1769, fl 6-7.

57 Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Livro de Arrolamentos de Vinhos de Embarque*, 1770.

◄ Livro de Arrolamentos de Vinhos de Embarque, *1770*. Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro.

padre guardava na adega poderia não corresponder à produção da Quinta da Costa. Dois anos mais tarde, na devassa realizada para punir os que não respeitavam as leis da Companhia, introduzindo vinhos de fora da área demarcada de vinhos de feitoria, descobriu-se quo o tal padre fazia transportar para a adega da Quinta da Costa vinhos «de ramo» de uma outra adega que possuía em Gouvinhas, fora da demarcação[58]. Talvez por isso, Manuel de Carvalho e Melo passasse a administrar directamente a quinta, que, em 1773, produzia apenas 4 pipas[59].

Só em finais de 1777, após o casamento de D. Francisca Maria de Carvalho e Melo com António Pereira da Silva, senhor da Casa de Gouvães[60], os dois irmãos fizeram partilhas amigáveis, «por escritos particulares»[61], ficando Manuel António de Carvalho e Melo com «a Quinta da Costa com todas as suas pertenças que consta de casas telhadas e sobradadas e outras térreas com seus lagares, vinhas, matas e árvores, sita aonde chamam a Costa [...] parte com Francisco José Taveira Pimentel de Macedo e com Gonçalo Cristóvão Teixeira Pinto Coelho de Vila Real; e assim mais com o lameiro sito ao Vale da Figueira, com sua fonte no cima e água de rega e lima e todas as cabeceiras de uma e outra parte do dito lameiro; como também com a terra sita aonde chamam a Seara Velha mística ao dito lameiro e partem com a estrada que vai para o lugar de Gouvinhas e com António de Araújo do lugar de Donelo; e assim mais um lameiro debaixo da estrada tapado sobre si e no mesmo sítio parte com o ribeiro e com João Manuel Pereira da Silva; mais uma casa que serve de adega com suas serventias sita no mesmo lugar e parte de uma banda com Maria de Sousa viúva e com a rua pública; e mais uma leira de terra sita ao Pedragal limite do mesmo lugar de Donelo e parte com António de Araújo e Ana Pereira viúva do mesmo lugar; mais uma propriedade aonde chamam a Migerra tapada sobre si com seu pomar, casas e árvores, vinhas, terras lameiras e oliveiras, lameiros e águas de rega e lima; e assim mais outra leira de terra pegada à sobredita com uma oliveira pela qual passa o caminho que vai para a Roxa, cujas propriedades acima retro declaradas e confrontadas todas se acham sitas nos limites dos ditos lugares de Gouvinhas e Donelo e foram avaliadas pelos louvados neste já nomeados em dois contos e seiscentos mil réis». Por sua vez, D. Francisca ficou com as casas de Donelo e muitas outras propriedades nessa freguesia, avaliadas pelo mesmo valor das que couberam ao irmão[62].

Manuel António de Carvalho e Melo tinha casado, entretanto, com Maria Caetana Teixeira de Azevedo, de Gouvinhas, para onde foi viver. Essa transição familiar coincidiu com uma conjuntura de crescimento das exportações de vinho do Porto, o que terá estimulado novas plantações na Quinta da Costa. Desde 1779, os *Arrolamentos* da Companhia voltaram a registar vinhos na adega da quinta em nome do seu proprietário e em quantidades crescentes (em média 28,2 pipas por ano entre 1779 e 1787). E, a partir de 1788, provavelmente devido aos investimentos de Carvalho e Melo e à extensão da zona demarcada, com as Demarcações Subsidiárias (1788-1792), o que terá permitido transportar para aí vinhos de outras propriedades, a produção aumentou substancialmente, chegando a atingir 75 pipas (em 1788 e em 1814), sendo a média dos anos de 1788 a 1814 de 46,6 pipas[63].

Um mapa do Rio Douro, desenhado por volta de 1790, destaca as quintas da Foz Ceira e da Costa de Baixo, sendo esta identificada pelo nome do seu proprietário, «M.el Carv.o»[64]. O filho varão de Manuel António de Carvalho e Melo, José de Carvalho Melo e Sampaio, seguiu a carreira eclesiástica. Das três filhas, Maria Vitória de Carvalho Melo e Sampaio, Ana Rita de Carvalho e Melo e Florência Joaquina de Melo e Sampaio, só a primeira casou, em finais do século XVIII, com um primo, o bacharel Lopo Vaz de Sampaio e Melo, filho de António de Melo e Sampaio e Caetana Bernarda Pereira Pinto, «pessoas nobres e das mais distintas da Província com o foro de Fidalgos», da Casa da Espinhosa, parentes dos Carvalho e Melo de Donelo[65]. Lopo Vaz de Sampaio e Melo e Maria Vitória teriam dois filhos, António de Melo Vaz e Sampaio e D. Ludovina Augusta de Melo e Sampaio.

Manuel António de Carvalho e Melo administrou a Quinta da Costa de Baixo, até 1815, ano em que faleceu. Embora o vasto património da Casa de Gouvinhas tenha

58 OLIVEIRA, António Braz de; MARINHO, Maria José (org.) — *Devassa a que mandou proceder Sua Majestade no território do Alto Douro pelo Desembargador António de Mesquita e Moura (1771-1775)*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1983, p. 15 e 258.

59 Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Livro de Arrolamentos de Vinhos de Embarque*, 1773.

60 Filho de António Rodrigues e Maria Pereira da Silva. O casamento deve ter-se realizado em finais de 1776 ou inícios de 1777, já que os noivos assinaram uma escritura de casamento em 09.08.1776, sendo D. Francisca representada por seu irmão. Arquivo Distrital de Vila Real. Notariais. 1.º Cartório Notarial de Provesende — *Livro de notas*, 1774-1777, fl. 52-53. O primeiro filho do casal, João, viria a nascer em 27.12.1777, em Gouvães, sendo padrinho (por procuração) seu tio-avô, D. Frei João Evangelista Pereira da Silva, Bispo do Pará. Arquivo Distrital de Vila Real. Paroquiais. Gouvães — *Livro de registo de baptismos*, 1750-1808, fl. 102v-103.

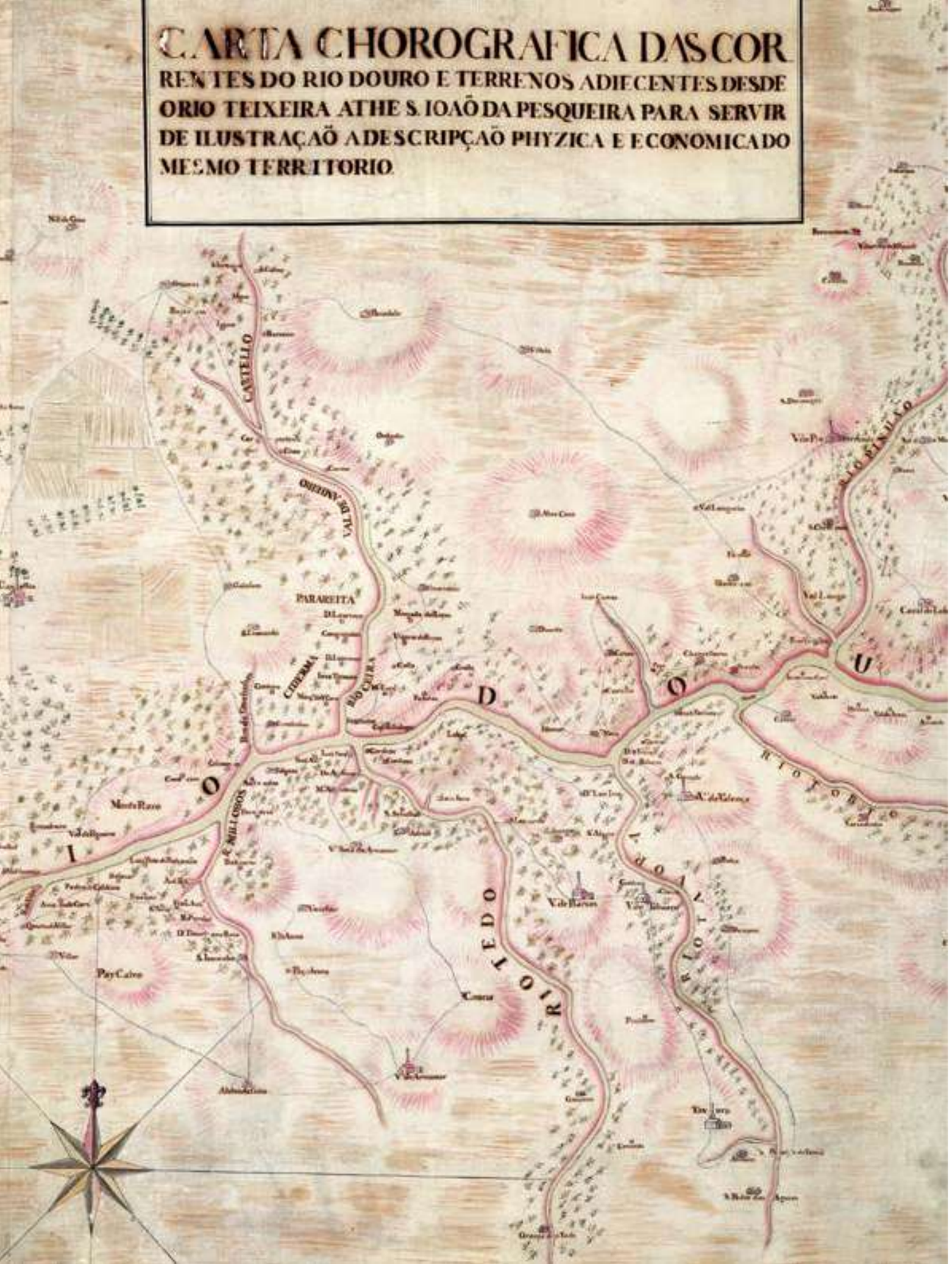
61 Essas partilhas amigáveis foram feitas em 30.11.1777 e confirmadas por escritura pública em 03.04.1783. Arquivo Distrital de Vila Real. Notariais. 1.º Cartório Notarial de Provesende — *Livro de notas*, 1780-1784, fl. 141v-144.

62 Arquivo Distrital de Vila Real. Notariais. 1.º Cartório Notarial de Provesende — *Livro de notas*, 1780-1784, fl. 141v-144.

63 Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Livro de Arrolamentos de Vinhos de Embarque*, 1779-1814.

64 *Carta corográfica das correntes do Rio Douro e terrenos adjacentes desde o rio Teixeira até São João da Pesqueira, c. 1790*. Biblioteca Nacional Digital.

65 Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Desembargo do Paço — *Processos de Leitura de Bacharéis*, 1600-1833. Processo de Leitura do Bacharel Lopo Vaz de Sampaio e Melo, 1799-1803. Virá a receber alvará de foro de fidalgo em 19.04.1826. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Registo Geral de Mercês — *Mercês de D. João VI*, Livro 21, fl. 167.



sido dividido pelos seus filhos, deixando ao neto o terço disponível (constituído por quatro quintos da Quinta da Costa de Baixo, a propriedade mais valiosa e de maior rendimento), deverá ter deixado instruções a seu genro, Lopo Vaz, e a seu neto, António de Melo Vaz e Sampaio, para o vincularem, de forma a mantê-lo indiviso e inalienável.

Teria sido já com esse espírito que, em 1820, Lopo Vaz e sua mulher requereram à Mitra Arquiepiscopal de Braga licença para um oratório particular na Casa de Gouvinhas, para o casal, os seus dois filhos e o irmão e as duas irmãs de Maria Vitória[66]. A filha Ludovina casou pouco depois com um primo, apresentado na escritura de dote de casamento como «Preclaríssimo Dom Miguel Vaz Guedes Brito e Ataíde Azevedo e Malafaia, natural de Vila Real, moço fidalgo na Casa de Sua Majestade, Senhor donatário da Honra de Barbosa, Administrador dos Morgados do Arco, Guilhabreu e Monte Belo, Senhor da Quinta de Parada e Padroeiro *in solidum* das igrejas de S. Salvador de Covas e S. Tiago dos Fornos». Além do dote que recebeu do noivo, Dona Ludovina foi dotada pelos seus pais com as legítimas que por morte de cada um deles lhe coubessem, sendo-lhe adiantados 4 contos em moeda, por conta dessas legítimas[67].

Em 1825, no pedido ao Rei D. João VI para a instituição de um «morgado perpétuo e inalienável», Lopo Vaz de Sampaio e Melo e sua mulher associaram apenas o seu filho António, além da cunhada e irmã, D. Florência Joaquina de Carvalho Melo e Sampaio, solteira e sem descendentes. A outra irmã de Maria Vitória, Ana Rita, tinha, entretanto, falecido. Quanto ao irmão padre, não dispomos de informação, mas é provável que também tivesse falecido. Mais estranha é a exclusão da filha casada, não sabemos se por vontade própria ou do marido ou se por vontade dos instituidores do vínculo. A esse morgado o casal vinculou «o terço de seus bens, o suplicante filho o terço que para esse fim lhe deixou seu avô materno Manuel António de Carvalho e Melo e a recorrente D. Florência Joaquina todos os seus bens, fazendo uns e outros a devida separação para obras pias e a necessária reserva para testarem por suas mortes». Mesmo assim, os bens destinados a esse vínculo foram avaliados em 54.333$335 réis, equivalendo a um rendimento anual de 2.715$500 réis, muito superior ao que era corrente nos vínculos dessa época.

Na Resolução régia de 18 de Julho de 1825, que autorizou a instituição desse

66 Arquivo Distrital de Braga. Mitra Arquiepiscopal de Braga — *Licenças para oratórios particulares*, 1734-1909. Licença para oratório particular a favor de Lopo Vaz Sampaio, 20.12.1820.

67 Escritura realizada em 29.10.1821. Arquivo Distrital de Vila Real. Notariais. 8.º Cartório Notarial de Vila Real — *Livro de notas*, 1821, fl. 80-82v.

◀ *Pormenor da* Carta corográfica das correntes do Rio Douro e terrenos adjacentes desde o rio Teixeira até São João da Pesqueira, *c. 1790*. Biblioteca Nacional Digital.

morgado, refere-se ainda «que os Recorrentes gozam de uma nobreza e fidalguia continuada por mais de dois séculos, com o tratamento correspondente»[68]. A documentação da instituição deste vínculo, transcrita num processo judicial posterior, permite-nos perceber a riqueza patrimonial da Casa de Gouvinhas, com dezenas de propriedades, entre as quais diversas quintas, em que avultava, pelo seu valor e rendimento, a da Costa de Baixo[69]. Para primeiro administrador do vínculo foi nomeado António de Melo Vaz e Sampaio, também fidalgo da Casa Real[70], embora os arrolamentos de vinhos tivessem continuado em nome do pai, Lopo Vaz, até este falecer, pouco depois. Nesse tempo em que Lopo Vaz de Sampaio e Melo[71] administrou a Quinta da Costa de Baixo, entre 1815 e 1827, os arrolamentos de vinhos de embarque na adega da quinta indicam produções crescentes, atingindo as 120 pipas em 1827 (em média, situaram-se, nesse período, em cerca de 86 pipas por ano)[72].

A administração da quinta passou de Lopo Vaz para seu filho, António de Melo Vaz e Sampaio, que realizou grandes investimentos e fez aumentar, substancialmente, os rendimentos da Casa de Gouvinhas até meados do século XIX. Entre 1828 e 1832, a média de produção vinícola anual da Quinta da Costa de Baixo elevou-se a mais de 110 pipas, atingindo perto de 150 pipas por ano, de 1838 a 1840[73]. Por essa altura, as velhas instalações vinárias revelaram-se exíguas face ao enorme aumento de produção, o que terá levado o fidalgo a construir o novo e extenso armazém (já em construção em 1840, como se pode ler na inscrição da padieira da porta da entrada, e certamente concluído em 1841, data que aparece inscrita na padieira da porta traseira), que ainda hoje se destaca entre o casario da quinta.

---

68 Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Registo Geral de Mercês — *Mercês de D. João VI*, Livro 20, fl. 230-230v: Licença para instituição de morgado a favor de Lopo Vaz Sampaio e Melo, sua mulher, D. Maria Vitória de Carvalho Melo e Sampaio, seu filho, António de Melo Vaz e Sampaio, e sua cunhada, D. Florência Joaquina de Carvalho Melo e Sampaio, 06.09.1825.

69 Arquivo Distrital de Vila Real. Judicial — *Processo de inventário de menores por morte de Lopo Vaz de Sampaio e Melo e de D. Maria Vitória*, 1871-1876.

70 Alvará de 10.06.1820. SANCHES DE BAENA, Augusto Romano — *Dicionário Aristocrático, que contém todos os alvarás de foros de Fidalgos da Casa Real... desde 1808 até Setembro de 1822*. Lisboa: Tip. do Panorama, 1867, p. 13-14.

71 Lopo Vaz de Sampaio e Melo faleceu em 21.11.1827.

72 Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Livros de Arrolamentos de Vinhos de Embarque*, 1815-1827.

73 Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Livros de Arrolamentos de Vinhos de Embarque*, 1828-1840.

▶ *Casario da Quinta da Costa de Baixo, visto de nascente, por altura da compra por José Bulas Cruz, em 1951.* Fotografia de José Bulas Cruz. Col. Bulas.

▶ *Pormenor de uma das portas do armazém da Quinta da Costa de Baixo, com a data de 1840.* Fotografia de Pedro Sarmento Costa, 2020. Col. Bulas.

A produção continuaria a aumentar ao longo da década de 1840, situando-se nas 228,4 pipas anuais e aproximando-se das 300 pipas no final desse período[74].

No *Mapa do País Vinhateiro do Alto Douro*, desenhado por Joseph James Forrester e gravado em 1843, a Quinta da Costa de Baixo aparece destacada, sob a designação de «Quinta do Ant.º de Mello».

Também o escritor Camilo Castelo Branco, cuja narrativa ficcional se entretece a cada passo com a realidade da época, se refere ao fidalgo António de Melo e às suas quintas de Gouvinhas, ao traçar o percurso, no início da década de 1840, de Veríssimo Borges Camelo da Mesquita, de Alvações do Corgo, um dos personagens do romance *A Brasileira de Prazins*: «Voltou ao Douro e procurou o amparo dum realista poderoso, o António de Melo, de Gouvinhas, o pai do Sr. Lopo Vaz, um grande ministro liberal cheio de embriões de coisas. O fidalgo de Gouvinhas nomeou-o feitor das suas quintas. Estava regalado; feitorizava pouco; o fidalgo admitia-o às suas palestras íntimas de política; mas um sobrinho do Melo, um valente navalhista que chamavam em Coimbra o Malagueta, ganhou-lhe ódio, por ciúmes de uma tecedeira chibante, uma rapariga de tremer, de quadris roliços, a Libânia de Covas»[75].

António de Melo permaneceu celibatário, vivendo com a mãe, D. Maria Vitória, que faleceu em 1847[76]. Mas manteve uma longa ligação amorosa com uma rapariga de uma família de pequenos lavradores de Guiães, Bárbara Felícia do Amaral. Em 1848, tiveram um filho, baptizado com o nome de Lopo (o nome do avô) na freguesia de Borbela. O registo refere que o menino, «filho de pais incógnitos», nasceu em 28 de Setembro de 1848 e foi baptizado nesse mesmo dia na igreja de Borbela[77]. No entanto, um averbamento à margem remete-nos para outro registo desse baptismo, lançado 14 anos depois, em 24 de Setembro de 1862, por ordem do Vigário-geral da Comarca de Vila Real, devido a uma justificação judicial requerida pelo próprio Lopo Vaz de Sampaio e Melo. Nesse novo registo refere-se que o mesmo Lopo, «que hoje se chama Lopo Vaz de Sampaio e Melo», nasceu no dia 27 de Setembro de 1848 em casa de António de Melo Vaz e Sampaio, em Gouvinhas, e foi baptizado no dia seguinte em Borbela, sendo «filho natural» de Bárbara Felícia do Amaral, solteira, natural de Guiães e residente em Gouvinhas, filha de António de Amaral e Maria Morais, de Guiães[78].

74 Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Livros de Arrolamentos de Vinhos de Embarque*, 1841-1850.

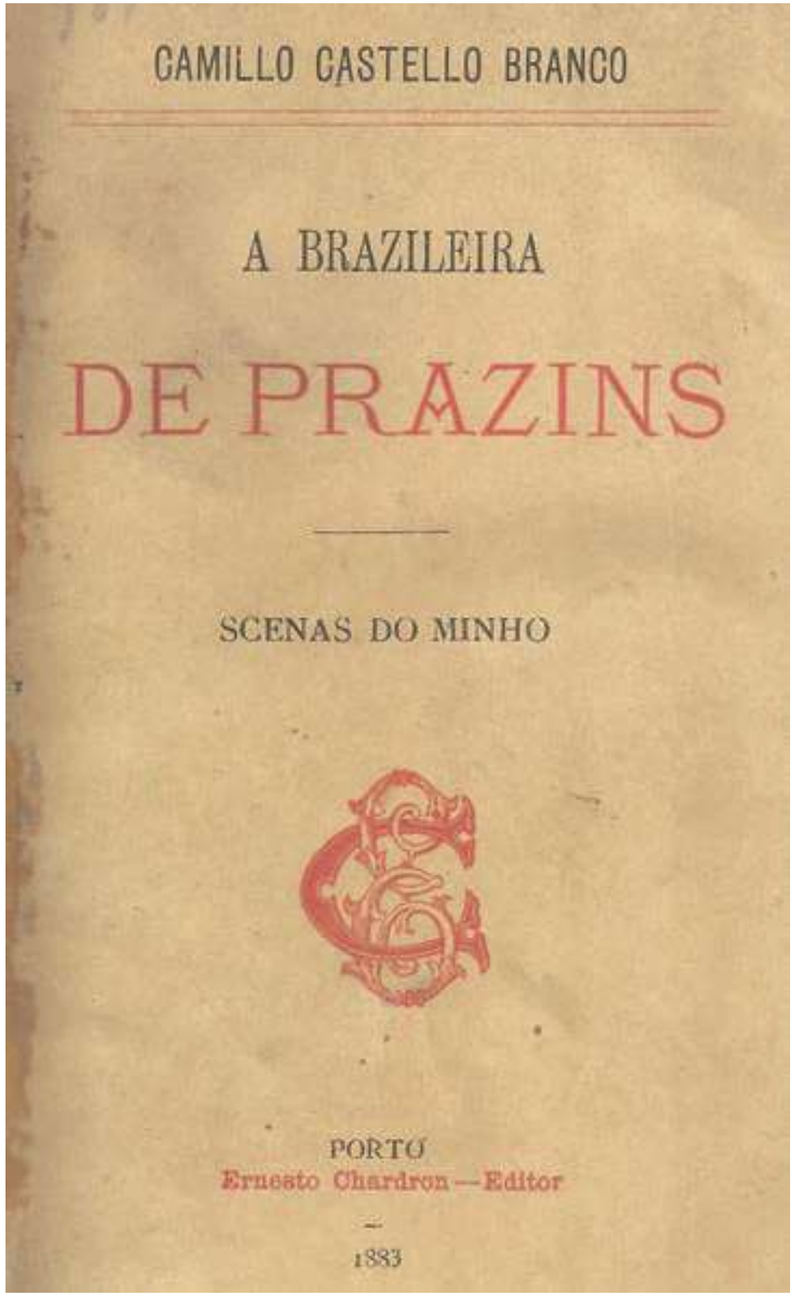
75 CASTELO BRANCO, Camilo — *A Brasileira de Prazins* [1882]. In CASTELO BRANCO, Camilo — *Obras Completas*. Vol. VIII. Porto: Lello & Irmão, 1988, p. 760.

76 D. Maria Vitória de Carvalho Melo e Sampaio faleceu em 10.08.1847.

77 Arquivo Distrital de Vila Real. Paroquiais. Borbela — *Livro de registo de baptismos*, 1834-1853, fl. 71-72v.

78 Arquivo Distrital de Vila Real. Paroquiais. Borbela — *Livro de registo de baptismos*, 1862-1869, fl. 10

◀ *Portão da Quinta da Costa de Baixo, com a data de 1836.* Fotografia de Filipa Soares, 2021. Col. Bulas.



Apesar de só legitimar esse filho à hora da morte, em Janeiro de 1871, no momento em que contraiu matrimónio com Bárbara Felícia[79], António de Melo educou o rapaz como herdeiro da Casa de Gouvinhas. Garantiu os seus estudos universitários em Coimbra e preparou-o para se tornar um dos políticos mais influentes do seu tempo.

79 António de Melo Vaz e Sampaio casou com Bárbara Felícia do Amaral, em Gouvinhas, em 16.01.1871, em sua casa, «por o seu perigoso estado de saúde não lhe permitir delongas nem comparecer na igreja paroquial como me foi atestado pelo seu facultativo», tendo nesse acto legitimado o seu filho Lopo. Arquivo Distrital de Vila Real. Paroquiais. Gouvinhas — *Livro de registo de casamentos*, 1871, fl. 2-2v.

◀ *Capa de brochura da primeira edição do livro* A Brasileira de Prazins (1883), *de Camilo Castelo Branco*. Colecção particular de Rui Domingues. Cortesia Casa de Camilo.
▶▶ Páginas seguintes — *Pormenor do* Mapa do País Vinhateiro do Alto Douro, *de Joseph James Forrester, gravado em 1843*.

Map
OF THE
WINE DISTRICT
OF THE
ALTO-DOURO.

BY

JOSÉ JAMES FORRESTER.

Member of the Corps of Equestrian Knights of the KING of SARDINIA.
Member of many Royal Academies of Navigation Condecorated by their
Imperial Majesties the EMPEROR of RUSSIA & AUSTRIA.
The QUEENS of PORTUGAL & SPAIN & the KING of SARDINIA
by the PRESIDENT of the FRENCH REPUBLICK
&c. &c. &c.

SCALES

2.5. A entrega da Quinta da Foz Ceira à Companhia

Ao longo da primeira metade do século XIX, a prosperidade vinhateira da Quinta da Costa de Baixo contrastava com o estado de decadência da vizinha Quinta da Foz Ceira, em grande parte devido às trajectórias das famílias proprietárias dessas quintas, ambas com velhos pergaminhos de fidalguia, mas com diferentes atitudes face à gestão das suas vastas propriedades fundiárias, num momento-chave de viragem da ordem política e social.

No caso dos senhores da Quinta da Foz Ceira, o segundo Gonçalo Cristóvão, filho único e herdeiro de vários morgadios, quando atingiu a maioridade e assumiu a gestão do seu vastíssimo património, confrontou-se com grandes dificuldades, devido a décadas de abandono das terras, pelas razões que já referimos.

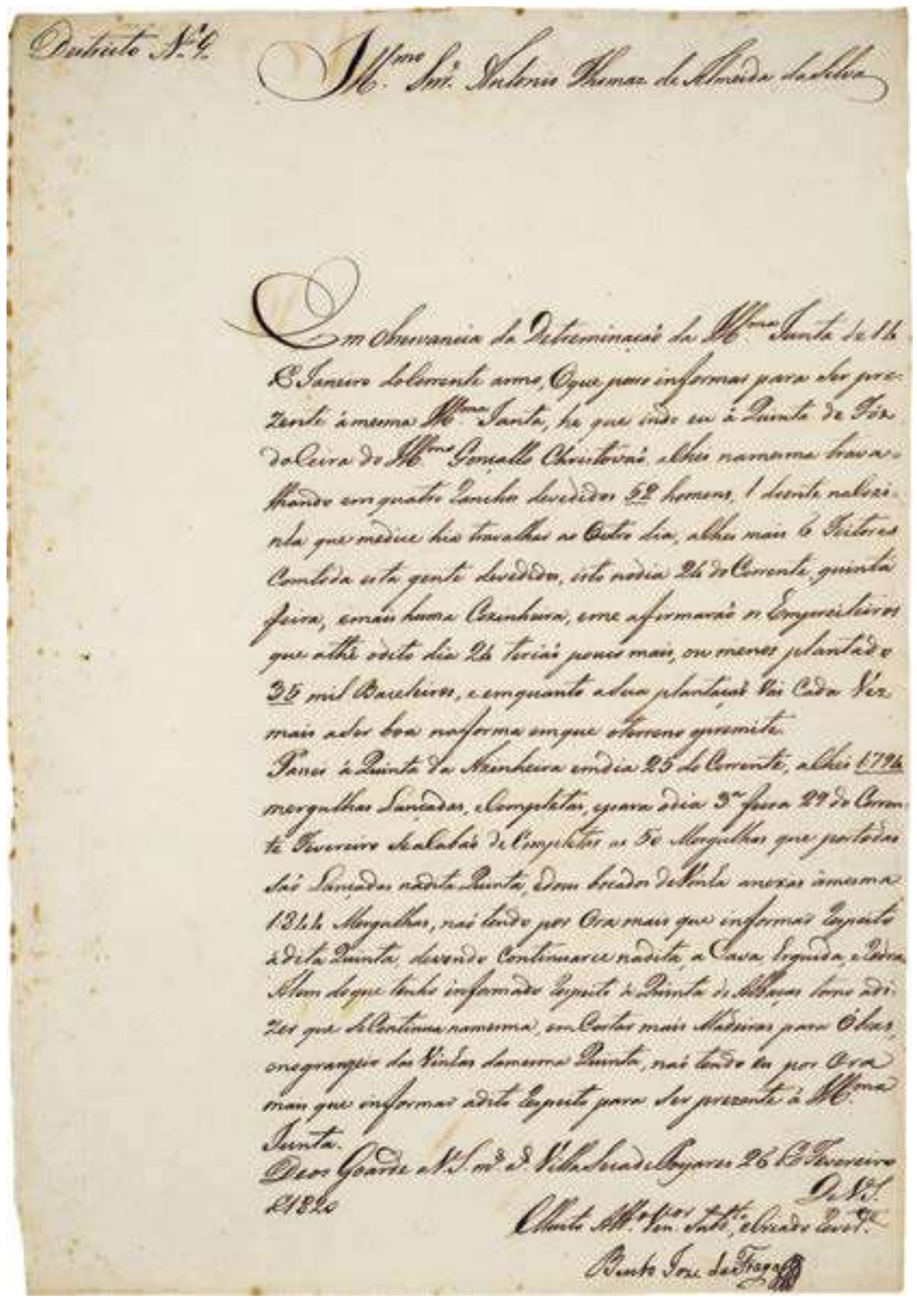
Entre 1808 e 1811, pouco tempo terá tido para se dedicar à administração desses bens, dada a sua condição de militar no contexto de guerra contra os invasores franceses. Em 1808, com 29 anos, era Ajudante de Campo na cidade do Porto, casando em 12 de Agosto com D. Teresa José do Carmo Freire de Andrade, de 35 anos, filha do 2.º Conde de Bobadela, José António Freire de Andrade, e de D. Antónia Xavier de Lencastre de Almeida e Bourbon, e neta paterna do General Bernardim Freire de Andrade, comandante das tropas do Porto, em cuja residência se realizou o matrimónio[80]. O casal ficou a viver na Casa do Bonjardim e viria a ter seis filhos, Gonçalo Cristóvão, Maria das Dores, José António, Teresa do Carmo, Francisca Paula e Duarte Egas, tendo o primogénito e Teresa do Carmo falecido ainda jovens. José António, que viria a suceder ao pai, como morgado, nasceu em 1811[81]. Nessa altura, Gonçalo Cristóvão era Coronel dos Voluntários Reais da Cidade do Porto.

A partir de 1814, o fidalgo do Bonjardim preocupou-se em recuperar o património familiar, cujos rendimentos estariam longe de cobrir as grandes despesas do casal. Para reconstituir as suas quintas do Douro (Azinheira, Foz Ceira e Celeirós), que estavam totalmente arruinadas e quase sem produção, negociou um empréstimo de 12 contos de réis junto da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro. Dado que a Companhia exigia a hipoteca das quintas e sendo estas de natureza vincular, não podendo ser alienadas sem autorização régia, o fidalgo teve de proceder aos trâmites

80 Arquivo Distrital do Porto. Paroquiais. Santo Ildefonso — *Livro de registo de casamentos*, 1809-1813, fl. 63-63v.

81 José António nasceu em 12.08.1811 e foi baptizado na capela da casa do Bonjardim. Arquivo Distrital do Porto. Paroquiais. Santo Ildefonso — *Livro de registo de baptismos*, 1809-1813, fl. 186-186v.

◀ *Sede da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, na Rua das Flores, no Porto*. Fotografia Guedes, c. 1910. Col. Arquivo Municipal do Porto.



burocráticos junto da Corte. Após Consulta da Mesa do Desembargo do Paço em 3 de Agosto de 1815, D. João VI viria a despachar favoravelmente o processo por Resolução de Dezembro desse ano, ratificada por Provisão régia de 9 de Setembro do ano seguinte. Porém, o contrato com a Companhia só viria a ser assinado dois anos mais tarde, a 19 de Dezembro de 1818, o que faz supor um longo processo burocrático. Por esse contrato, a Companhia emprestava a Gonçalo Cristóvão, com juro de 3% ao ano, 12 contos, em 12 prestações de um conto de réis, a entregar entre finais de 1818 e 1820. Referia-se, expressamente, que esse dinheiro só poderia ser utilizado no melhoramento das quintas, que ficavam sob controlo de inspectores da Companhia, encarregados de informar sobre o avanço dos investimentos. As quintas ficavam hipotecadas à Companhia, que, a partir da vindima de 1820, deveria receber metade da importância dos vinhos aí produzidos até ao pagamento integral da dívida[82]. Pela correspondência trocada entre Gonçalo Cristóvão e a Junta da Administração da Companhia, bem como pelos abundantes relatórios enviados pelos inspectores sobre a aplicação do empréstimo, fica-se com a impressão de ter sido realizado, em pouco tempo, um trabalho gigantesco de desmatamento, abertura de valeiras, mergulhias e plantação de dezenas de milheiros de cepas, construção e reconstrução de muros de socalcos, bem como de reedificação de lagares, adegas e cardenhas. Mas, simultaneamente, percebe-se que esses trabalhos estiveram longe de garantir a produção esperada, porque terão sido mal concebidos ou mal executados.

No caso da Quinta da Foz Ceira, um relatório escrito em Agosto de 1819 dá-nos uma imagem do abandono em que estava a quinta, tendo-se apenas procedido ao desmate e pouco mais: «Fui ver a quinta que o Il.mo Sr. Gonçalo Cristóvão Teixeira Coelho de Melo tem partindo pelo Poente com o Rio de Foz de Seiras [sic] no qual não achei bacelo algum de nova plantação, e menos paredes novas. A melhor de 25 anos [sic] que esta não foi granjeada, segundo me informam, e por isso toda está reduzida a monte. Este ano foi cortada toda a grande lenha que tinha, e depois no Maio lhe deram uma cava embodalhada, porque o tempo era impróprio para poder penetrar terra inculta. Fizeram-lhe alguma enxertia, mas esta sem proveito, tanto pelo pouco que esta puxou, como porque no tempo em que foi feita não podiam conhecer a casta das vides, e por isso algumas cortaram de melhor casta do que a nova enxertia. Precisa de ser toda

82 Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Documentos das quintas de Gonçalo Cristóvão*. Escritura de empréstimo a Gonçalo Cristóvão e hipoteca das suas quintas, 19.12.1818. Ver, também, SOUSA, Fernando de (coord.) — *A Real Companhia Velha. Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-2006)*. Porto: Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, 2006, p. 354-355.

◀ *Informação sobre os trabalhos na Quinta da Foz Ceira, 26.02.1820*. Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Documentos das quintas de Gonçalo Cristóvão*.

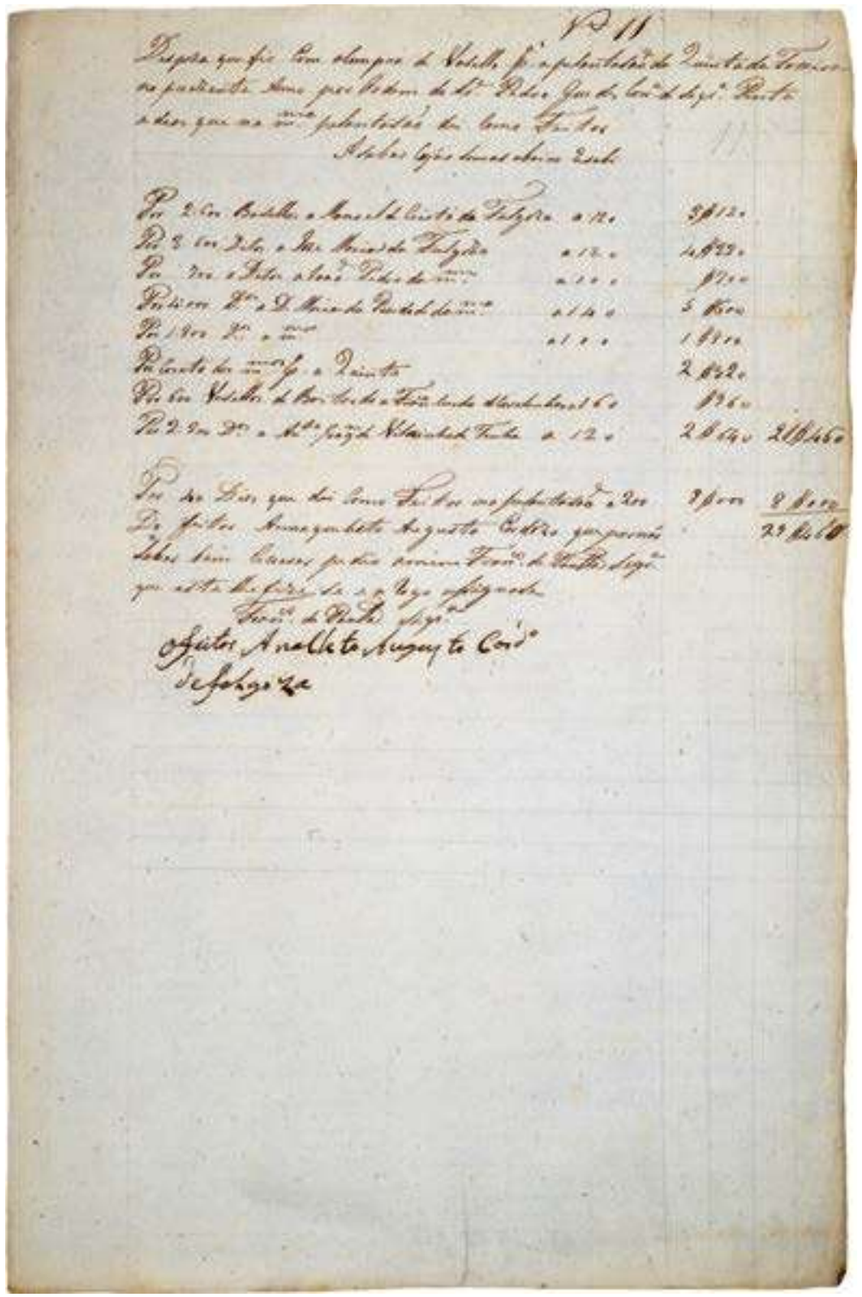
plantada de bacelo e aquela vide velha que aparecer na valada aproveitá-la, metendo-a abaixo, porque vem mais breve e escusa enxertia porque se pode suprir esta com bacelo de tintas. Não tem um bago de uvas nas poucas vides que resistiram até agora afogadas no mato. É terra que depois de movida e plantada de novo precisa para a cava do costume de 800 a 1.000 homens só de cava. Tem a quinta 3 outeiros e 2 vales, que se fosse toda de terra fértil poderia dar de 300 a 400 pipas, mas os outeiros são de fraca produção, assim como os vales do meio para cima, por ser terra inferior; e o que tem da estrada da mesma quinta abaixo é mais fértil, e me disseram que toda a sua produção nunca chegara a 20 pipas, e para a pôr no estado de se aproximar a esta antiga produção é preciso uma grande despesa de plantação e uma boa administração. Poucas paredes novas precisa e as velhas carecem umas de [ser] respaldadas e outras rebulidas para lhe tirar o silvado. Tem umas pobres casas em que vive um caseiro que ali se abriga, e ganha o seu dia aonde o rogam. Tem mais outros pardieiros unidos e desbaratados e descobertos, num dos quais tem duas pequenas lagaretas e um só feixe, estragado com o temporal, e uma delas fará pouco mais de 3 pipas e a outra pouco mais de 4 ditas, mandadas fazer pelo Abade da Sé do Porto, como me disseram, que no estado desbaratado em que estão mostram não ter feito vinho há muitos anos; e a sua pequena grandeza não inculca grande produção da quinta; porém o vinho que vier a dar é de esperar ser de óptima qualidade. Não tem água para beber e uso da quinta senão a do Rio e Foz. Disseram-me que antigamente tinha uma açuda do Rio da Foz, que entrava na quinta, mas que maliciosamente lha principiaram a arruinar e depois, na primeira enchente do Rio, que se foi de todo. O rendimento presente que se pode colher de milho sem água da estrada abaixo, por ser terra mais fértil, enquanto se não puser de bacelo, é de 12 a 15 alqueires. Tem ainda muitas oliveiras, que não estão muito ferrugentas, que poderão dar em ano de azeite de 25 a 30 almudes, e em ano de falta 4 almudes, como me informam»[83]. Também António Fernandes, o principal feitor da quinta em 1820, recordará mais tarde: «esta quinta estava perfeitamente inculta e a monte, e que nada produzia, excepto alguma azeitona de oliveiras que ainda existem, e que mal se aproveitava, em razão do muito mato que havia debaixo delas»[84].

Só em Dezembro de 1819 seria assinado um contrato com o empreiteiro galego Celestino Rodrigues, de Lugo, assistente em Tanha, Abaças, para a plantação de vinha na Quinta da Foz Ceira, por 28$500 réis por milheiro de cepas, estabelecendo as condi-

83 Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Documentos das quintas de Gonçalo Cristóvão*. Carta de Fernando José Correia Monteiro, de Lamego, para a Junta da Companhia, 15.08.1819.

84 Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Documentos das quintas de Gonçalo Cristóvão*. Estado e memorial das quintas de Gonçalo Cristóvão, c. 1860.

▶ *Casas da Quinta da Foz Ceira,2009*. Col. Bulas.



ções de plantação e de construção de calços, muitos deles com pilheiros, ou seja, com videiras plantadas em aberturas regulares nas paredes[85].

Gonçalo Cristóvão continuou a viver no Porto. Como era frequente na época, confiou a direcção dos trabalhos de recuperação das quintas a feitores e caseiros, só se deslocando ao Douro de anos a anos. Em Janeiro de 1820, descobriu que o feitor da Quinta da Azinheira, Francisco Fortunato de Oliveira de Carvalho, tinha extraviado 4 contos de réis, o que o levou a dedicar maior atenção à gestão das quintas[86].

A partir de Janeiro de 1820, a Quinta da Foz Ceira encheu-se de trabalhadores. Mas as condições de trabalho eram deploráveis, com as cardenhas quase inabitáveis, arranjadas à pressa. Nas palavras do feitor António Fernandes: «No começo da referida plantação, foram mandadas reparar e cobrir de madeira e telha as paredes de casas antigas, que se achavam perfeitamente demolidas, para nelas dormirem e arrumarem as ferramentas os obreiros»[87]. Ao consultarmos os relatórios semanais dos informadores da Companhia, percebemos a flutuação do número de trabalhadores, quer porque fossem deslocados para a Quinta da Azinheira, também em reconstrução[88], quer porque não aceitassem as péssimas condições de trabalho, aparecendo quase sempre a referência a galegos doentes. Talvez por isso, a proverbial docilidade dos trabalhadores galegos nem sempre se verificou aqui. Apesar de contar com vários feitores armados, para orientarem o serviço e manterem a disciplina dos vários bandos, a quinta foi palco de tumultos violentos, como aconteceu na noite de 8 de Fevereiro de 1820, segundo se pode ler na carta do informador da Companhia: «Dou parte a V. S.ª para expor à Il.ma Junta de que por pessoa do meu conceito mandei ver as quintas do Il.mo Sr. Gonçalo

85 Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Documentos das quintas de Gonçalo Cristóvão*. Contrato com o empreiteiro Celestino Rodrigues, para a plantação de vinha na Quinta da Foz Ceira, 08.12.1819.

86 Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Documentos das quintas de Gonçalo Cristóvão*. Carta de Gonçalo Cristóvão para a Junta da Companhia, 01.1820.

87 Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Documentos das quintas de Gonçalo Cristóvão*. Estado e memorial das quintas de Gonçalo Cristóvão, c. 1860.

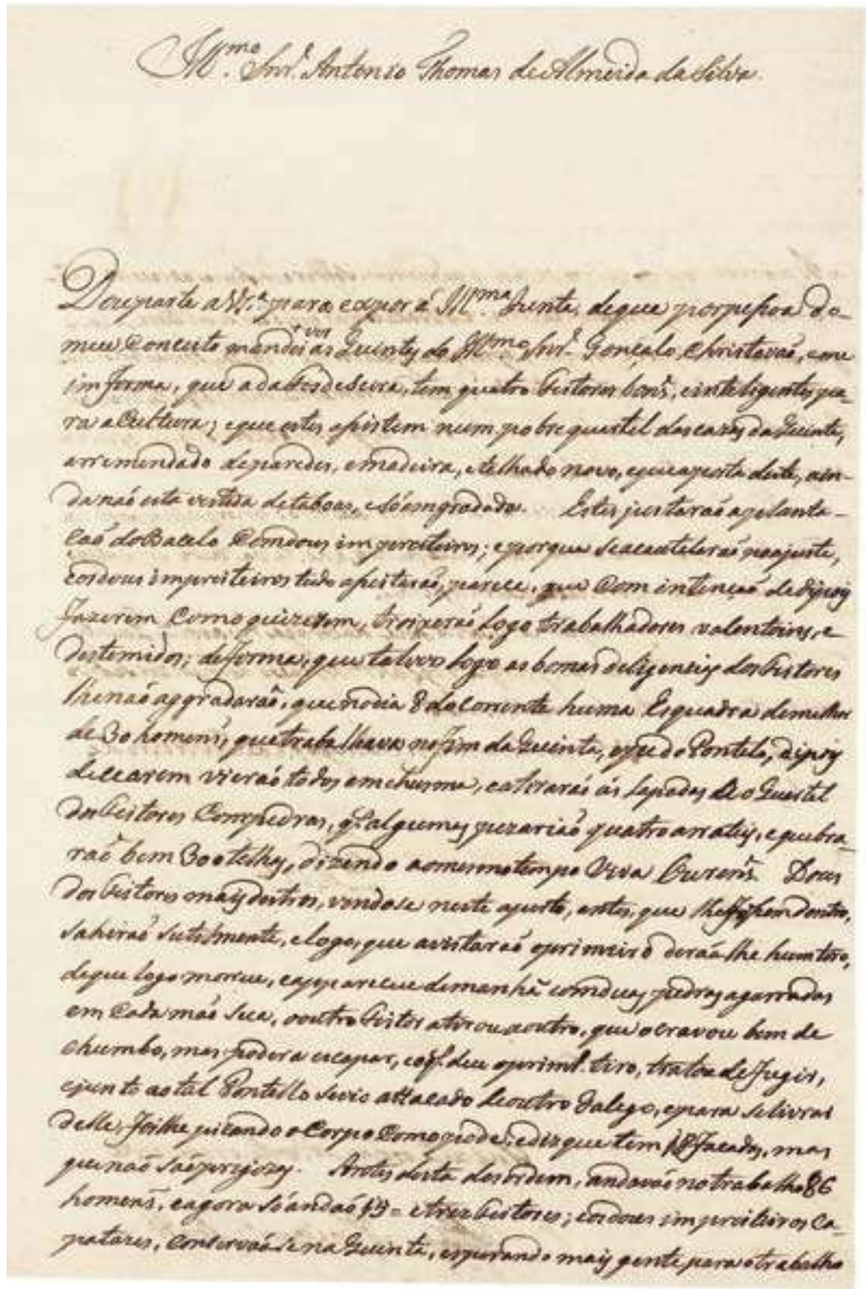
88 Em Janeiro de 1820, Gonçalo Cristóvão justificava o atraso da plantação na Foz Ceira com a conclusão dos trabalhos na Quinta da Azinheira: «estando quase completa a Quinta da Azinheira, que pela semana que vem fica completa de todo o granjeio e plantação que podia receber, que passarão de doze mil camas que leva, só unicamente lhe faltará um ou dois milheiros de bacelo para o seu completo, é a razão por que tem faltado alguma gente na plantação da Quinta da Foz do Ceira, que já tem plantado de 12 a 15 milheiros, e logo que der fim à plantação e granjeio da Azinheira, toda a gente vai para a Foz do Ceira, para preencher o número de 80 homens». Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Documentos das quintas de Gonçalo Cristóvão*. Carta de Gonçalo Cristóvão para a Junta da Companhia, 01.1820.

◀ *Folha de despesas com compra de bacelo para a plantação na Quinta da Foz Ceira, início de 1831*. Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Documentos das quintas de Gonçalo Cristóvão*.

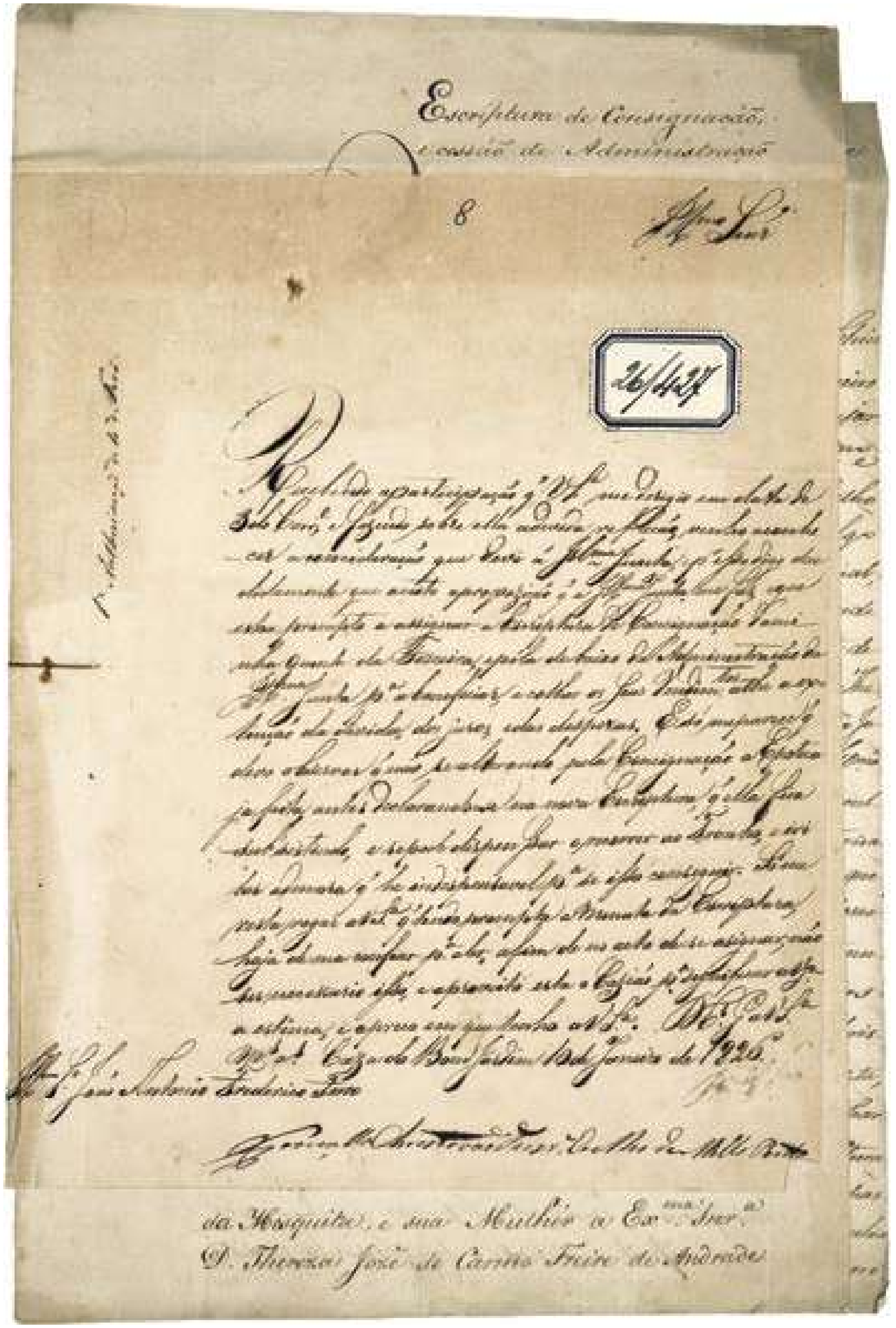
Cristóvão, e me informa que a de Foz de Ceira tem quatro feitores bons e inteligentes para a cultura, e que estes assistem num pobre quartel das casas da quinta, arremendado de paredes e madeira e telhado novo, e que a porta deste ainda não está vestida de tábuas e só engradada. Estes justaram a plantação do bacelo com dois empreiteiros; e porque se acautelaram no ajuste, e os dois empreiteiros tudo aceitaram, parece que com intenção de depois fazerem como quisessem, trouxeram logo trabalhadores valentões e destemidos; de forma que talvez logo as boas diligências dos feitores lhe[s] não agradaram, que no dia 8 do corrente uma esquadra de melhor de 30 homens que trabalhava no fim da quinta, ao pé do Pontelo, depois de cearem vieram todos em chusma e atiraram às sapadas do quartel dos feitores com pedras, que algumas pesariam quatro arráteis, e quebraram bem 300 telhas, dizendo ao mesmo tempo 'Viva Ourense'. Dois dos feitores mais destros, vendo-se neste ajuste, antes que lhe fossem dentro, saíram subitamente e logo que avistaram o primeiro deram-lhe um tiro, de que logo morreu, e apareceu de manhã com duas pedras agarradas em cada mão sua; o outro feitor atirou a outro, que o cravou bem de chumbo, mas poderá escapar, e o que deu o primeiro tiro tratou de fugir, e junto ao tal Pontelo se viu atacado de outro galego, e para se livrar dele foi-lhe picando o corpo como pôde, e diz que tem 18 facadas, mas que não são perigosas. Antes desta desordem andavam no trabalho 86 homens e agora só andam 15 e três feitores, e os dois empreiteiros capatazes conservam-se na quinta, esperando mais gente para o trabalho. As paredes ou socalcos velhos que podem sofrer em cima acrescento vão-se reedificando por um pedreiro, e o bacelo vai em boa altura e largura aonde se pode romper, e porque a pedra é muita os mesmos homens de trabalho a vão assentando, ficando somente uma até três valadas de bacelo entre um e outro socalco, para se consumir a pedra, e as paredes vão cheias de bacelo»[89].

Vale a pena confrontar estas informações com as que, algumas décadas depois, emitiu António Fernandes Abaças, da Ermida, que, em 1820, era o feitor principal da Foz Ceira, até porque se refere não a um mas a dez ou onze mortos no motim dos trabalhadores galegos: «Esta quinta esteve inculta muitos anos, criando-se nela espesso e corrido mato até que, por ocasião em que era público e notório que Gonçalo Cristóvão contraíra um grande empréstimo da Companhia, a mandou plantar de bacelo, e que esta plantação subira acima de 60 milheiros, ficando apenas terreno para nele se plantar 8 a 10 milheiros de bacelo; plantação aquela que ficou interrompida por espaço de

89 Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Documentos das quintas de Gonçalo Cristóvão*. Carta de Fernando José Correia Monteiro, de Lamego, para António Tomás de Almeida da Silva, 13.02.1820.



▶ *Informação sobre o tumulto dos galegos na Quinta da Foz Ceira, 13.02.1820*. Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Documentos das quintas de Gonçalo Cristóvão*.


Escriptura de Consignação, e cessão de Administração

da Mesquita, e sua Mulher a Ex.ma Snr.a D. Thereza Jozé de Carmo Freire de Andrade

4 a 5 anos de uma grande assuada que então houve entre os galegos que a faziam e ele, António Fernandes e mais quatro indivíduos, que todos para ali tinham ido mandados pelo mesmo Gonçalo Cristóvão, na qualidade de feitores daquele serviço, sendo ele António Fernandes o principal responsável por tudo, de cujo conflito resultaram 10 ou 11 mortes daqueles empreiteiros»[90].

Apesar de todos os trabalhos realizados nas suas quintas do Douro, o fidalgo do Bonjardim não conseguiu respeitar os termos do contrato de 1818, que implicavam que, a partir da vindima de 1820, entregasse à Companhia metade do valor anual da venda dos vinhos para amortizar a dívida. Só o fez em 1823 e voltaria, depois, a não cumprir essa obrigação até 1826. Em Janeiro desse ano, dado que a dívida, com a acumulação de juros, continuava a aumentar, somando já cerca de 14 contos, a Junta da Companhia propôs-lhe que entregasse a Quinta da Foz Ceira à sua administração, considerando não ser «possível amortizar-se a dívida por meio da consignação estabelecida, até porque o estado das referidas quintas é o mesmo ou pouco difere daquele que motivou o empréstimo para a sua cultura, reparos e melhoramento»[91]. O fidalgo, sem meios para propor outra alternativa, acabou por entregar a Quinta da Foz Ceira, através de um novo contrato formalizado no início do mês seguinte[92].

No entanto, o rendimento das quintas de Gonçalo Cristóvão era, de facto, muito escasso para amortizar a elevada dívida contraída. Mesmo com as replantações do início da década de 1820, a Quinta da Foz Ceira produziu apenas 2 pipas na vindima de 1826. E, entre 1828 e 1830, produziu uma média de cerca de 5 pipas. Além disso, esse vinho era, provavelmente, vendido «à bica», já que, ao contrário do previsto, não tinham sido reconstruídos os lagares nem existia vasilhame para guardar o vinho, o que justifica também a omissão da Quinta da Foz Ceira nos *Arrolamentos de Vinhos de Embarque* da Companhia até 1830. Um ano por outro, registava-se a produção de algum azeite[93], mas sem significado no rendimento total da quinta[94].

90 Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Documentos das quintas de Gonçalo Cristóvão*. Estado e memorial das quintas de Gonçalo Cristóvão, c. 1860.

91 Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Documentos das quintas de Gonçalo Cristóvão*. Carta da administração da Companhia para Gonçalo Cristóvão, 03.01.1826.

92 Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Documentos das quintas de Gonçalo Cristóvão*. Carta de Gonçalo Cristóvão para a Junta da Administração da Companhia, 26.01.1826; Escritura de consignação e cessão da administração entre Gonçalo Cristóvão e a Junta da Administração da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, 06.02.1826.

93 Em 1827, produziu 2,5 almudes e, no ano seguinte, 11 almudes.

94 Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Documentos das quintas de Gonçalo Cristóvão*. Contas e documentos relativos à dívida de Gonçalo Cristóvão.

◄ *Carta de Gonçalo Cristóvão ao representante da Companhia, aceitando ceder a administração da Quinta da Foz Ceira, 10.01.1826.* Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Documentos das quintas de Gonçalo Cristóvão.*

Não tardou, por isso, a Companhia a reconhecer que seria totalmente inviável retirar da Quinta da Foz Ceira, no estado em que se encontrava, rendimento suficiente para amortizar a dívida. Logo em 1827, através do seu advogado, tentou negociar com Gonçalo Cristóvão para este retomar a administração da Foz Ceira e pagar a dívida, rescindindo o contrato do ano anterior. Gonçalo Cristóvão, sem meios para gerir a quinta, recusou a proposta. A Companhia insistiu: «Sabe V. Ex.ª muito bem que o último contrato foi celebrado na maior boa-fé, e tendo unicamente por fim o interesse comum de ambas as partes, tomando-se então como princípio certo e causa do contrato que o importe da anual produção da Quinta da Foz Ceira, entregue à administração da Il.ma Junta, com o necessário granjeio regular e alguns reparos, daria não só para as despesas do fabrico como também para pagamento dos juros, e pouco a pouco iria dando para a amortização parcial do capital. Aquele princípio porém é, e em breve se conheceu ser, manifestamente falso, porque a referida quinta se acha em tal estado que a sua produção anual, quando muito, apenas poderá cobrir as despesas de granjeio ordinário e mui escassamente alguns reparos de pouco custo; e se se fosse fazer de novo, como ela absolutamente precisa, seria necessário despender um cabedal imenso que só poderia ser restaurado com o longuíssimo decurso de anos superior a todo o cálculo; e que não cabe na administração da Il.ma Junta, e nem a ela nem a V. Ex.ª mesmo conviria tal expediente»[95]. Gonçalo Cristóvão apresentou a contraproposta de entregar também à administração da Companhia a sua Quinta da Azinheira, mas, segundo a Companhia, tal «seria verdadeiramente um simulacro de remédio que deixaria o mal já inveterado sem cura», insistindo em voltar ao contrato de 1818. No entanto, a evolução das negociações deverá ter conduzido à solução proposta por Gonçalo Cristóvão (acrescentando a Quinta de Celeirós), celebrando-se um novo contrato em Abril de 1829, segundo o qual a Companhia ficava com a administração das quintas da Azinheira e Celeirós, a juntar à da Quinta da Foz Ceira[96].

Nos anos seguintes, sobretudo em 1830 e 1831, a Quinta da Foz Ceira conheceu investimentos significativos, com obras nas casas e novas plantações de vinha[97]. Como recordaria, mais tarde, o feitor António Fernandes: «depois que a quinta passou a ser administrada pela Companhia, foi todo reedificado [as construções anteriores que

95 Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Documentos das quintas de Gonçalo Cristóvão*. Carta da Junta da Administração da Companhia para Gonçalo Cristóvão, 05.01.1828.

96 Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Documentos das quintas de Gonçalo Cristóvão*. Correspondência entre Gonçalo Cristóvão e a Junta da Administração da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, 1828; Escritura de consignação e cessão da administração entre Gonçalo Cristóvão e a Junta da Administração da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, 30.04.1829.

97 Por exemplo, em 1831, foram aí plantados 15.500 bacelos. Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Documentos das quintas de Gonçalo Cristóvão*. Folhas de despesas das quintas.

tinham servido de cardenhas] desde os alicerces, mandando fazer nele sobrado, com divisões de quartos, casas térreas pegadas e divididas, para nelas dormirem os obreiros, e recolher animais, cozinha também pegada, dois lagares, que lhe pareciam ser um de 18 e outro de 10 pipas, os quais ficam superiores ao armazém, que é debaixo da sala da mesma casa; e que ouvira dizer que as madeiras que ali se consumiram foram cortadas e conduzidas das matas que o dito Gonçalo Cristóvão possuía na freguesia de Abaças, e que as dera gratuitamente. [...] depois da administração da Companhia [...] ela aumentou a cultura, não só porque mandou plantar o resto do terreno da quinta, que levaria de 8 a 10 milheiros de bacelo, e fazer as competentes geias ou paredes, mas porque daquele tempo em diante tem sido regularmente granjeada, com boa cava e poda, lançando-lhe grande número de mergulhas, aumentando a enxertia e redra, de forma que o melhoramento foi grande»[98].

Viviam-se então tempos conturbados, com o choque violento entre os defensores de um regime político liberal e os adeptos da Monarquia absoluta. Cioso dos seus velhos pergaminhos de nobreza, Gonçalo Cristóvão enfileirava entre os absolutistas acérrimos. Já antes, no início de Junho de 1823, se tinha destacado entre o grupo de fidalgos que organizara, na sequência da Vila-Francada, a contra-revolução no Porto, através do controlo da guarnição militar e da Câmara, onde, no dia 4, D. João VI foi aclamado como Rei absoluto[99]. Nesse mesmo dia, Gonçalo Cristóvão, que havia sido «reformado» do seu posto de Coronel de Cavalaria em 1821[100], foi nomeado Comandante da Força Armada do Porto, montando quartel na sua Quinta do Bonjardim, de onde emitiu uma Proclamação aos portuenses e ordens do dia[101]. Viria a destacar-se, também, no período do absolutismo miguelista, a partir de 1828, como brigadeiro do exército. Nesse ano, aos êxitos político-militares contrapuseram-se acontecimentos familiares dolorosos, com a morte de dois filhos jovens, Gonçalo Cristóvão, o filho primogénito, com 19 anos, que era cadete de Infantaria, e Teresa do Carmo, com 15 anos[102]. Em Março de 1829, D. Miguel concedeu a Gonçalo Cristóvão, bem como a todos os seus filhos, «a distinta mercê de poderem usar da medalha de ouro com a sua

98 Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Documentos das quintas de Gonçalo Cristóvão*. Estado e memorial das quintas de Gonçalo Cristóvão, c. 1860.

99 *Borboleta Duriense*, 05.06.1823.

100 Por Portaria de 29.6.1821. *Diário da Regência*, 30.06.1821.

101 *Borboleta Duriense*, 10.06.1823.

102 O filho Gonçalo Cristóvão faleceu em 04.09.1828 e a filha Teresa do Carmo em 27.10.1828. Arquivo Distrital de Vila Real. Paroquiais. S. Pedro — *Livro de registo de óbitos*, 1820-1836, fl. 102v e 104v-105.

▶▶ Páginas seguintes — *Surribas no Douro: abrindo a terra a ferro*. Fotografia da Casa Alvão. Col, c. 1940. Centro Português de Fotografia (PT/CPF/ALV/002819).

real efígie», atendendo aos «relevantes serviços e mais provas de uma bem acrisolada fidelidade»[103]. Em Julho de 1832, quando D. Pedro entrou no Porto com o seu exército liberal, Gonçalo Cristóvão abandonou a Quinta do Bonjardim, fugindo com a família para a sua casa da Rua das Flores, em Vila Real. Por isso, durante o Cerco do Porto, a Quinta do Bonjardim foi sequestrada, «em razão da fuga do suplicado e ser conhecido afecto ao intruso Governo da usurpação»[104].

O fidalgo faleceu na sua casa da Rua das Flores, em Vila Real, em Novembro de 1832, com 53 anos[105], deixando a viúva, D. Teresa José do Carmo Freire de Andrade, e os seus quatro filhos jovens, Maria das Dores, José António, Francisca de Paula e Duarte Egas Moniz[106], numa situação precária. O filho mais velho, José António Teixeira Coelho de Melo Pinto da Mesquita, ficou como cabeça-de-casal, encarregado de organizar o inventário de menores. O processo de inventário e de partilhas iria arrastar-se até 1845, revelando muitas dívidas por pagar, que ultrapassavam o valor dos bens móveis e de foros vencidos. Algumas propriedades foram à praça. Toda a herança ficaria adjudicada ao cabeça-de-casal, que se encarregou do pagamento das dívidas[107].

A par dos problemas relacionados com a herança paterna, o jovem José António enfrentava a degradação da sua relação conjugal. Tinha casado aos 17 anos, por procuração, com uma menina fidalga de 13 anos, D. Maria do Carmo de Lima Noronha e Alpoim (1815-1871), filha de António de Lima Teixeira de Noronha e de D. Ana Emília de Alpoim e Meneses, de Cabeceiras de Basto[108]. Entre 1831 e 1835, o casal teve três filhos, Maria da Graça, Teresa e Ana Emília de Assunção[109]. Mas, por essa altura, as

103 *Gazeta de Lisboa*, 14.05.1829.

104 Em 1834, após a vitória liberal, houve um despacho para levantar esse sequestro, a pedido da viúva de Gonçalo Cristóvão, mas a propriedade ficou «penhorada», pois os herdeiros «não trataram mais nem de pagar nem de levantar o dito sequestro». Arquivo Distrital de Vila Real. Judicial — *Inventário de menores por morte de Gonçalo Cristóvão Teixeira Coelho de Melo Pinto da Mesquita*, 10.12.1832.

105 Faleceu em 30.11.1832, sendo sepultado na sua capela de S. Brás. Arquivo Distrital de Vila Real. Paroquiais. S. Pedro — *Livro de registo de óbitos*, 1820-1836, fl. 156v.

106 Maria das Dores tinha 22 anos, José António 21, Francisca de Paula 19 e Duarte Egas Moniz 16.

107 Arquivo Distrital de Vila Real. Judicial — *Inventário de menores por morte de Gonçalo Cristóvão Teixeira Coelho de Melo Pinto da Mesquita*, 10.12.1832.

108 O casamento realizou-se em Atei, Mondim de Basto, em 01.03.1829. Arquivo Distrital de Vila Real. Paroquiais. Atei — *Livro de registo de casamentos*, 1808-1838, fl. 57v-58v.

109 Maria da Graça nasceu em 1831; Teresa nasceu na freguesia de S. Pedro, em Vila Real, em 17.08.1832; e Ana Emília de Assunção nasceu em Atei, Mondim de Basto, em 20.03.1835, já depois da separação dos pais, tendo falecido, com menos de 2 meses, em 12.05.1835. Arquivo Distrital de Vila Real. Paroquiais. S. Pedro — *Livro de registo de baptismos*, 1831-1836, fl. 52; Atei — *Livro de registo de baptismos*, 1806-1838, fl. 232; Atei — *Livro de registo de óbitos*, 1808-1838, fl. 65.

◀ *Surriba de encosta para plantação de vinha no Douro*. Fotografia da Casa Alvão, c. 1940. Col. Centro Português de Fotografia (PT/CPF/ALV/002931).

◀ *Plantação de vinha americana no Douro*. Fotografia da Casa Alvão, c. 1940. Col. Centro Português de Fotografia (PT/CPF/ALV/002816).

perturbações da Guerra Civil deveriam ocupar António Teixeira, que, em 1832, com 20 anos, servia o exército miguelista, como Coronel do Regimento de Milícias de Bragança[110]. No final de 1834 ou início de 1835, por suspeitas de infidelidade da mulher, o casal acabou por se separar, ficando José a viver na Quinta de Bouças, em Cabeceiras de Basto, e D. Maria do Carmo na Quinta de S. Pedro de Atei, em Mondim, até 1836. A separação de facto evoluiu para uma separação de direito em 1838, alegando-se nos autos que «o génio da discórdia esvoaçara em torno deles e expusera em circunstâncias de ser perigosa a um, contra sua mútua habitação até um e outro se certificarem da verdade ou falsidade dos motivos que deram causa a esta inesperada desinteligência, acicatados, a um e outro sem dúvida, por pessoas nela interessadas por cuja razão postergada à paixão, e ouvindo tão-somente os ditames da prudência há três para quatro anos vivem separados de facto mas não de direito, considerando porém que suposto possam ser falsos os motivos desta separação, que se verdadeiros fossem eram dela fundamento jurídico, contudo enquanto subsista esta incerteza sua mútua coabitação é ainda talvez perigosa à vida de um e outro, e considerando que não podem viver nesta separação de facto mas que a devem legalizar de direito para cujo efeito têm tentado recorrer ao poder judicial bem contra sua vontade, por conhecerem que questões desta natureza são indecorosas entre pessoas de baixa esfera e muito mais entre Fidalgos da sua categoria»[111]. O casal nunca mais voltaria a reconciliar-se[112].

Foi neste contexto de crise familiar que José António Teixeira Coelho teve de enfrentar a renovação dos contratos que haviam sido feitos pelo pai relativamente à administração das quintas do Douro para saldar a dívida à Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro. Em finais de 1834, a dívida à Companhia elevava-se já a 23.448$587 réis. Sem disponibilidade financeira para propor outra alternativa, os herdeiros de Gonçalo Cristóvão sujeitaram-se às imposições da Companhia, assinando uma nova escritura em Julho de 1835, em que aceitaram não só as condições do contrato

110 Foi nomeado nesse posto pelo Decreto de 13.06.1832, tendo sido, anteriormente, Cadete do Regimento de Cavalaria de Chaves. *Gazeta de Lisboa*, 18.06.1832.

111 Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Documentos das quintas de Gonçalo Cristóvão*. Escritura de separação amigável entre D. Maria do Carmo de Lima Noronha e Alpoim e José António Teixeira Coelho de Melo Pinto da Mesquita, 23.04.1838.

112 No seu testamento, feito em 12.03.1868, António José deixou escrito: «declaro que nunca mais tornei a ter relações com minha mulher, nem juntar-me por momento com ela, em virtude de estar escandalosamente amancebada desde o momento em que deixou a casa de sua mãe em 1836». Arquivo Municipal do Porto. Administração do Bairro Ocidental do Porto — *Testamento com que faleceu José António Teixeira Coelho Pinto da Mesquita*, 31.08.1881. Não sabemos se D. Maria do Carmo teria ido logo viver na companhia de Francisco Manuel da Costa, futuro visconde de Montariol. Dessa relação teria, em 1844, em Braga, um filho natural, Manuel Maria da Costa Alpoim, futuro visconde de Negrelos. Cf. ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins — *Nobreza de Portugal e Brasil*. Vol. III. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1961. Ao contrário do que se lê em Zuquete, D. Maria do Carmo não era então viúva, mas, como vimos, separada.

de 1829 como o aumento do juro anual para 5%[113]. Tratava-se de um contrato leonino, já que a Companhia estabelecia, de forma arbitrária, os valores das receitas e das despesas das quintas, fixando, nomeadamente, preços abaixo do valor corrente do mercado para os respectivos vinhos, do que decorria o aumento crescente da dívida.

Pouco depois, em 1840, José António Teixeira Coelho ainda tentou reverter a situação, interpondo uma acção judicial para anular o contrato de 1835, alegando, sobretudo, irregularidades processuais. Porém, essa acção viria a ser julgada improcedente, depois de se arrastar pelos tribunais durante um quarto de século[114], continuando a Companhia a gerir as quintas.

113 Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Documentos das quintas de Gonçalo Cristóvão*. Escritura de rectificação de obrigação de dinheiro, hipoteca, consignação e mais condições que fazem a viúva e filhos de Gonçalo Cristóvão com os administradores da Companhia dos Vinhos do Porto, 09.07.1835.

114 O último acórdão relacionado com esta acção data de 30.08.1865. Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Documentos das quintas de Gonçalo Cristóvão*. Consultas e esclarecimentos.

3

As doenças da videira: crise e reconstrução do Douro

3. As doenças da videira: crise e reconstrução do Douro

Na segunda metade de Oitocentos, a viticultura duriense atravessou um dos períodos mais trágicos da sua história. As doenças da videira obrigaram não só a novas práticas de granjeio, com a introdução de tratamentos fitossanitários, mas a replantar todo o vinhedo regional, com porta-enxertos americanos. Os custos eram elevadíssimos, já que as novas plantações exigiam surribas mais fundas, patamares mais largos e muros de xisto mais altos e resistentes, em substituição dos velhos socalcos pré-filoxéricos, de muros baixos e irregulares, seguindo o desenho das curvas de nível, com patamares estreitos, por vezes com uma só fiada de videiras, sem embardamento regular, usando as velhas práticas de erguida ou empa de cada videira com tutores de madeira. Tudo isso fez alterar a paisagem das encostas vinhateiras. Por outro lado, a enxertia obrigatória de castas regionais sobre «cavalos» americanos traduziu-se numa total renovação do património genético da viticultura duriense.

Simultaneamente, houve mudanças radicais na organização institucional, com a extinção dos poderes majestáticos da velha Companhia, que deixou de ter o controlo da produção e do comércio dos vinhos do Douro desde 1852, prenunciando a era de liberdade comercial de todos os vinhos durienses, incluindo os de fora da antiga demarcação, que foi abolida em 1865. Entretanto, a extinção dos vínculos, por decreto de 1863, veio permitir a divisão e alienação dos bens dos morgados.

No último quartel do século, coincidindo com um período de aumento da concorrência e de falsificações de vinhos do Porto no mercado internacional, os melhores

◀ *Videira a florescer representando o renascer do Douro*. Fotografia de Rui Costa, 2020. Col. Bulas.

vinhos do Douro, apesar de raros, sofreriam uma forte quebra dos preços e dificuldades de escoamento. Após o drama da crise vitícola, cuja recuperação exigira grandes investimentos aos proprietários que conseguiram resistir, a crise comercial veio agravar a situação de depauperamento regional, de abandono ou de transferência de propriedades, bem como de miséria e de fome entre os assalariados rurais, reflectindo-se, em breve, num crescente fluxo migratório das gentes das aldeias do Douro para as cidades do litoral ou para o Brasil. Aqui e ali, houve proprietários que tentaram sobreviver, sem grande sucesso, reconvertendo as vinhas em terras de gado ou de pão, ou apostando em outras culturas, como o olival ou o amendoal.

O fim da legislação pombalina permitiu que o vinhedo se estendesse pelo Douro Superior até à fronteira. A construção da linha ferroviária do Douro, que chegou à Régua em 1879, ao Pinhão no ano seguinte e a Barca de Alva em 1887, veio não só apoiar esse alargamento do espaço regional mas também reforçar a ligação ao Porto e a Gaia, facilitando o transporte de vides, fitossanitários, adubos, trabalhadores e vinhos.

Dolorosamente, o Douro reinventou-se como região vinhateira. Quando, em 1907, conheceu nova legislação reguladora, a vitivinicultura duriense era já substancialmente diferente da que fora sendo aperfeiçoada ao longo dos séculos anteriores, com novas práticas de surriba e plantação, de granjeio das vinhas e de vinificação. Por outro lado, muitas terras tinham mudado de mãos, emergindo uma nova classe de proprietários, muito diferenciada, com capacidade para investir na recuperação e modernização das quintas vinhateiras. Algumas quintas foram adquiridas ao desbarato por lavradores locais abastados, outras por negociantes e capitalistas, sobretudo ligados ao comércio do vinho do Porto, incluindo famílias e empresas inglesas.

◀ *Caminho-de-ferro no Douro: Ponte ferroviária internacional sobre o Águeda em Barca de Alva*. Fotografia da Casa Alvão, c. 1940.Col. Centro Português de Fotografia (PT/CPF/ALV/025531).
◀ *Comboio parado, carregado com pipas, na estação de caminho-de-ferro de Peso da Régua*. Fotografia da Casa Alvão, c. 1940. Col. Centro Português de Fotografia (PT/CPF/ALV/019282).
▶▶ Páginas seguintes — *Comboio a vapor junto à Quinta da Foz Ceira*. Fotografia de Pedro Sarmento Costa, 2019. Col. Bulas.

3.1. A crise do oídio

A partir de 1852, a propagação do oídio nas vinhas do Douro, uma doença da videira até então desconhecida na região, fez diminuir, substancialmente, a produção de vinhos.

Na Quinta da Foz Ceira, onde a vindima de 1851 atingira 19 pipas de vinho, os registos das colheitas seguintes mostram uma progressiva quebra da produção. Em 1855, a vindima rendeu escassas 5 pipas. E, em 1856, colheram-se apenas 16 almudes[115]. Como recordava um memorando posterior, «nos anos do *oidium* e em que se não enxofrou quase nada produzia, produzindo as vinhas contíguas de 300 pipas somente 27»[116]. Ou seja, o mal era geral, afectando igualmente as vinhas vizinhas da Quinta da Costa, de António Vaz de Sampaio e Melo, com uma quebra da produção de mais de 90%. Em breve, a fase mais aguda da crise do oídio seria ultrapassada, com a difusão dos tratamentos com flor de enxofre.

Na Foz Ceira, os primeiros tratamentos contra o oídio ter-se-ão iniciado em 1857, como sugerem as referências nas contas da quinta à compra de enxofre e de quatro pulverizadores. Desde então a produção voltaria a subir gradualmente, embora com grandes flutuações anuais. De 3 pipas nesse ano passaria a 11 pipas em 1858. Mas não voltaria a aproximar-se das cerca de 20 pipas que se colhiam antes do aparecimento da doença. Entre 1859 e 1873, a média anual pouco ultrapassou 8 pipas de vinho[117]. E, depois, como veremos, desceria ainda mais, com o ataque da filoxera.

As outras produções agrícolas, como o azeite, a batata, os cereais, os legumes e as frutas, destinavam-se, geralmente, ao consumo dos trabalhadores da quinta. Só excepcionalmente terá havido excedentes para comercializar, como aconteceu em 1858, em que se registaram vendas de centeio e de batata, ou em 1866, 1871 e 1873, de alguns almudes de azeite[118].

---

115 Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Documentos das quintas de Gonçalo Cristóvão*. Contas das quintas da Azinheira, Foz Ceira e Celeirós, 1835-1875.

116 Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Documentos das quintas de Gonçalo Cristóvão*. Consultas e esclarecimentos. Documento de c. 1890.

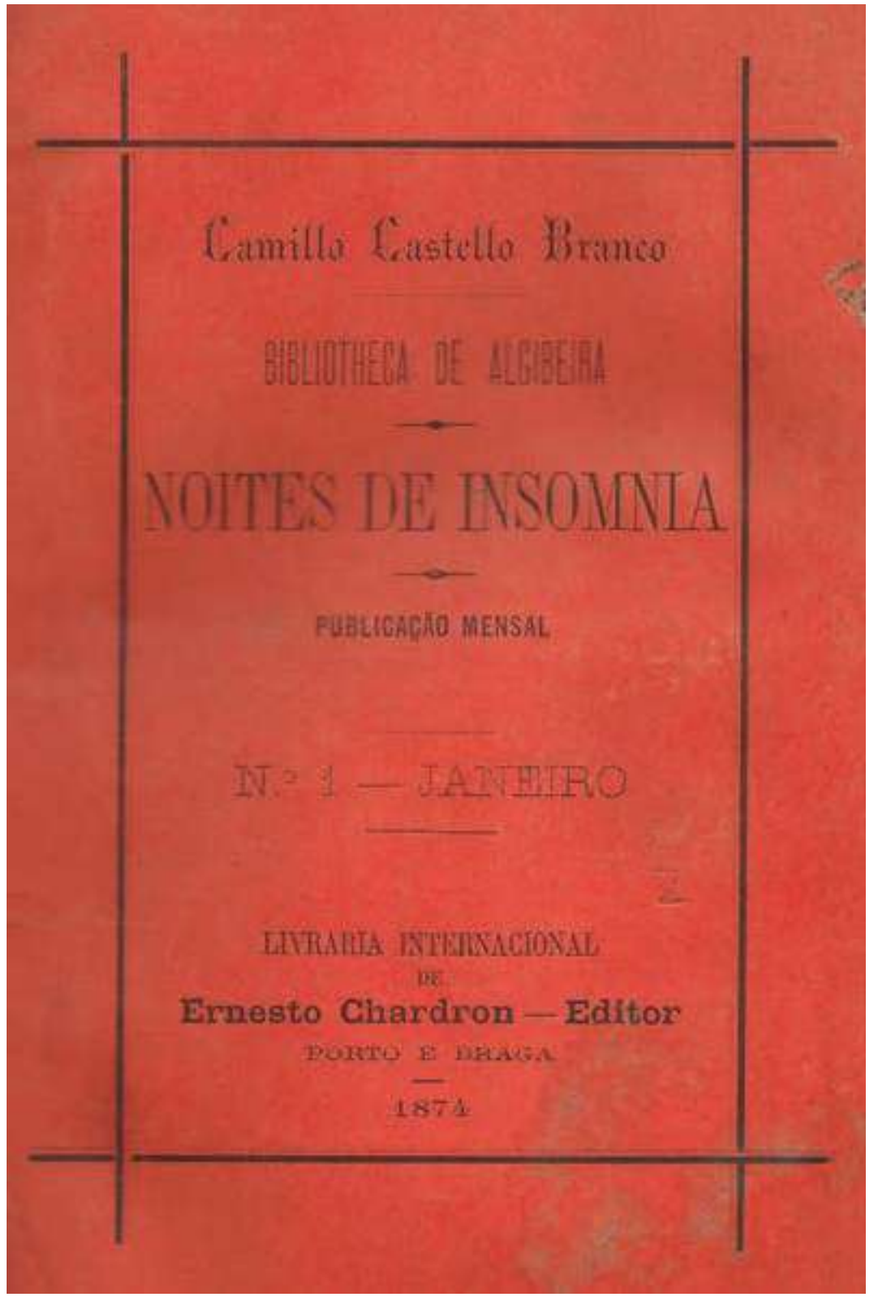
117 Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Documentos das quintas de Gonçalo Cristóvão*. Contas das quintas da Azinheira, Foz Ceira e Celeirós, 1835-1875.

118 Respectivamente, 34, 15,5 e 17,5 almudes. *Ibidem*.

◀ *Despesas das quintas da Azinheira, Foz Ceira e Celeirós, 1857*. Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Documentos das quintas de Gonçalo Cristóvão*.
▶▶ Páginas seguintes — *Enxofra de vinha no Douro*. Fotografia da Casa Alvão, c. 1940. Col. Centro Português de Fotografia (PT/CPF/ALV/002705).

Nessa altura, a quinta mantinha-se sob a administração da Companhia, mas o proprietário, José António Teixeira Coelho de Melo Pinto da Mesquita, acalentava a esperança de poder resgatá-la, pagando a dívida contraída por seu pai. No segundo e último testamento que redigiu em 1868 na sua Quinta em Atei, em Mondim de Basto, onde então residia, deixou todos os seus bens de prazo e a terça dos seus bens livres a sua filha Maria da Graça Teixeira Coelho, casada com José Xavier Teixeira de Barros, residentes em Vila Real, legando à outra filha, Teresa Freire de Andrade Teixeira Coelho, casada com Inácio Xavier Teixeira de Barros, residentes em Celorico de Basto, a sua «Quinta da Foz Ceira, logo que esteja desembaraçada do ónus que tem, o que deverá acontecer por minha morte»[119]. No entanto, esse desígnio não se verificou, continuando a quinta nas mãos da Companhia, mesmo depois da morte do fidalgo. É que a dívida, com a acumulação dos juros, aumentara continuamente, somando mais de 85 contos na década de 1870, e José António Teixeira Coelho não dispunha de meios para a remir. Segundo o romancista Camilo Castelo Branco, que conhecia bem o fidalgo, desde as suas andanças de juventude por Vila Real, José António encontrava-se, no final da sua vida, numa situação crítica, próxima da miséria. Provavelmente exagerada pela liberdade literária, e com algumas imprecisões genealógicas, a narrativa camiliana, datada de 1874, testemunha, pelo menos, as dificuldades por que passava então o descendente de Gonçalo Cristóvão: «Representa-se no Porto um drama chamado *Egas Moniz*. [...] / Quando o drama se anunciou, a primeira vez, nos cartazes, um homem de sessenta anos, vestido de preto, sobrecasaca no fio, o veludo da gola rapado, as calças recortadas e lamacentas à volta das botas azuladas de velhice, parou à esquina da Rua Formosa, a ler o cartaz grudado no cunhal da igreja das Almas. / Eu reconheci-o à distância, avizinhei-me, e parei, por detrás dele, em frente do cartaz, meditando. / E meditava isto: / Egas Moniz gerou Lourenço Viegas, o espadeiro; [...] / E assim se foram gerando uns dos outros com uma constância digna da nossa admiração, até que uma senhora da casa dos Coelhos, senhores de Vieira e Felgueiras, casou na casa dos senhores da Teixeira e Sergude, e deste consórcio gerou-se: / Gonçalo Pinto Coelho, que gerou: / Martim Teixeira Coelho, que gerou: / Bernardo José Teixeira Coelho, que gerou: / Gonçalo Cristóvão Teixeira Coelho de Melo Pinto de Mesquita, senhor da Teixeira, de Sergude e do Bom Jardim, pai daquele homem pobremente vestido que lia o cartaz do drama *Egas Moniz*, na esquina da Rua Formosa. / Aproximei-me dele, pus-lhe a mão no ombro, e disse-lhe: / — Está o meu amigo regozijando-se de ler em letras

119 Arquivo Municipal do Porto. Administração do Bairro Ocidental do Porto — *Testamento com que faleceu José António Teixeira Coelho Pinto da Mesquita em 31.08.1881*, realizado em 12.03.1868.



▶ *Capa de brochura do primeiro número de* Noites de Insónia *(1874), de Camilo Castelo Branco*. Colecção particular de Rui Domingues. Cortesia Casa de Camilo.

enormes o tio de seu décimo oitavo avô Egas Moniz... / — Não, senhor — respondeu ele sorrindo — estava a cismar numa cousa que me não regozija absolutamente nada... / — Bem sei — acudi eu com a minha notória esperteza — estava V. Exc.ª meditando que já não há portugueses que, à semelhança de seu avô, fossem de corda ao pescoço dar satisfação da palavra mal cumprida. / — Não, senhor; pensava em outra cousa... /— Bem sei... pensava no apagado luzimento desta heróica estirpe dos Viegas, dos Coelhos, dos... / — Não, senhor; pensava em ir ver ao teatro Baquet representar a façanha deste meu ilustre avô; mas vejo aqui escrito que um lugar de galeria custa duzentos réis; e eu, décimo oitavo neto de Egas Moniz, se tivesse dous tostões, iria empregá-los no jantar de meus filhos, que estão em jejum»[120].

120 CASTELO BRANCO, Camilo — *Noites de Insónia, oferecidas a quem não pode dormir* [1874]. In CASTELO BRANCO, Camilo — *Obras Completas*. Vol. XIV. Porto: Lello & Irmão, 1991, p. 689-690.

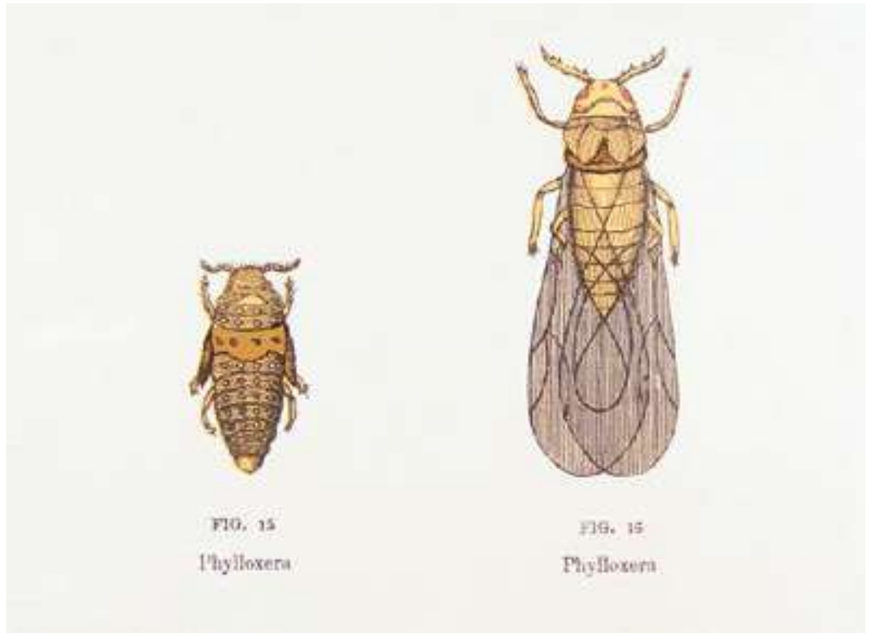
3.2. A «nova moléstia» das vinhas

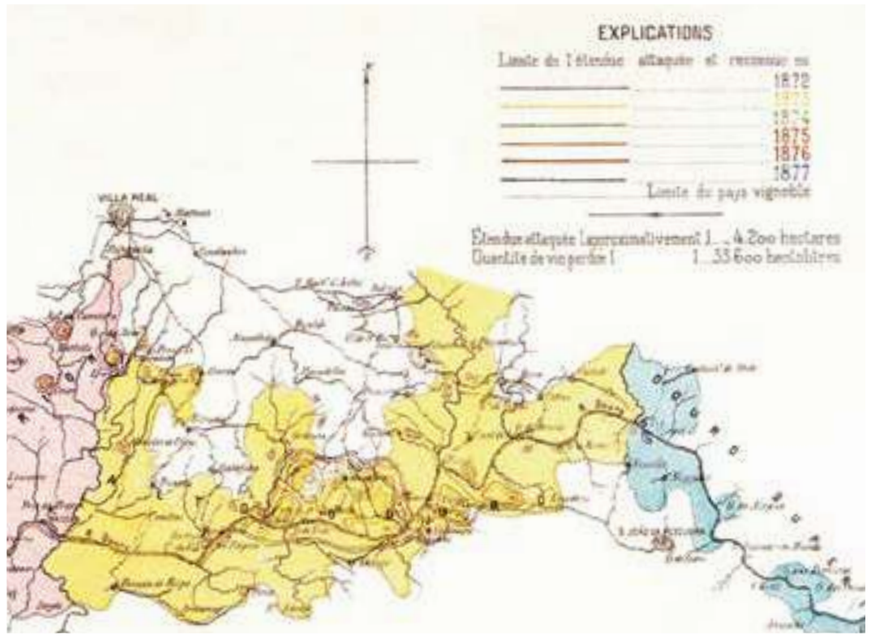
Nos anos sessenta do século XIX, as vinhas do Douro, ainda mal recuperadas da invasão do oídio, conheceram uma «nova moléstia», bem mais grave do que a anterior, provocada por um insecto minúsculo, a filoxera, que se alimentava da seiva das raízes das videiras. Em pouco tempo, as plantas secavam, transformando as vinhas em «mortórios» estéreis. De início, não se conhecia a causa da morte das videiras, sendo o avanço do insecto bastante lento, confinando-se a sua acção devastadora ao foco inicial, precisamente em Gouvinhas, de onde teria alastrado para a vizinha freguesia de Covas. Só no início da década de 1870 começariam a aparecer nos jornais do Porto e na imprensa especializada notícias alarmantes dessa «nova moléstia» que devastava os vinhedos do Sul de França e do Douro.

O governo de Fontes Pereira de Melo tomou medidas imediatas. Logo em Maio de 1872, Rodrigo de Morais Soares, Director-geral do Comércio e Indústria, enviou ao Governador Civil de Vila Real um «Interrogatório acerca da nova moléstia das vinhas do Douro», pedindo informações detalhadas sobre a situação. Nesse ofício, destacava-se uma quinta que fora de António de Melo Vaz de Sampaio, de onde, supostamente, irradiara a filoxera: «Chegando ao conhecimento do governo a deplorável notícia de que em algumas vinhas do Douro, e principalmente na quinta que foi de António de Melo, de Gouvinhas, se manifestou a moléstia causada pelo insecto denominado *philoxera vastatrix*, determina s. ex.ª o ministro, que v. ex.ª empregue, com urgência, todos os meios que a sua reconhecida inteligência e zelo pelo serviço público lhe sugerirem para obter os esclarecimentos que constam do interrogatório junto»[121]. Três semanas depois «confirmadas, por comunicação do governador civil de Vila Real, as lamentáveis notícias que corriam acerca da manifestação, em algumas vinhas do Douro, da nova moléstia, causada pelo funesto insecto denominado *philoxera vastatrix*», o governo nomeou uma comissão presidida por Rodrigo de Morais Soares, Director-geral do Comércio e Indústria, e integrada pelo Visconde de Vila Maior, João Inácio Ferreira Lapa, Silvestre Bernardo Lima e António Augusto de Aguiar, para propor as medidas que considerassem mais adequadas para combater a filoxera[122]. Essa Comissão Central, com sede em Lisboa, criou duas delegações, uma em Coimbra, dirigida pelo Visconde de Vila Maior, e outra no Porto, constituída por José Duarte de Oliveira Júnior, António Batalha Reis e Jaime Batalha Reis. Esta última, encarregada de estudar a nova moléstia das vinhas, deslocou-se ao Douro, visitando setenta propriedades em quatro concelhos (Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Peso da Régua e S. João da

121 Ofício de 14.05.1872, publicado em *O Arquivo Rural*, 1872, p. 96.

122 Portaria de 08.06.1872, publicada em *O Arquivo Rural*, 1872, p. 96.





Pesqueira), descobrindo em todos focos de infestação filoxérica. No seu relatório, a Comissão fez remontar a presença do insecto no Douro à Primavera de 1863, nas vinhas da Quinta dos Montes ou da Azinheira, em Gouvinhas, de António de Melo Vaz de Sampaio[123], o proprietário da Quinta da Costa de Baixo. Nessa quinta, onde se colhiam 60 a 70 pipas de vinho antes da filoxera, a produção baixara para 55 pipas em 1865, cerca de 19 em 1869, 8 em 1870 e 1 em 1872[124]. Na origem desse foco inicial, o primeiro a ser detectado em Portugal e um dos primeiros da Europa, estariam algumas videiras americanas importadas pelo proprietário da Quinta dos Montes em 1862. Logo nesse ano, como informaria em 1873, Lopo Vaz de Sampaio e Melo, filho e herdeiro de António de Melo, teriam secado 50 cepas devido à filoxera: «Data de 1862 a invasão filoxérica em Portugal, numa vinha da freguesia de Gouvinhas, concelho de Sabrosa, distrito de Vila Real. Esta vinha pertencia ao falecido conselheiro Lopo Vaz de Sampaio e Melo, que, em carta de 20 de Janeiro de 1873, participou à comissão da Gironda que no ano de 1862 tinham secado naquela propriedade umas 50 cepas, e mais tarde todas as outras que as tinham substituído. [...] A princípio, a invasão em Portugal caminhou lentamente e sem que se lhe prestasse muita atenção. Em 1869, uma parte da primeira vinha de Gouvinhas achava-se destruída e o mal lavrava já pelas propriedades vizinhas, enchendo de susto os seus proprietários»[125]. Nesse caso, a partir de Gouvinhas, o Douro teria sido a primeira região vitícola da Europa a ser invadida pela nova doença da videira[126]. Apesar da destruição de boa parte da vinha na sua Quinta dos Montes, António de Melo Vaz de Sampaio mantinha-se, nessa altura, como um dos lavradores mais ricos e um dos maiores contribuintes de todo o concelho de Sabrosa[127], certamente por não estarem ainda afectadas pela filoxera as outras extensas propriedades que possuía em Gouvinhas, a começar pela Quinta da Costa de Baixo.

123 OLIVEIRA JÚNIOR, José Duarte de; REIS, António Batalha; REIS, Jaime Batalha — *A nova moléstia das vinhas no Douro. Relatório apresentado à Comissão Central pela Delegação encarregada de estudar no Douro a nova moléstia das vinhas*. [Outubro 1872]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1873, p. 15-16.

124 OLIVEIRA JÚNIOR, José Duarte de — *Novo flagelo das vinhas*. Porto: Jornal de Horticultura Prática, 1872, p. 7; MELO, Lopo Vaz de Sampaio e — *Apontamentos sobre a nova moléstia das vinhas*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1873, p. 8.

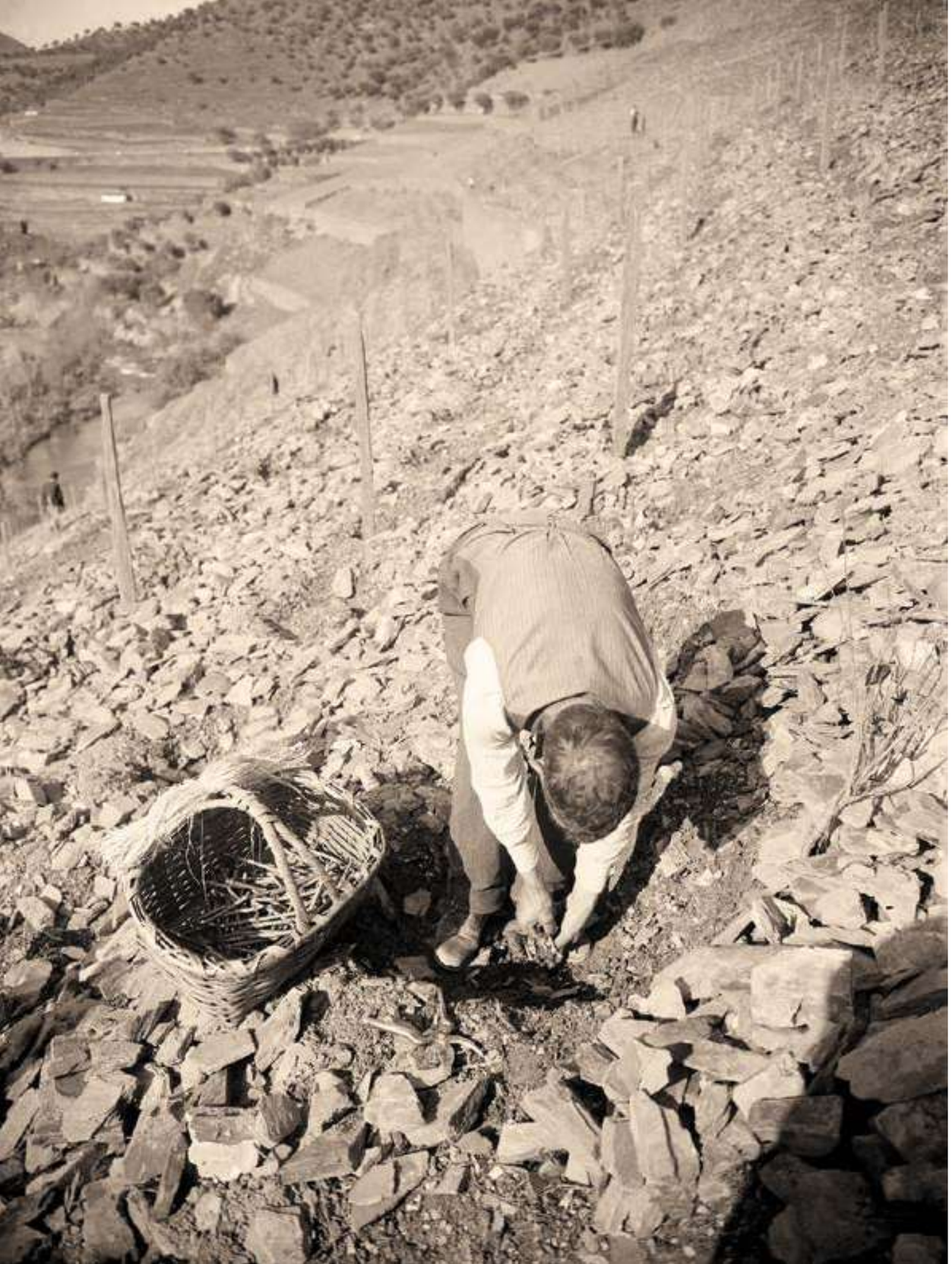
125 BARROS, Alfredo de Vilanova de Vasconcelos Correia de — «Reconstituição da vinha europeia pela enxertia sobre cepas americanas». *Boletim da Direcção-Geral de Agricultura*, n.º 12. Lisboa: Imprensa Nacional, 1894, p. 938.

126 MARTINS, Conceição Andrade — «A filoxera na viticultura nacional». *Análise Social*, vol. XXVI (112-113), 1991 (3-4), p. 656.

127 Arquivo Distrital de Vila Real. Governo Civil — *Recenseamento eleitoral do concelho de Sabrosa*, 1869.

◀ *Formas da* philoxera vastatrix. Litografia de Emílio Biel publicada pelo Visconde de Vilarinho de S. Romão, *Flagelos da Videira*, 1891, p. 122.

◀ *Pormenor do Mapa da progressão da filoxera no Douro até 1878*. Publicado por Rodrigo de Morais Soares, em *Mémoire sur les Vins du Portugal*, 1878.



Não podemos precisar o momento em que a filoxera terá iniciado a sua invasão devastadora nas vinhas da Costa de Baixo e da Foz Ceira. Em 1873, a Quinta da Foz Ceira, administrada pela Companhia, produziu ainda 10 pipas de vinho. Mas, no ano seguinte, a colheita baixou para 5 pipas e, em 1877, para 2,5 pipas, devendo-se, certamente, essa queda da produção à acção devastadora da filoxera. Além disso, nesse ano de 1877, parte da quinta seria expropriada para a construção da linha ferroviária do Douro[128]. Em 1880, praticamente todas as vinhas estariam já reduzidas a mortórios, como se pode ler num documento escrito por volta de 1890: «há dez anos já produzia tão pouco por causa da filoxera que já não chegava para pagar ao caseiro, produzindo o ano passado apenas 3 almudes [...]. Os calços sempre foram levantados, e se agora não são é porque a vinha acha-se devastada e seca pela filoxera, e que assim procedem todos os proprietários de vinhas nesse estado»[129]. Em Gouvinhas, a calamidade era geral, com todas as vinhas dizimadas pela filoxera. Na vindima de 1892, segundo o visconde de Vilarinho de S. Romão, a produção de toda a freguesia somou apenas cerca de 20 pipas[130].

A recuperação dos vinhedos do Douro, com a plantação de porta-enxertos americanos e a enxertia de castas regionais, só se expandiria nessa altura, atingindo, na década de 1890, uma dimensão extraordinária[131]. Até então, muitos viticultores preferiam tratar as vinhas filoxeradas com a injecção de sulfureto de carbono, o que apenas conseguia atrasar a progressão do insecto. Nessa fase anterior, foi crucial o estudo e o trabalho realizados por alguns pioneiros, defensores da replantação com videiras americanas, entre os quais se destacou Joaquim Pinheiro de Azevedo Leite Pereira, de Provesende, que, em 1876, procedeu ao plantio das primeiras cepas americanas na sua Quinta de Vale de Figueira, em Covas do Douro, tendo improvisado uma escola para ensinar a arte da enxertia.

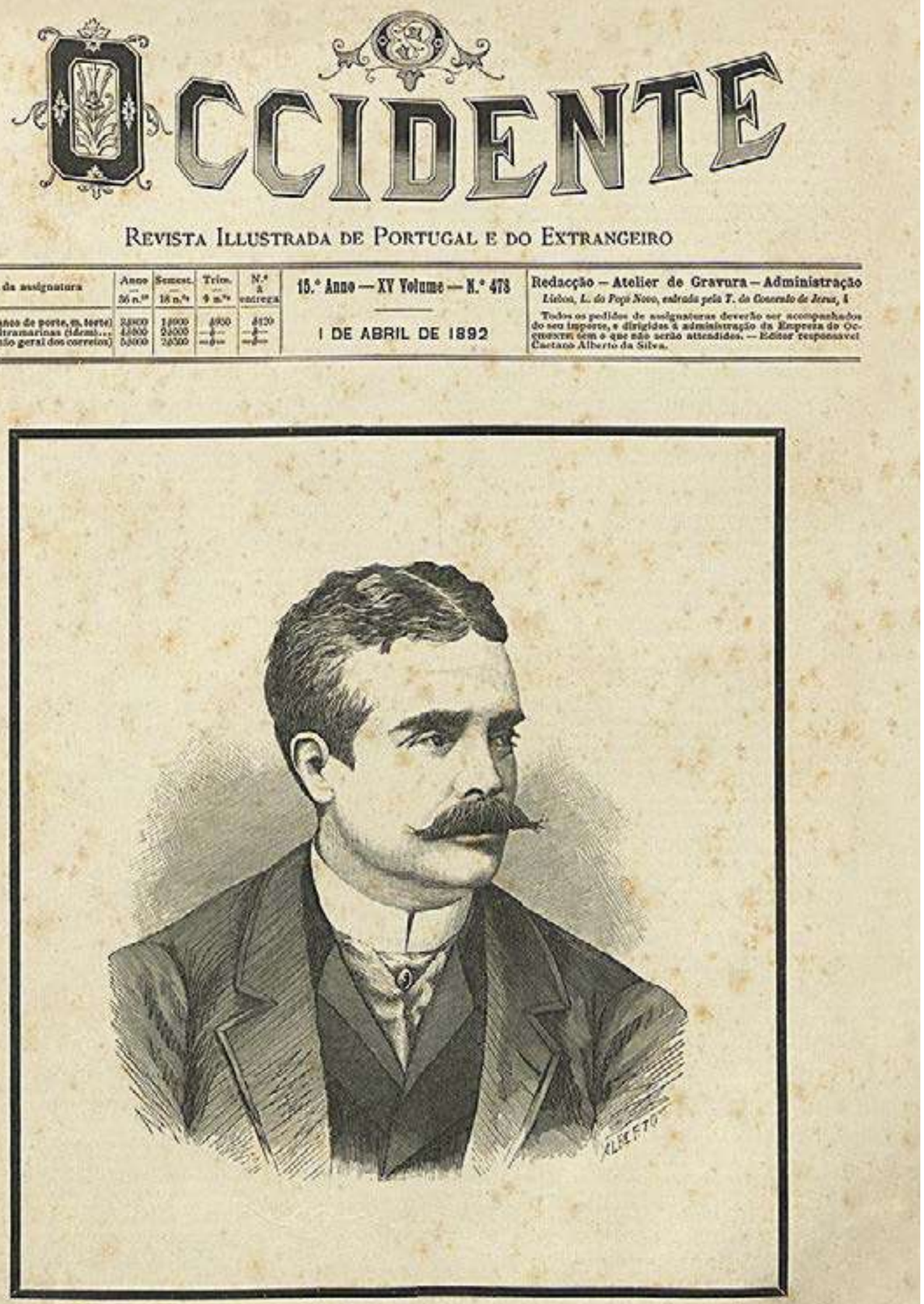
128 Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Documentos das quintas de Gonçalo Cristóvão*. Contas das quintas da Azinheira, Foz Ceira e Celeirós, 1835-1875.

129 Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Documentos das quintas de Gonçalo Cristóvão*. Consultas e esclarecimentos. Parecer, c. 1890.

130 VILARINHO DE S. ROMÃO, Visconde de — *Viticultura e vinicultura. Trás-os-Montes–Alto Douro Central*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1896, p. 547.

131 A superfície vitícola do Douro, que, antes da invasão filoxérica, era de 43 mil hectares, estava reduzida em 1888 a cerca de um terço. PEREIRA, Miriam Halpern — *Livre-câmbio e Desenvolvimento Económico. Portugal na segunda metade do século XIX*. Lisboa: Edições Cosmos, 1971, p. 178. Segundo o conselheiro Teixeira de Sousa, nos distritos da Guarda Viseu, Vila Real e Bragança, plantaram-se, entre 1893 e 1902, mais de 20 mil hectares de vinhas, a maior parte na região do Douro integrada nesses distritos. Cf. SOUSA, António Teixeira de — *A Questão do Douro*. Porto: Empresa Guedes, 1907, p. 15-16.

◀ *Enxertia de videira no Douro*. Fotografia da Casa Alvão, c. 1940.Col. Centro Português de Fotografia (PT/CPF/ALV/002953).


O OCCIDENTE

REVISTA ILLUSTRADA DE PORTUGAL E DO EXTRANGEIRO

Preços da assignatura	Anno — 36 n.os	Semest. — 18 n.os	Trim. — 9 n.os	N.o avulso entrega
Portugal (franco de porte, m. forte)	3$600	1$800	950	120
Possessões ultramarinas (idem)...	4$000	2$000	—$—	—$—
Extrang. (união geral dos correios)	5$000	2$500	—$—	—$—

15.º Anno — XV Volume — N.º 473

1 DE ABRIL DE 1892

Redacção — Atelier de Gravura — Administração
Lisboa, L. do Poço Novo, entrada pela T. do Convento de Jesus, 1

Todos os pedidos de assignaturas deverão ser acompanhados do seu importe, e dirigidos á administração da Empreza do Occidente; sem o que não serão attendidos. — Editor responsavel Caetano Alberto da Silva.

CONSELHEIRO LOPO VAZ DE SAMPAIO E MELLO — FALLECIDO EM 20 DE MARÇO DE 1892

3.3. Lopo Vaz de Sampaio e Melo: o ministro natural de Gouvinhas, proprietário da Costa de Baixo

Entretanto, em Janeiro de 1871, tinha falecido António de Melo Vaz de Sampaio, com 73 anos[132]. Os seus herdeiros, a viúva, D. Bárbara Felícia do Amaral, com quem casara dois dias antes, e o filho, Lopo Vaz de Sampaio e Melo, tiveram de enfrentar um longo processo judicial com os descendentes de Ludovina Augusta de Melo e Sampaio, irmã de António de Melo, dado que este não procedera a inventário e partilhas por ocasião do falecimento de seus pais, Lopo Vaz de Sampaio e Melo (falecido em 1827) e Maria Vitória de Carvalho Melo e Sampaio (falecida em 1847).

O procedimento de António de Melo teria as suas razões. Por um lado, a maior parte das propriedades estava então sujeita ao regime de morgadio, extinto apenas em 1863. Mas havia ainda outros motivos, desde o facto de aquela irmã ter recebido, adiantadamente, por dote de casamento, em 1821, 4 contos de réis, por conta das legítimas dos pais, e ter, entretanto, falecido em 1837, não existindo, provavelmente, relações entre os seus descendentes e a família de Gouvinhas. A realização do inventário e das partilhas das vastas propriedades do casal com esses parentes estaria, certamente, entre as preocupações de António de Melo, tal como a legitimação do seu filho Lopo, de modo a garantir os seus direitos à herança paterna, o que o terá levado a casar, à hora da morte, com a mãe do rapaz, Bárbara Felícia do Amaral. Poucos dias depois, a 27 de Janeiro, decerto cumprindo instruções do falecido marido e do filho Lopo, já que ela não sabia ler nem escrever, Bárbara Felícia dirigiu ao Delegado do Procurador Régio e Curador dos Órfãos no Julgado de Sabrosa uma participação do falecimento do marido, referindo os factos precedentes: «D. Bárbara Felícia de Sampaio e Melo, viúva deste lugar de Gouvinhas, participa a V. S.ª que, tendo falecido no dia 18 de Janeiro do corrente ano seu marido António de Melo Vaz de Sampaio deste mesmo lugar, sem disposição alguma testamentária, deixando apenas um filho maior, Lopo Vaz de Sampaio e Melo, ficou a suplicante meeira no casal. Acontece porém que, tendo falecido Lopo Vaz de Sampaio e Melo, sogro da suplicante, em 21 de Novembro de 1827, ficou sua mulher, D. Maria Vitória, na posse dos bens do casal, sem chamar à partilha os interessados, e finando-se esta em 10 de Agosto de 1847, entregou-se de todo o casal ao marido da suplicante, possuindo-o indiviso até à sua morte recente, não obstante só lhe pertencer metade dos bens livres deixados por seus pais, pertencendo a outra metade a sua irmã, D. Maria Ludovina Vaz Guedes de Melo e Sampaio, hoje representada por

132 Faleceu em Gouvinhas, em 18.01.1871. Arquivo Distrital de Vila Real. Paroquiais. Gouvinhas — *Livro de registo de óbitos*, 1871, fl. 1v.

◀ *Lopo Vaz de Sampaio e Melo*. Gravura publicada na revista *O Ocidente*, 01.04.1892.

seus filhos e netos de maior e menor idade, sendo todavia certo que nunca ninguém requereu do marido da suplicante partilha do casal, o que ele nesse caso teria dado; não sabendo a suplicante se porventura há alguns credores a esta herança. O que participo a V. S.ª para os fins legais»[133].

Não interessa aqui penetrar nesse longo processo judicial de partilhas entre os dois ramos da família Sampaio e Melo, mas apenas compreender o que se passou com a Quinta da Costa de Baixo e com os seus proprietários. Apesar de ser nomeada cabeça-de-casal, D. Bárbara Felícia passou procurações a advogados para tratarem do processo de partilhas entre seu filho e os parentes do marido. Pouco depois, em Julho de 1871, renunciou a todos os direitos sobre as propriedades da Casa de Gouvinhas, que passou de direito para o filho Lopo («em cuja posse e domínio de facto já se acha desde o falecimento do marido e pai dos outorgantes»), ficando apenas com as que já possuía antes do casamento[134]. Na escritura de cessão, referiam-se alguns dos bens pertencentes ao anterior vínculo de morgado, nomeadamente, a Quinta do Espinhal, em Donelo, a vinha do Pousadouro, a Quinta da Costa de Baixo, «que consta de vinha, hortas, mata, casa de habitação, lagares e dois armazéns e duas minas de água», a Quinta da Costa de Cima, o Bacelo do José António, a Vinha das Aguaneiras, a Vinha Plana, a Vinha Velha do Chão do Abade e outra vinha próxima, o Bacelo do Jornal, a Vinha do Serro da Igreja, a Vinha do Seixo e o Bacelo do Sampaio de Além, a Vinha do Sampaio de Cá, a Vinha da Escadavada e um pomar de espinho no sítio do Figueiredo, em Gouvinhas[135].

Não sabemos se a relação com o filho se teria degradado a ponto de Bárbara Felícia abandonar a casa de Gouvinhas onde vivera durante décadas, mas o certo é que se retirou então, na companhia da sobrinha Maria da Conceição Moreira do Amaral[136], para a sua casa de Guiães, onde viria a falecer em 18 de Junho de 1879. Nos seus últimos anos de vida, Bárbara Felícia viveu na companhia dessa sobrinha e da afilhada Bárbara, filha natural da sobrinha, à qual legou, por testamento[137], o terço disponível, deixando o filho Lopo como herdeiro dos restantes bens[138].

133 Arquivo Distrital de Vila Real. Judicial — *Processo de inventário obrigatório*. Inventariados: Lopo Vaz de Sampaio e Melo, Maria Vitória; Inventariante: Bárbara Felícia de Sampaio e Melo, 1871-1876.

134 Arquivo Distrital de Vila Real. Notariais. 1.º Cartório Notarial de Sabrosa — *Livro de notas*, 1871-1872. Escritura de cessão e renúncia que faz D. Bárbara Felícia de Sampaio e Melo, viúva, a seu filho Lopo Vaz de Sampaio e Melo, 14.07.1871, fl. 44v-46; Escritura de partilha amigável extrajudicial entre D. Bárbara Felícia de Sampaio e Melo e seu filho Lopo Vaz de Sampaio e Melo, 15.07.1871, fl. 46v-47.

135 Arquivo Distrital de Vila Real. Notariais. 1.º Cartório Notarial de Sabrosa — *Livro de notas*, 1871-1872. Escritura de cessão e renúncia que faz D. Bárbara Felícia de Sampaio e Melo, viúva, a seu filho Lopo Vaz de Sampaio e Melo, 14.07.1871, fl. 44v-46.

136 A sobrinha Maria da Conceição viria a ter aí, em 21.07.1872, uma filha natural, que baptizou com o nome de Bárbara, cuja madrinha foi D. Bárbara Felícia. Arquivo Distrital de Vila Real. Paroquiais. Guiães — *Livro de registo de baptismos*, 1872, fl. 8v-9.

137 Arquivo Distrital de Vila Real. Notariais. 1.º Cartório Notarial de Vila Real — *Livro de notas*, 1878-1879. Testamento de D. Bárbara Felícia de Sampaio e Melo, 30.11.1878, fl. 80v-81v.

Como aconteceu a todos os lavradores do Douro, afectados pela forte redução do rendimento das colheitas, a mãe de Lopo Vaz teve também de recorrer ao crédito hipotecário, «precisando do dinheiro para o granjeio e aumento dos seus bens imobiliários». Em Novembro de 1878, contraiu uma dívida de 140$000 réis à Irmandade das Almas de Guiães com juros de 5% ao ano[139].

Por essa altura, o seu filho, Lopo Vaz de Sampaio e Melo, com cerca de 30 anos, vivia em Lisboa, onde era deputado, destacando-se como um dos políticos mais influentes do Partido Regenerador. Vale a pena recordar alguns passos da sua carreira fulgurante. Em 1864, com 16 anos, ingressara no curso de Direito na Universidade de Coimbra, distinguindo-se entre os melhores alunos[140]. No final do seu curso, no ano lectivo de 1869-1870, nos últimos tempos de vida de seu pai, teve de abandonar os estudos temporariamente, mudando-se de Coimbra para o Porto, para tratar dos negócios paternos. Segundo Alberto Pimentel, o consignatário encarregado da venda dos vinhos de António de Melo no Porto «suicidara-se no rio Douro depois de ter abusado dos créditos de que estava munido» e Lopo Vaz teve de acompanhar o demorado processo de liquidação[141].

Num período conturbado da vida política portuguesa, o jovem Sampaio e Melo envolveu-se na campanha eleitoral desse ano, candidatando-se nas listas do Partido Reformista, pelo círculo de Alijó. Contando com o apoio do Bispo de Viseu (António Alves Martins, natural de Alijó), líder desse partido, viria a ser eleito, com 22 anos, para a Câmara dos Deputados nas eleições de Outubro de 1870. Apesar de interrompido por motivos familiares, nomeadamente a morte do pai em Janeiro de 1871 e as questões ligadas à herança, o trabalho parlamentar do jovem Lopo Vaz revelou as suas capacidades políticas. Finda essa legislatura em Junho de 1871, regressou à sua casa de Gouvinhas, preocupando-se com a gestão da vasta herança paterna. Terá iniciado por essa altura os seus estudos sobre a filoxera e os meios de a combater. Em 1873, publicaria um opúsculo, que fez distribuir gratuitamente entre os lavradores da região do Douro[142].

138 Os bens móveis, incluindo um tonel de 11 pipas, foram avaliados em 33$190 réis; a casa e as terras em 1.935$000 réis. Arquivo Distrital de Vila Real. Judicial — *Processo de inventário obrigatório*. Inventariada: Bárbara Felícia de Sampaio e Melo; Inventariante: Lopo Vaz de Sampaio e Melo, 1879.

139 Arquivo Distrital de Vila Real. Notariais. 1.º Cartório Notarial de Vila Real — *Livro de notas*, 1878-1879. Escritura de dívida de D. Bárbara Felícia de Sampaio e Melo à Irmandade das Almas de Guiães, 30.11.1878, fl. 81v-82v.

140 PIMENTEL, Alberto — *Lopo Vaz de Sampaio e Melo: esboço biográfico*. Lisboa: Adolfo, Modesto & C.ª, 1891, p. 9.

141 Idem, *ibidem*, p. 11.

142 MELO, Lopo Vaz de Sampaio e — *Apontamentos sobre a nova moléstia das vinhas*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1873.

Só voltaria ao parlamento em Janeiro de 1877, eleito novamente por Alijó, pelo Partido Regenerador. Em Setembro de 1878, seria nomeado Director-geral da Instrução Pública, cargo que exerceu apenas durante cerca de dois meses, já que, em Novembro, viria a ser nomeado Director-geral das Alfândegas e Contribuições Directas. Nas eleições seguintes, em 1879, obteve uma esmagadora vitória por Sabrosa, de onde era natural e onde se mantinha como residente e eleitor em Gouvinhas[143]. Seria novamente eleito por esse círculo nas eleições de finais desse ano.

Após a morte da mãe, Lopo Vaz centraria cada vez mais a sua vida na capital e na actividade política. Pouco depois, em Julho de 1880, casou com a jovem lisboeta Virgínia de Chaves Lages, de 20 anos, filha do Conselheiro José António Gomes Lages, natural de Freixo de Espada à Cinta, e de D. Alexandrina Amélia Chaves, uma açoreana da ilha de S. Miguel. O casamento contou com a presença de destacadas personalidades políticas como testemunhas, nomeadamente o chefe do Partido Regenerador, Fontes Pereira de Melo, então Presidente da Câmara dos Pares, Conselheiro, Ministro e Secretário de Estado Honorário, e o Visconde de Chanceleiros, Sebastião José de Carvalho, grande proprietário de Alenquer e Par do Reino, que havia já desempenhado os cargos de Governador Civil de Lisboa e Ministro das Obras Públicas[144]. O casal fixou residência na freguesia de Santa Catarina, na Travessa da Portuguesa, sucedendo-se o nascimento dos seus seis filhos ao longo dessa década.

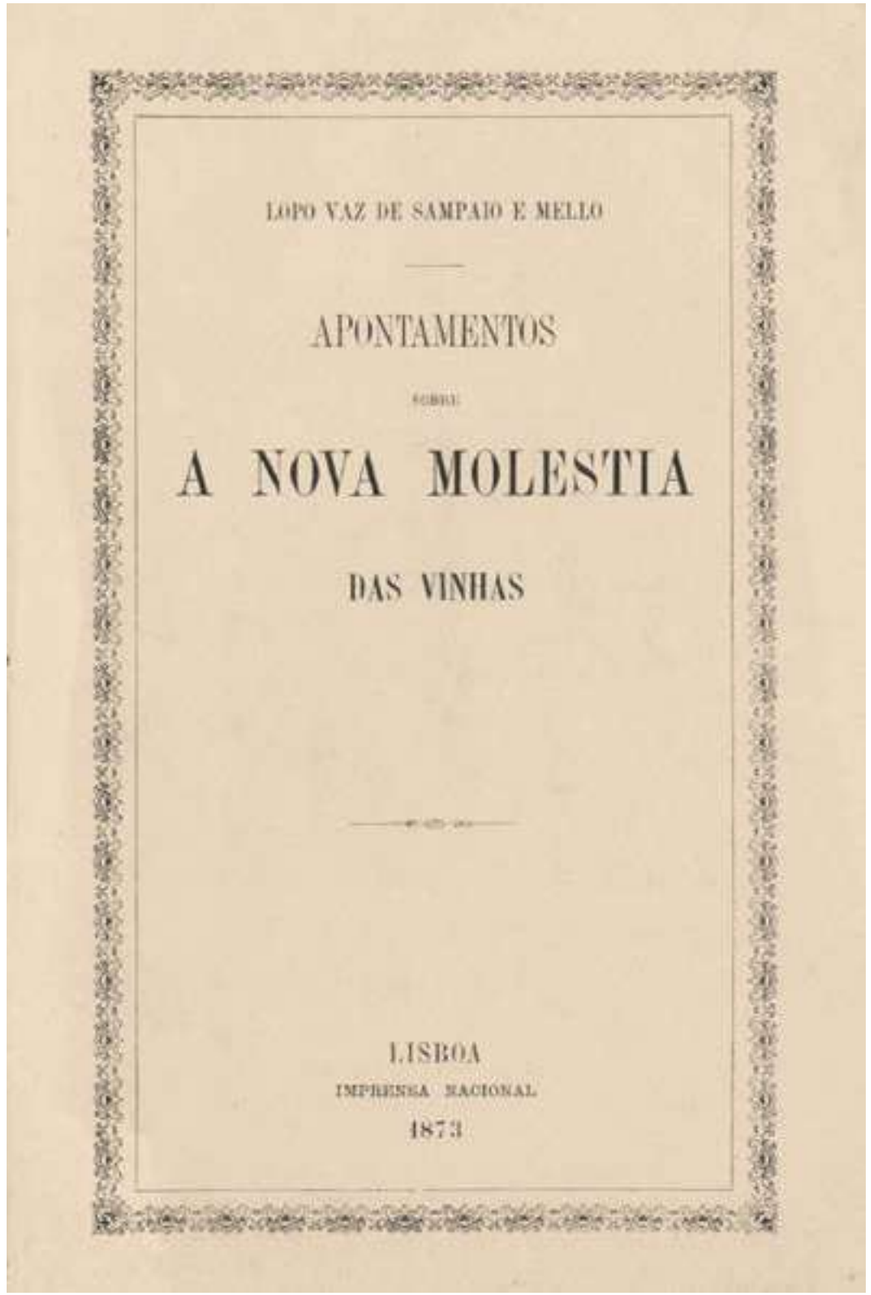
Com a queda do governo progressista em Março de 1881 e sua substituição por um governo regenerador, chefiado por António Rodrigues Sampaio, Lopo Vaz de Sampaio e Melo foi chamado a exercer o importante cargo de Ministro da Fazenda, que desempenhou até Novembro desse ano. Nas eleições para a nova Câmara dos Deputados, seria eleito, simultaneamente, por Lisboa e Vila Nova de Gaia. Em Outubro de 1883, no governo chefiado por Fontes Pereira de Melo, voltaria a integrar a equipa governativa, como Ministro da Justiça, cargo que exerceu até Fevereiro de 1885, tendo sido, entretanto, eleito deputado por Braga nas eleições de 1884. E, no ano seguinte, foi eleito para a Câmara dos Pares pelo Colégio Distrital de Braga. Nas eleições de 1886 e de 1889, voltaria a ser eleito deputado pelo mesmo círculo.

Na sequência do *ultimatum* inglês de 11 de Janeiro de 1890, com a queda do governo progressista de José Luciano de Castro e a formação de um novo governo regenerador, chefiado por António de Serpa Pimentel, Lopo Vaz retomou o cargo de

143 Arquivo Distrital de Vila Real. Governo Civil — *Recenseamento eleitoral do concelho de Sabrosa*, 1879.

144 O casamento realizou-se na igreja paroquial de S. Sebastião da Pedreira, em Lisboa, em 02.07.1880. Arquivo Distrital de Lisboa. Paroquiais. S. Sebastião da Pedreira — *Livro de registo de casamentos*, 1880-1883, fl. 81-82.

▶ *Opúsculo* Apontamentos sobre a nova moléstia das vinhas, *publicado por Lopo Vaz de Sampaio e Melo, em 1873*.


LOPO VAZ DE SAMPAIO E MELLO

APONTAMENTOS

SOBRE

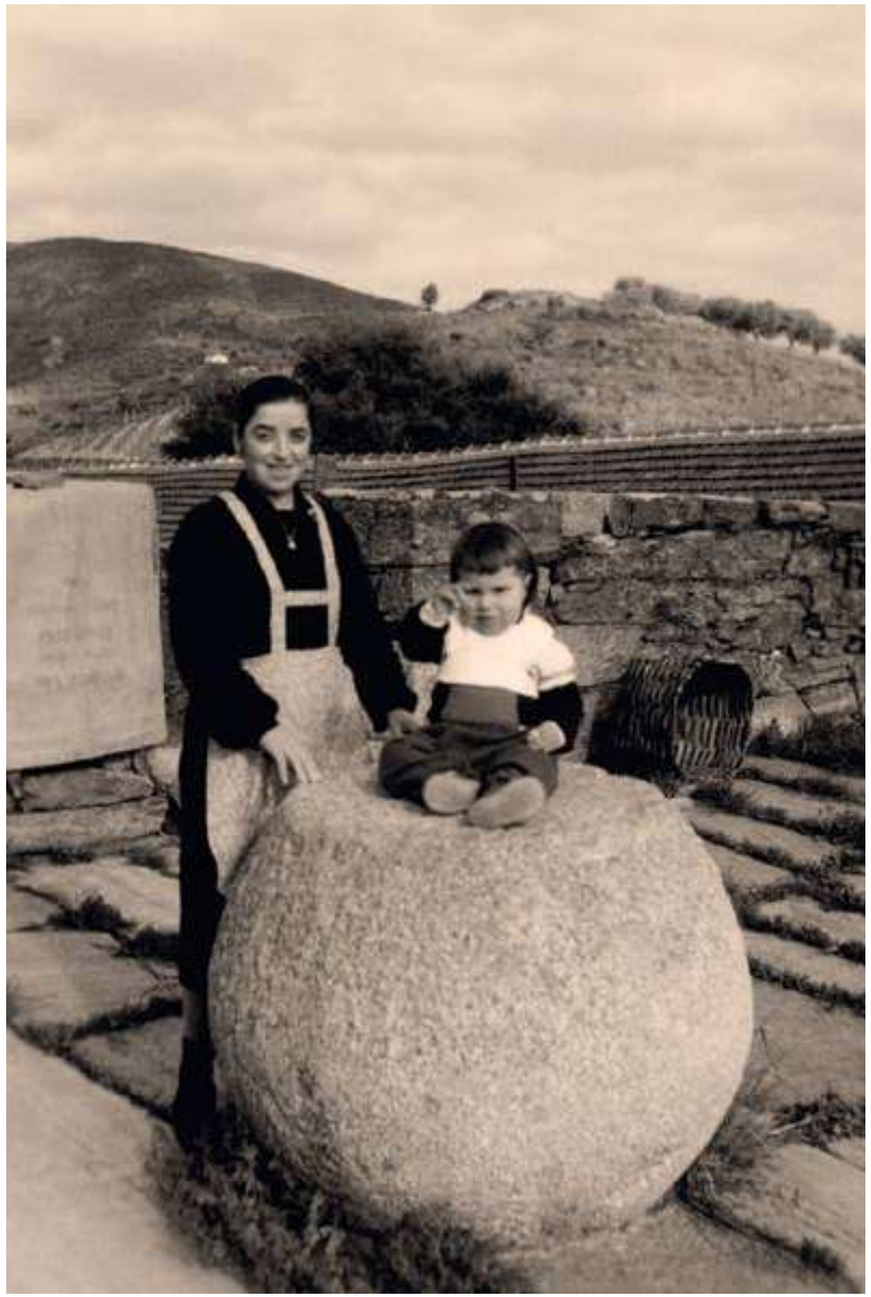
A NOVA MOLESTIA

DAS VINHAS

LISBOA

IMPRENSA NACIONAL

1873



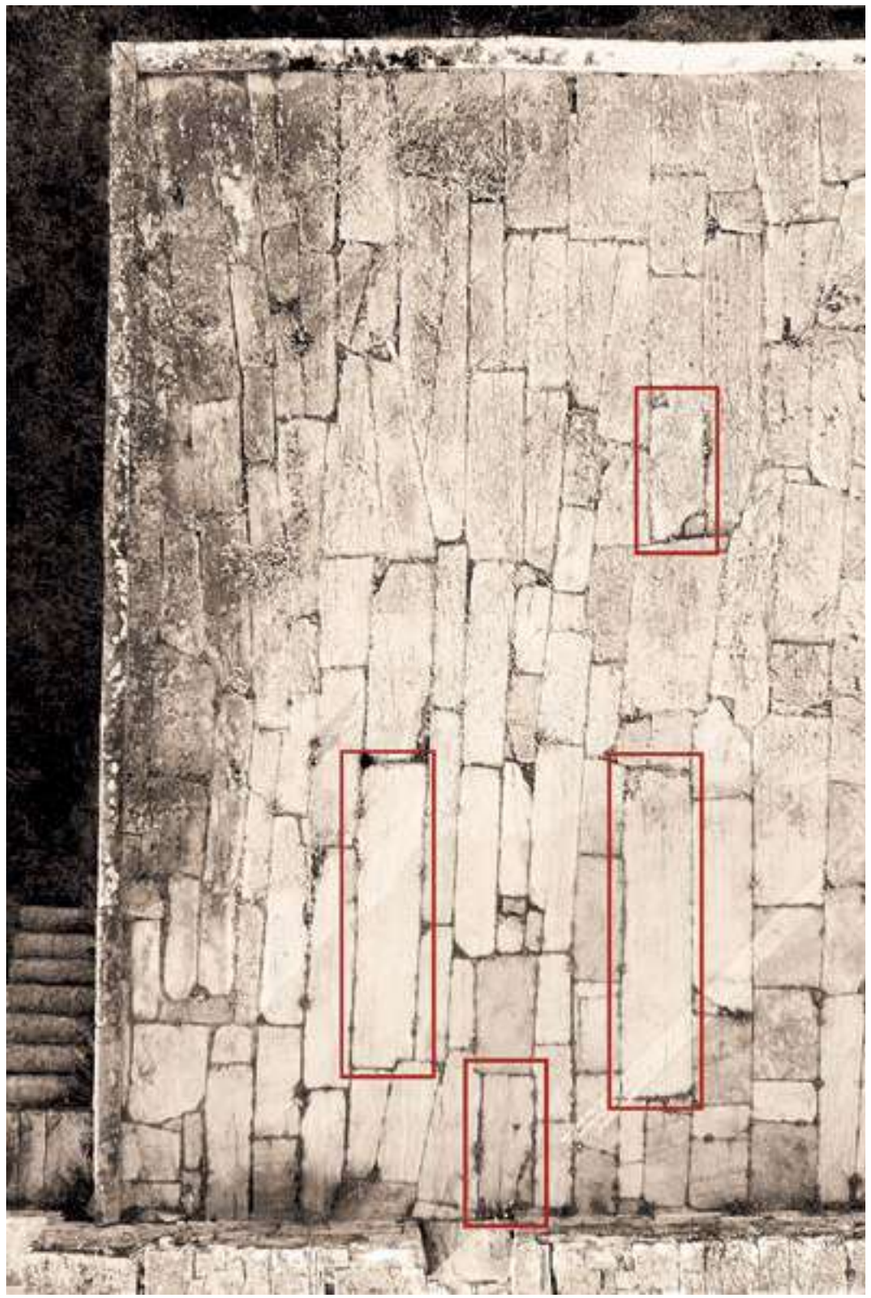
Ministro da Justiça até à demissão desse governo em Outubro. Voltaria ainda a exercer funções governativas, a partir de Maio de 1891, como Ministro do Reino, no segundo ministério suprapartidário de João Crisóstomo. Em Julho, sentindo-se doente, pediu para ser substituído temporariamente nessas funções, viajando para Espanha, para uma cura de águas termais em Mondariz. Pouco depois, na viagem de regresso, contraiu uma febre tifóide, só se restabelecendo em Novembro, altura em que regressou à chefia do Ministério do Reino, lugar que ocupou até Janeiro de 1892[145]. Não estava, porém, completamente curado. Faleceu, poucos meses depois, com 43 anos, deixando a viúva, D. Virgínia de Chaves e Melo Gomes Lages, com 6 filhos menores[146].

Se conhecemos, com razoável detalhe, a trajectória familiar e política de Lopo Vaz de Sampaio e Melo, não conseguimos descobrir documentação que nos permitisse esclarecer a sua acção como viticultor, em particular como proprietário da Quinta da Costa de Baixo, no período épico da luta contra a filoxera, no último quartel do século XIX. Não sabemos se Lopo Vaz terá tido algum sucesso como viticultor nem se terá conseguido manter as vastas propriedades herdadas, que deveriam estar então quase totalmente destruídas. Desse tempo a quinta conserva um ou outro vestígio que suscita mais interrogações do que certezas, mas que poderá indiciar algumas mudanças. A enorme eira lajeada, situada a poente dos edifícios da quinta, sugere uma aposta extensiva em culturas cerealíferas. É bem provável que esta eira date do período filoxérico, em que a morte das vinhas e os elevados investimentos necessários para a sua replantação terão conduzido, como aconteceu em outras quintas, a um regresso à cerealicultura.

145 PIMENTEL, Alberto — *Lopo Vaz de Sampaio e Melo: esboço biográfico*. Lisboa: Adolfo, Modesto & C.ª, 1891; ALMEIDA, Pedro Tavares de; CLUNY, Isabel – «Melo, Lopo Vaz de Sampaio e». In MÔNICA, Maria Filomena (coord.) — *Dicionário Biográfico Parlamentar*. Vol. 2. Lisboa: ICS/ Assembleia da República, 2005, p. 865-870.

146 Lopo Vaz de Sampaio e Melo faleceu em Lisboa em 20.03.1892. Deixou os filhos António (com 10 anos), Lopo (8), Margarida (7), Maria Alexandrina (6), Manuel (5) e Fernando (3). *Diário Ilustrado*. Lisboa, 21.03.1892; *A Folha*. Régua, 23.03.1892.

◀ *Ana da Conceição Barros com José Afonso Bulas Cruz, junto a um antigo peso de prensa, na eira da Quinta da Costa de Baixo, 1957*. Col. Família Bulas Cruz.
▶▶ Páginas seguintes — *Eira na Quinta da Costa de Baixo, 2015*. Col. Bulas.



3.4. A Quinta da Foz Ceira no tempo da reconversão pós-filoxérica

Na Quinta da Foz Ceira, a destruição provocada pela filoxera e a queda abrupta do seu rendimento na década de 1870 fizeram agravar, com a acumulação dos juros anuais, o montante da dívida dos descendentes de Gonçalo Cristóvão, que, a 1 de Janeiro de 1879, ascendia já a 85.106$912 réis, muito acima do valor da propriedade.

Para a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, que mantinha a administração da quinta, com o objectivo de amortizar essa dívida, a devastação filoxérica, situando as receitas muito abaixo das despesas, traduziu-se num dilema: ou a Companhia devolvia a quinta aos seus proprietários, rescindindo os anteriores contratos e esperando que eles pagassem a dívida contraída pelo seu antepassado, ou fazia grandes investimentos na replantação dos vinhedos afectados.

Numa primeira fase, a Companhia tentou a primeira solução. Em Novembro de 1879, moveu uma apelação cível contra os herdeiros de Gonçalo Cristóvão, visando rescindir os contratos e ser ressarcida da dívida e dos respectivos juros. No entanto, nos trâmites de um longo processo, que durou mais de 12 anos, a Companhia perderia a acção em todas as instâncias judiciais, que negaram a possibilidade de rescisão dos contratos, sem a anuência da outra parte, considerando improcedente a acção intentada pela Companhia e condenando-a ao pagamento das custas de ambas as partes[147].

Só depois de perder essa acção, a Companhia passou a investir na recuperação da Quinta da Foz Ceira. As contas apresentadas pelos caseiros entre finais do século XIX e inícios do século XX permitem perceber uma paulatina recuperação, iniciando-se ainda em 1892, ano em que se terão plantado aí as primeiras cepas americanas, a par das tradicionais mergulhias. Nessa altura, foi criado um viveiro de «barbados» americanos[148]. A partir do ano seguinte, além dos granjeios regulares, quer das vinhas quer dos olivais, e outros serviços, os trabalhos de recuperação da quinta intensificaram-se, com

147 Os dois filhos vivos de Gonçalo Cristóvão, António Teixeira Coelho de Melo Pinto da Mesquita e Maria das Dores Teixeira Coelho Freire de Andrade, a filha de António Teixeira, D. Maria da Graça Teixeira Coelho, e seu marido, José Xavier Teixeira de Barros. Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Documentos das quintas de Gonçalo Cristóvão*. Cópia das tenções e do acórdão do Tribunal da Relação do Porto nos Autos de Apelação Cível da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro contra os herdeiros de Gonçalo Cristóvão/José António Teixeira de Melo, 1879-1892. Pouco depois de ter sido iniciado esse processo, faleceu o fidalgo José António Teixeira Coelho Pinto da Mesquita, filho de Gonçalo Cristóvão, em 31.08.1881, na Foz do Douro, na Travessa do Passeio Alegre, onde residia «acidentalmente». Arquivo Distrital do Porto. Paroquiais. S. João da Foz do Douro — *Livro de registo de óbitos*, 1881, fl. 31v.

148 Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Documentos das quintas de Gonçalo Cristóvão*. Documentos de despesa das quintas.

◀ *Vista aérea da eira da Quinta da Costa de Baixo, mostrando a reutilização de pedras de antigos lagares*. Fotografia de Pedro Abrunhosa Pereira, 2020. Col. Bulas.

obras na «casa da quinta, na armação, portas, janelas, caixilhos, quatro vidraças, e ultimamente obra de trolha, por estar tudo em ruína, nunca ter sido reparada a casa»[149].

Talvez por isso, já em 1896, o Visconde de Vilarinho de S. Romão distinguisse a Quinta da Foz Ceira, administrada pela Companhia, entre as principais quintas de Gouvinhas. Pelo contrário, este autor não menciona a Quinta da Costa de Baixo, que deveria estar então reduzida a «mortórios»[150].

149 Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Documentos das quintas de Gonçalo Cristóvão*. Inventários das quintas.

150 Nessa zona, Vilarinho de S. Romão refere também a Quinta da Costa (de Cima), da viscondessa de Guiães. VILARINHO DE S. ROMÃO, Visconde de — *Viticultura e vinicultura. Trás-os-Montes–Alto Douro Central*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1896, p. 444.

◀ *Pinheiro manso no Douro*. Fotografia de Emílio Biel publicada no livro *Viticultura e Vinicultura*, do Visconde de Vilarinho de São Romão, Lisboa, Imprensa Nacional, 1896, p. 52.
▶▶ Páginas seguintes — *Panorâmica da Quinta da Costa de Baixo*. Fotografia de Pedro Sarmento Costa, 2017. Col. Bulas.

4

As quintas da Costa de Baixo e da Foz Ceira no século XX

4. As quintas da Costa de Baixo e da Foz Ceira no século XX

4.1. A Foz Ceira: da Companhia aos herdeiros de Gonçalo Cristóvão e a venda posterior

A reconstituição pós-filoxérica da Quinta da Foz Ceira, que se vinha fazendo a ritmo lento desde 1892, com novas plantações e enxertias, ganhou maior expressão na primeira década do século XX. As grandes surribas, com uso de dinamite, o plantio de vários milheiros de videiras americanas por ano e a construção de paredes de xisto ocorreram sobretudo entre 1902 e 1912. Nessa época, sob a orientação do caseiro José da Silva e Sousa, a quinta empregava durante todo o ano na renovação das vinhas e nos granjeios 30 a 40 homens, além de mulheres e rapazes. Em alguns anos, surgem-nos também referências à plantação de olivais[151]. Entre 1908 e 1910, trabalharam ainda na quinta vários mineiros, «a romper a mina» de água. E, em 1911, foi construído um novo cais[152].

A região do Douro atravessou então um período de grande agitação social. A crise filoxérica e a posterior reconstituição das vinhas deixaram muitos proprietários endividados. Desde finais do século XIX, com muitas vinhas já recuperadas, os viti-

151 Em 1907, por exemplo, foram plantadas 300 oliveiras. Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Documentos das quintas de Gonçalo Cristóvão*. Documentos de despesa das quintas.

152 Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Documentos das quintas de Gonçalo Cristóvão*. Documentos de despesa das quintas.

◀ *Quinta da Costa de Baixo, em 1951*. Fotografia de José Bulas Cruz. Col. Bulas.
▶▶ Páginas seguintes — *Surriba de terreno de encosta no Douro com dinamite*. Fotografia da Casa Alvão, c. 1940. Col. Centro Português de Fotografia (PT/CPF/ALV/002802).

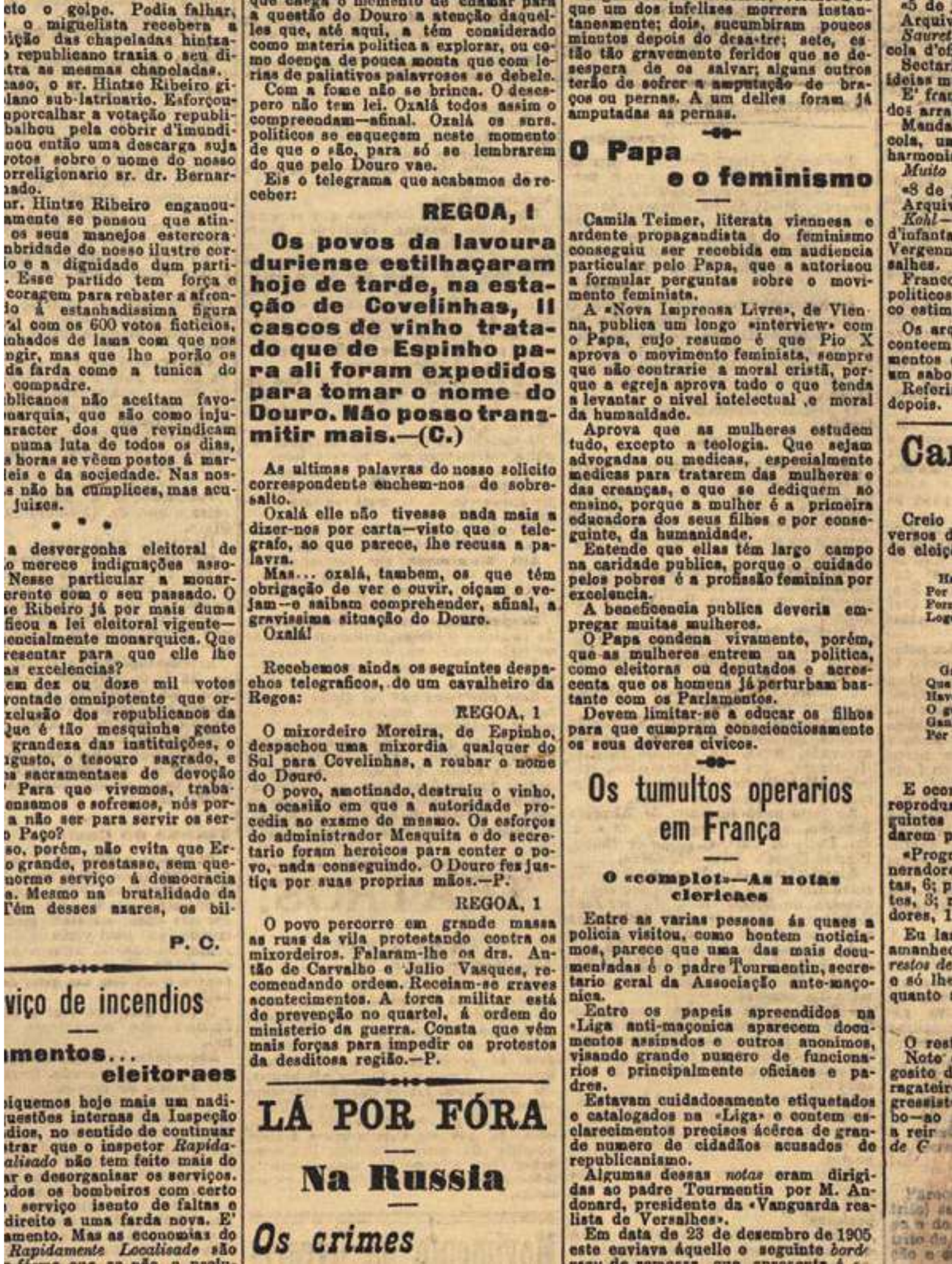
cultores enfrentavam dificuldades crescentes no escoamento dos seus vinhos. Numa fase de liberdade comercial, aumentavam os processos de concorrência desleal, com a utilização de vinhos mais baratos de outras regiões para a composição de lotes de vinho do Porto. Por isso, a par da reivindicação de medidas de protecção do Estado, nomeadamente para reposição da legislação reguladora da produção e do comércio de vinhos, multiplicavam-se os comícios vinhateiros, de protesto contra os falsificadores. Aqui e ali, desencadeavam-se acções populares mais violentas, sobretudo nas principais estações de caminho-de-ferro, como as da Régua, do Pinhão ou do Tua, onde se suspeitava que pudessem chegar pipas de vinhos de outras regiões. Um desses primeiros motins contra as falsificações de vinhos do Porto ocorreu no dia 1 de Maio de 1906 na estação de Covelinhas. Centenas de populares, armados de alfaias agrícolas, invadiram o armazém da estação e fizeram explodir com dinamite as pipas de vinho falsificado, perante a impotência das autoridades presentes. O diário republicano *A Voz Pública* transcrevia, na edição de 2 de Maio, um telegrama enviado da Régua no dia anterior: «Os povos da lavoura duriense estilhaçaram hoje de tarde, na estação de Covelinhas, 11 cascos de vinho tratado que de Espinho para ali foram expedidos para tomar o nome do Douro. Não posso transmitir mais»[153]. E, na edição do dia seguinte, o mesmo jornal descrevia a agitação popular vivida nesses dias em Covelinhas e na Régua. Sob o título «A questão do Douro / Uma insurreição / Cascos de vinho do Sul no Douro — Na estação de Covelinhas — Na Régua — Destruição», a notícia de primeira página narra os acontecimentos em pormenor, como se pode ler no seguinte excerto: «Momentos depois novamente as portas do cais são invadidas pela multidão, brandindo utensílios de lavoura, numa gritaria horrorosa, ensurdecedora. / O digno administrador do concelho, acompanhado pelo secretário, oficiais, regedor, tenta debalde conter a onda de povo, sedenta de justiça. / — Estoirem as pipas! Isto é a nossa desgraça! Ninguém nos acode! / O cais é invadido abruptamente. [...] / Muita gente procura saída por onde pode, à voz de: — dinamite! Por uma larga porta lateral, do lado do rio Douro, os 11 cascos de vinho haviam voado, arrastados como por um ciclone»[154].

Motins semelhantes nas estações ferroviárias, bem como incêndios nas Repartições da Fazenda de alguns concelhos, iriam multiplicar-se sobretudo a partir de 1909, já depois de atendida pelo governo a principal reivindicação duriense de reposição de legislação reguladora do vinho do Porto. Em 10 de Maio de 1907, João Franco, ao iniciar o seu governo de ditadura, promulgou um decreto que definia a nova Região Demar-

153 *A Voz Pública*, 02.05.1906, p. 1.

154 *A Voz Pública*, 03.05.1906, p. 1.

▶ *Notícia do motim de Covelinhas. A Voz Pública*, 02.05.1906, p. 1.



esto o golpe. Podia falhar, o miguelista recebera a ição das chapeladas hintza- republicano trazia o seu di- tra as mesmas chapeladas.
caso, o sr. Hintze Ribeiro gi- lano sub-latrinario. Esforçou- porcalhar a votação republi- balhou pela cobrir d'imundi- nou então uma descarga suja votos sobre o nome do nosso rreligionario sr. dr. Bernar- ado.
r. Hintze Ribeiro enganou- amente se pensou que atin- os seus manejos estercora- nbridade do nosso illustre cor- io e a dignidade dum parti- . Esse partido tem força e coragem para rebater a afron- io á estanhadissima figura al com os 600 votos ficticios, nhados de lama com que nos ngir, mas que lhe porão os da farda como a tunica do compadre.
blicanos não aceitam favo- narquia, que são como inju- aracter dos que revindicam numa luta de todos os dias, s horas se vêem postos á mar- leis e da sociedade. Nas nos- s não ha cumplices, mas acu- juizes.

* * *

a desvergonha eleitoral de o merece indignações asso- Nesse particular a monar- erente com o seu passado. O e Ribeiro já por mais duma ficou a lei eleitoral vigente— encialmente monarquica. Que resentar para que elle lhe as excelencias?
em dez ou doze mil votos vontade omnipotente que or- xclusão dos republicanos da Que é tão mesquinha gente grandeza das instituições, o igusto, o tesouro sagrado, e s sacramentaes de devoção Para que vivemos, traba- ensamos e sofremos, nós por- a não ser para servir os ser- o Paço?
so, porém, não evita que Er- o grande, prestasse, sem que- normo serviço á democracia a. Mesmo na brutalidade da l'ém desses azares, os bil-

P. C.

viço de incendios

mentos... eleitoraes

iquemos hoje mais um nadi- questões internas da Inspeção dios, no sentido de continuar trar que o inspetor *Rapida- alisado* não tem feito mais do r e desorganisar os serviços. dos os bombeiros com certo serviço isento de faltas e direito a uma farda nova. E' amento. Mas as economias do *Rapidamente Localisado* são

a questão do Douro a atenção daquelles que, até aqui, a têm considerado como materia politica a explorar, ou como doença de pouca monta que com leirias de paliativos palavrosos se debele.
Com a fome não se brinca. O desespero não tem lei. Oxalá todos assim o comprecndam—afinal. Oxalá os snrs. politicos se esqueçam neste momento de que o são, para só se lembrarem do que pelo Douro vae.
Eis o telegrama que acabamos de receber:

REGOA, 1

Os povos da lavoura duriense estilhaçaram hoje de tarde, na estação de Covelinhas, 11 cascos de vinho tratado que de Espinho para ali foram expedidos para tomar o nome do Douro. Não posso transmitir mais.—(C.)

As ultimas palavras do nosso solicito correspondente enchem-nos de sobresalto.
Oxalá elle não tivesse nada mais a dizer-nos por carta—visto que o telegrafo, ao que parece, lhe recusa a palavra.
Mas... oxalá, tambem, os que têm obrigação de ver e ouvir, oiçam e vejam—e saibam comprehender, afinal, a gravissima situação do Douro.
Oxalá!

Recebemos ainda os seguintes despachos telegraficos, de um cavalheiro da Regoa:

REGOA, 1

O mixordeiro Moreira, de Espinho, despachou uma mixordia qualquer do Sul para Covelinhas, a roubar o nome do Douro.
O povo, amotinado, destruiu o vinho, na ocasião em que a autoridade procedia ao exame do mesmo. Os esforços do administrador Mesquita e do secretario foram heroicos para conter o povo, nada conseguindo. O Douro fez justiça por suas proprias mãos.—P.

REGOA, 1

O povo percorre em grande massa as ruas da vila protestando contra os mixordeiros. Falaram-lhe os drs. Antão de Carvalho e Julio Vasques, recomendando ordem. Receiam-se graves acontecimentos. A força militar está de prevenção no quartel, á ordem do ministerio da guerra. Consta que vêm mais forças para impedir os protestos da desditosa região.—P.

LÁ POR FÓRA

Na Russia

Os crimes

que um dos infelizes morrera instantaneamente; dois, sucumbiram poucos minutos depois do desastre; sete, estão tão gravemente feridos que se desespera de os salvar; alguns outros terão de sofrer a amputação de braços ou pernas. A um delles foram já amputadas as pernas.

O Papa e o feminismo

Camila Teimer, literata viennesa e ardente propagandista do feminismo conseguiu ser recebida em audiencia particular pelo Papa, que a autorisou a formular perguntas sobre o movimento feminista.
A «Nova Imprensa Livre», de Vienna, publica um longo «interview» com o Papa, cujo resumo é que Pio X aprova o movimento feminista, sempre que não contrarie a moral christã, porque a egreja aprova tudo o que tenda a levantar o nivel intelectual e moral da humanidade.
Aprova que as mulheres estudem tudo, excepto a teologia. Que sejam advogadas ou medicas, especialmente medicas para tratarem das mulheres e das creanças, e que se dediquem ao ensino, porque a mulher é a primeira educadora dos seus filhos e por conseguinte, da humanidade.
Entende que ellas têm largo campo na caridade publica, porque o cuidado pelos pobres é a profissão feminina por excelencia.
A beneficencia publica deveria empregar muitas mulheres.
O Papa condena vivamente, porém, que as mulheres entrem na politica, como eleitoras ou deputadas e accrescenta que os homens já perturbam bastante com os Parlamentos.
Devem limitar-se a educar os filhos para que cumpram conscienciosamente os seus deveres civicos.

Os tumultos operarios em França

O «complot»—As notas clericaes

Entre as varias pessoas ás quaes a policia visitou, como hontem noticiamos, parece que uma das mais documentadas é o padre Tourmentin, secretario geral da Associação ante-maçonica.
Entre os papeis apreendidos na «Liga anti-maçonica aparecem documentos assinados e outros anonimos, visando grande numero de funccionarios e principalmente oficiaes e padres.
Estavam cuidadosamente etiquetados e catalogados na «Liga» e contem esclarecimentos precisos ácêrca de grande numero de cidadãos acusados de republicanismo.
Algumas dessas *notas* eram dirigidas ao padre Tourmentin por M. Andonard, presidente da «Vanguarda realista de Versalhes».
Em data de 23 de dezembro de 1905 este enviava áquelle o seguinte *bord*

▲ *Socalcos da Quinta da Foz Ceira*. Fotografia de Emílio Biel, publicada no livro de Manuel Monteiro. *O Douro*, 1911, p. 118.
▼ *Herdeiros dos Teixeira Coelho sentados debaixo de árvore junto à casa principal da Quinta da Foz Ceira — Maria José (1ª a contar da direita), uma das filhas e trabalhadores, c. 1950*. Fotografia gentilmente cedida pelo Sr. Dr. Gonçalo Xavier Silvano.

▲ *Moisés Paulino com dois filhos e dois netos debaixo da ramada armada em ferro existente abaixo da casa principal da Quinta da Foz Ceira e que ia até à linha de comboio, c. 1950*. Fotografia gentilmente cedida pelo Sr. Dr. Gonçalo Xavier Silvano.
▼ *Mulheres na tarefa de lavar e corar a roupa maior junto à foz do rio Ceira, c. 1950*. Fotografia gentilmente cedida pelo Sr. Dr. Gonçalo Xavier Silvano.

cada do Douro, com o exclusivo do direito de produção de vinho do Porto, reservando a barra do rio Douro para a exportação desse vinho, além de outras medidas de controlo. Anunciava ainda a criação de um organismo de regulação, a Comissão de Viticultura da Região do Douro. Porém, as medidas de João Franco e outras que se lhe seguiram não tiveram o efeito desejado. Face à continuação da crise comercial e das práticas de falsificação de vinhos, o final da Monarquia e os primeiros tempos da República seriam marcados por um clima de grande agitação social no Douro.

Entretanto, prosseguiam os trabalhos de recuperação da Quinta da Foz Ceira. Em 1913, verificou-se uma nova tentativa de solucionar a questão da propriedade. Nos primeiros meses desse ano, os descendentes de Gonçalo Cristóvão propuseram à Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro a liquidação amigável da dívida contraída pelo seu bisavô, em 1818. Nesse sentido, «para terminar antigos e novos pleitos sobre as três quintas da Azinheira, Foz do Ceira e Celeirós», enviaram à Companhia uma proposta de acordo que contemplava os seguintes pontos: «Liquidação de todas as contas de parte a parte / Desistência de nossos direitos e novos pleitos / Venda das propriedades de que se compõe[m] as três quintas, recebendo nós um total de trinta contos de réis»[155]. No entanto, não chegaram a acordo, continuando a quinta a ser administrada pela Companhia.

No início dos anos trinta, a quinta, com 4,5 hectares de vinha e 23 mil cepas, produzia já 35 a 40 pipas de vinho[156]. Mas havia anos em que a produção ficava bastante abaixo desse valor, como aconteceu na péssima vindima de 1936, que rendeu apenas 16 pipas[157].

Entretanto, a organização do modelo corporativo de regulação do sector, em 1932-1933, com a criação da Casa do Douro, do Instituto do Vinho do Porto e do Grémio dos Exportadores de Vinho do Porto, coincidente com a instauração do Estado Novo,

155 Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Documentos das quintas de Gonçalo Cristóvão*. Correspondência com herdeiros de Gonçalo Cristóvão para liquidação amigável da dívida. Carta de Francisco José Xavier Teixeira Coelho à administração da Companhia, 15.01.1913.

156 Em 1932 manifestou a produção de 19.250 litros de mosto a que adicionou 4.950 litros de aguardente, totalizando 24.200 litros (44 pipas) de vinho generoso. Arquivo da Casa do Douro. Fundo Comissão de Viticultura da Região do Douro — *Manifesto da produção dos vinhos generosos do ano de 1932*. No ano seguinte, produziu 19.250 litros (35 pipas). Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Documentos das quintas de Gonçalo Cristóvão*. Inventários das quintas. Casa do Douro. Cadastro das propriedades produtoras de vinho na Região Demarcada dos Vinhos Generosos do Douro.

157 Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Documentos das quintas de Gonçalo Cristóvão*. Dívidas de Gonçalo Cristóvão e herdeiros à Companhia.

◀ *Na Quinta da Foz Ceira, em frente a um dos "cardanhos", c. 1950*. Fotografia gentilmente cedida pelo Sr. Dr. Gonçalo Xavier Silvano.

tornou mais difícil proceder a novas plantações e aumentar a produção. Só, no início da década seguinte, em 1942 e 1944, apesar das dificuldades comerciais devido à conjuntura da II Guerra Mundial, que provocou uma forte quebra das exportações de vinho do Porto, a Casa do Douro autorizaria a replantação de cerca de 2 hectares de vinha na Foz Ceira, num total de 18 mil cepas. Mas não sabemos se tais direitos chegaram a ser utilizados. É provável que não, já que, desde 1943, a administração da Companhia procurou resolver, definitivamente, o velho problema da dívida deixada por Gonçalo Cristóvão, que se arrastava por mais de um século e que ascendia já, com os respectivos juros, a 172.166$35. Para isso, consultou juristas e encetou negociações amigáveis com os descendentes de Gonçalo Cristóvão. Finalmente, em 15 de Janeiro de 1947, foi formalizada a escritura de quitação da dívida e de devolução das quintas, entre as quais a da Foz Ceira, aos herdeiros de Gonçalo Cristóvão[158].

A divisão da propriedade por vários herdeiros terá justificado a sua venda poucos anos mais tarde. A 15 de Janeiro de 1955, a Quinta da Foz Ceira seria comprada pelo comerciante Silvano Vitorino Machado, de Peso da Régua. Nessa altura, a quinta, com uma área de cerca de 12,5 hectares, tinha, além de casas de habitação, arrumações, lagares e adegas, com dois tonéis com capacidade para 32 pipas de vinho, vinhas com 27 mil videiras, no meio das quais, certamente em bordadura, se contavam 152 oliveiras, 14 árvores de fruto e 8 amendoeiras recentemente plantadas. A quinta tinha ainda terra de cultivo com 70 videiras em cordão e 2 árvores de fruto, um olival com 742 oliveiras, 4 árvores de fruto e 4 sobreiros, e terra de monte. Produzia batata, milho, centeio, azeite, fruta, vinho, mato, cortiça e amêndoa. A produção anual de vinho rondava as 20 pipas[159].

Filho de pequenos lavradores da Lousa, no concelho de Moncorvo, onde nasceu em 1884, Silvano Vitorino Machado viria a tornar-se um dos grandes comerciantes da Régua na primeira metade do século XX. Após completar a instrução primária, o pai empregou-o como marçano numa mercearia do Porto, onde esteve dois anos, mudando-se depois para outra casa comercial, em Gaia. Uma repreensão violenta do patrão, por ter chegado a casa tarde num domingo de folga, levou-o a colocar um anúncio num jornal.

---

158 Museu do Douro. Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro — *Contas de Gonçalo Cristóvão*; SOUSA, Fernando de (coord.) — *A Real Companhia Velha. Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-2006)*. Porto: Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, 2006, p. 355.

159 Conservatória do Registo Predial do Concelho de Sabrosa — *Matriz Predial Rústica*.

▶ *Vista para o rio Douro a partir do interior de uma das casas da Foz Ceira*. Fotografia de Pedro Silva. Col. Bulas.
▶▶ Páginas seguintes — *Comboio histórico junto à Quinta da Foz Ceira*. Fotografia de Pedro Sarmento Costa, 2017. Col. Bulas.

◄ *Casa na Quinta da Foz Ceira com a inscrição quase apagada "QUINTA DA FOZ-CEIRA DE SILVANO MACHADO"*, coberta por pintura de cal. Fotografia de Pedro Sarmento Costa, 2017. Col. Bulas.
▲▼ *Lagares na Quinta da Foz Ceira*. Fotografias de Pedro Sarmento Costa, 2020. Col. Bulas.

▲▼ *Tonéis na Quinta da Foz Ceira*. Fotografia de Pedro Sarmento Costa, 2020. Col. Bulas.
▶ *Pormenor da escada de acesso ao topo dos tonéis*. Col. Bulas.

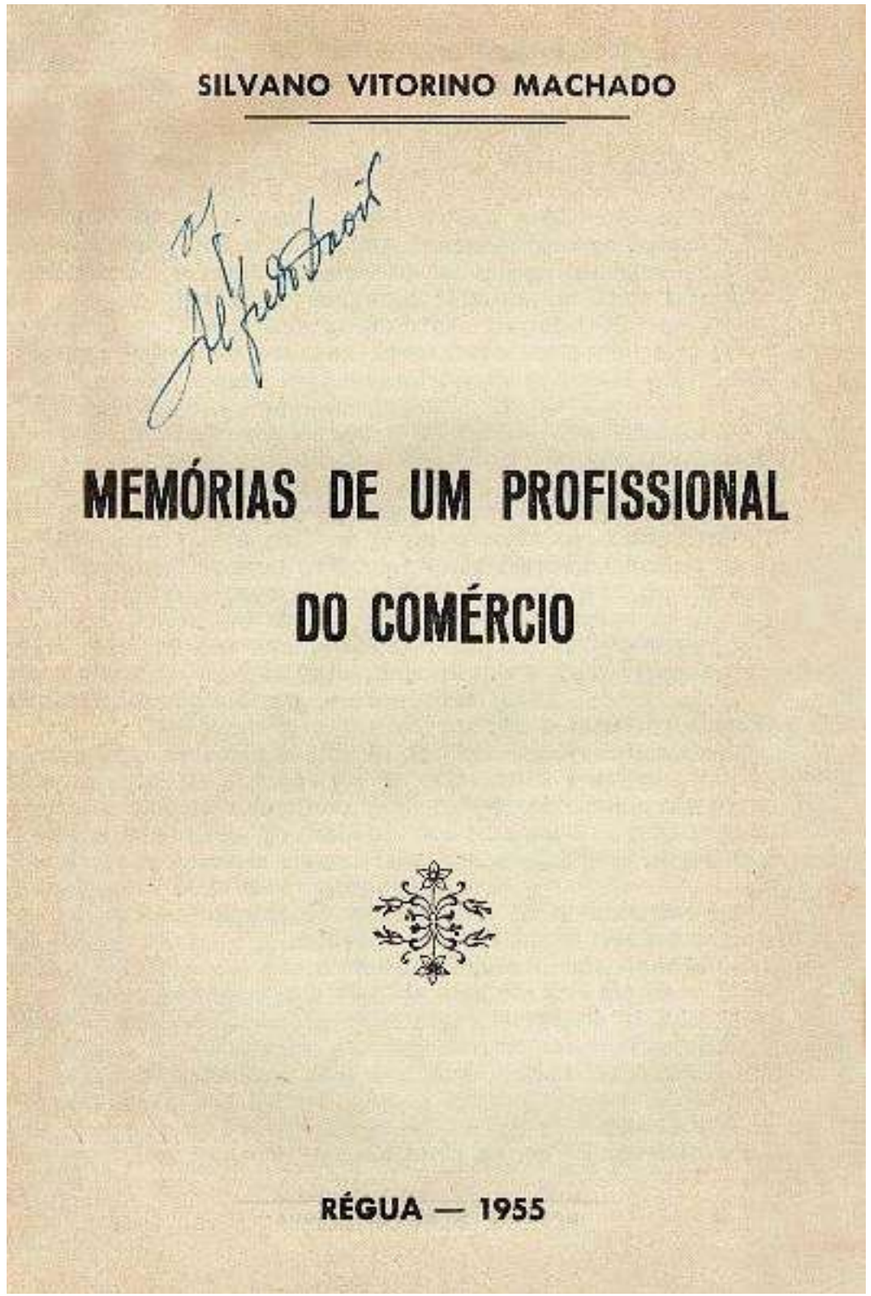
◀ *Vale do rio Ceira visto a partir da estrada Gouvinhas - Ferrão*. Fotografia de Pedro Sarmento Costa, 2017. Col. Bulas.
▲ *Laranjeiras na Quinta da Foz Ceira*. Col. Bulas.
▼ *Limoeiro na Quinta da Foz Ceira*. Fotografia de Pedro Sarmento Costa, 2020. Col. Bulas.

Recebeu uma oferta de emprego na Régua no estabelecimento comercial de José Lopes da Silva, que viria a falecer pouco depois, em Fevereiro de 1902. Com 18 anos, Silvano passou a desempenhar um papel importante na «Casa Viúva Lopes, que se tornou uma das melhores da Régua». Em 1916, formou-se a sociedade Viúva Lopes da Silva & C.ª, com a viúva Lopes, os seus quatro filhos (Joaquim, José, Rosa e Ângelo) e Silvano Vitorino Machado, que assumiu a gerência da grande casa de comércio. Cinco anos mais tarde, em Dezembro de 1921, Silvano casou com Rosa Lopes da Silva, filha da viúva Lopes, reforçando a sua posição na sociedade. Em Julho do ano seguinte, a casa enfrentou a primeira prova de fogo, com um grande incêndio, que reduziu tudo a cinzas, revelando-se então decisiva a acção enérgica de Silvano, que fez reerguer o estabelecimento e recuperar, rapidamente, a sua grandeza. Em 1943, a viúva Lopes, pouco antes de falecer, promoveu a dissolução da sociedade Viúva Lopes da Silva & C.ª e a fundação da firma Silvano & Cunhados, apenas com os sócios Silvano e seus dois cunhados Joaquim e Ângelo Lopes da Silva, cujo estabelecimento continuou a ser conhecido por Casa Viúva Lopes, a maior casa de comércio da Régua, que abastecia muitas quintas da região, até ao grande incêndio de 9 de Agosto de 1953, onde se perderam milhares de contos de mercadorias. As dificuldades burocráticas que atrasaram a reconstrução do edifício e as desinteligências entre Silvano e os cunhados levariam à dissolução da sociedade em Dezembro de 1954, ficando os irmãos Lopes da Silva com os bens na Régua e Silvano com a Quinta da Vacaria, em Vilarinho dos Freires, que pertencia à casa desde 1928. Silvano Vitorino Machado tinha então 70 anos, mas sentia-se com suficiente energia para se lançar na actividade agrícola. Como escreveu no seu livrinho de memórias: «Eu que era comerciante passei para lavrador, e os meus cunhados que eram lavradores passaram para comerciantes». Um mês depois de ter tomado posse da Quinta da Vacaria, Silvano Vitorino Machado comprou a Quinta da Foz Ceira, investindo na actividade vinhateira, mas não deixou de ser comerciante, abrindo, ainda em 1955, uma nova casa comercial na Régua, na Rua João de Lemos, em frente à capela do Cruzeiro[160].

Não dispomos de informações relevantes sobre este período da vida da Quinta da Foz Ceira. Em 1979, foi vendida a Fernando Alves Gomes e Hernâni Alves Gomes, de Covelinhas. Ainda nesse ano, a posse total da propriedade passou para o segundo, que a venderia à empresa M. Bulas Cruz Lda, em 1990[161].

160 MACHADO, Silvano Vitorino — *Memórias de um profissional do comércio*. Régua: Imprensa do Douro, 1955. Agradeço ao Dr. José Alfredo Almeida por me ter cedido uma cópia digitalizada deste singular livrinho de memórias.

161 Conservatória do Registo Predial do Concelho de Sabrosa — *Matriz Predial Rústica*.



▶ *Capa do livrinho de memórias publicado por Silvano Vitorino Machado, em 1955.*

◀ *Manuel Marques Gomes*. In TAVARES, Domingos — *Palacete Marques Gomes*. Porto: Dafne Editora, 2015.

4.2. A Costa de Baixo: da família Sampaio e Melo a José Bulas Cruz

Desconhecemos o que se terá passado na Quinta da Costa de Baixo entre finais do século XIX e o início da década de 1930. Como já referimos, à morte de Lopo Vaz de Sampaio e Melo, em 1892, a quinta deveria estar totalmente destruída pela filoxera, sendo provável que, nessa altura, se investisse em culturas extensivas, nomeadamente de cereais. Também não conseguimos descobrir a data em que os herdeiros de Lopo Vaz venderam a propriedade, certamente antes de 1931, uma vez que, nesse ano, já pertencia a Manuel Marques Gomes, um abastado proprietário e negociante residente em Canidelo, concelho de Vila Nova de Gaia.

Vale a pena evocar, a traço grosso, o percurso de vida deste brasileiro de torna-viagem. Nascido em Canidelo, em 15 de Novembro de 1866, numa família de origem humilde, ficou órfão ainda criança, valendo-lhe então a protecção da madrinha. Aos 18 anos emigrou, clandestino, para o Brasil. Em Belém do Pará, trabalhou como marçano em duas casas de comércio. Na segunda, Dias, Irmão & C.ª, tornou-se homem de confiança do patrão e, em breve, gerente. Após a morte do patrão, acabaria por comprar a firma ao herdeiro, fundando a sociedade Marques Gomes & C.ª, dedicada à importação de vinhos portugueses e exportação para Portugal de aguardentes, café e açúcar brasileiros.

Em 1891, com 25 anos, casou com Rosalina dos Santos, filha de um empresário do Pará, oriundo da Figueira da Foz. Por essa altura, alargou os seus negócios ao sector da navegação, tendo fundado com o sogro e outros sócios a Empresa de Navegação do Grão-Pará. O grande surto de exploração da borracha fez prosperar a navegação na Amazónia, traduzindo-se em lucros crescentes, o que permitiu ao jovem empresário Marques Gomes tornar-se também um influente benemérito local, apoiando, financeiramente, a ampliação ou construção de hospitais, como o da Ordem Terceira de S. Francisco, em Belém do Pará, e o da Beneficente Portuguesa, em Manaus, bem como clubes de recreio e leitura, como o Clube Euterpe e o Grémio Literário e Recreativo Português.

Em 1899, provavelmente por motivo de doença, voltou com a família para a terra-natal. Não tardaria a envolver-se em novos negócios, tendo-se associado, inicialmente, à firma Bento e Cunha & Cª, de Matosinhos, exportadora de vinhos para o Brasil. Pouco depois, em 1901, comprou a grande Quinta do Montado, no lugar da Alumiara, em Canidelo, onde mandou construir um sumptuoso palacete, projectado pelo arquitecto António Correia da Silva. Passou a centrar aí as suas actividades de

empresário agrícola, industrial (montou uma fábrica de conservas de peixe) e comercial, tendo investido na construção de um Armazém de Vinhos Generosos e Velhos[162]. Manuel Marques Gomes esteve inscrito como exportador de vinho do Porto na Alfândega do Porto entre 1907 e 1915. Neste último ano, teria cessado actividade, provavelmente devido às dificuldades de exportação para o Brasil ocasionadas pela escassez de transportes marítimos no período da Grande Guerra. Mas, finda a guerra, retomou a actividade de exportador, que cessaria, de novo, em 1921[163]. Tal como no Brasil, Marques Gomes ficou conhecido em Canidelo por muitas acções de filantropia, através da cedência de terrenos e de apoio financeiro à construção de escolas, estradas, obras de restauro e ampliação da igreja, fundação do clube desportivo local, etc. [164].

Provavelmente terá sido este empreendedor Manuel Marques Gomes quem iniciou a reconstituição pós-filoxérica da Quinta da Costa de Baixo. Em 1931, a quinta produziu 6.800 litros de vinho generoso (12,36 pipas; 6.100 litros de mosto a que foram adicionados 700 litros de aguardente)[165]. Porém, tendo falecido pouco depois, em 18 de Janeiro de 1932, não foi fácil à viúva e aos seus 13 filhos procederem à partilha da vasta herança.

Quanto à Quinta da Costa de Baixo, terá passado para o seu filho mais velho, Eng. Manuel Marques Gomes, a quem pertencia ainda em 1939, altura em que já produzia mais de 20 pipas[166]. Mas, em Maio desse ano, terá vendido a Rui Ferreira da Silva Brito, do Porto, a «casa sobradada com duas lojas e três divisões no 1.º andar e arma-

---

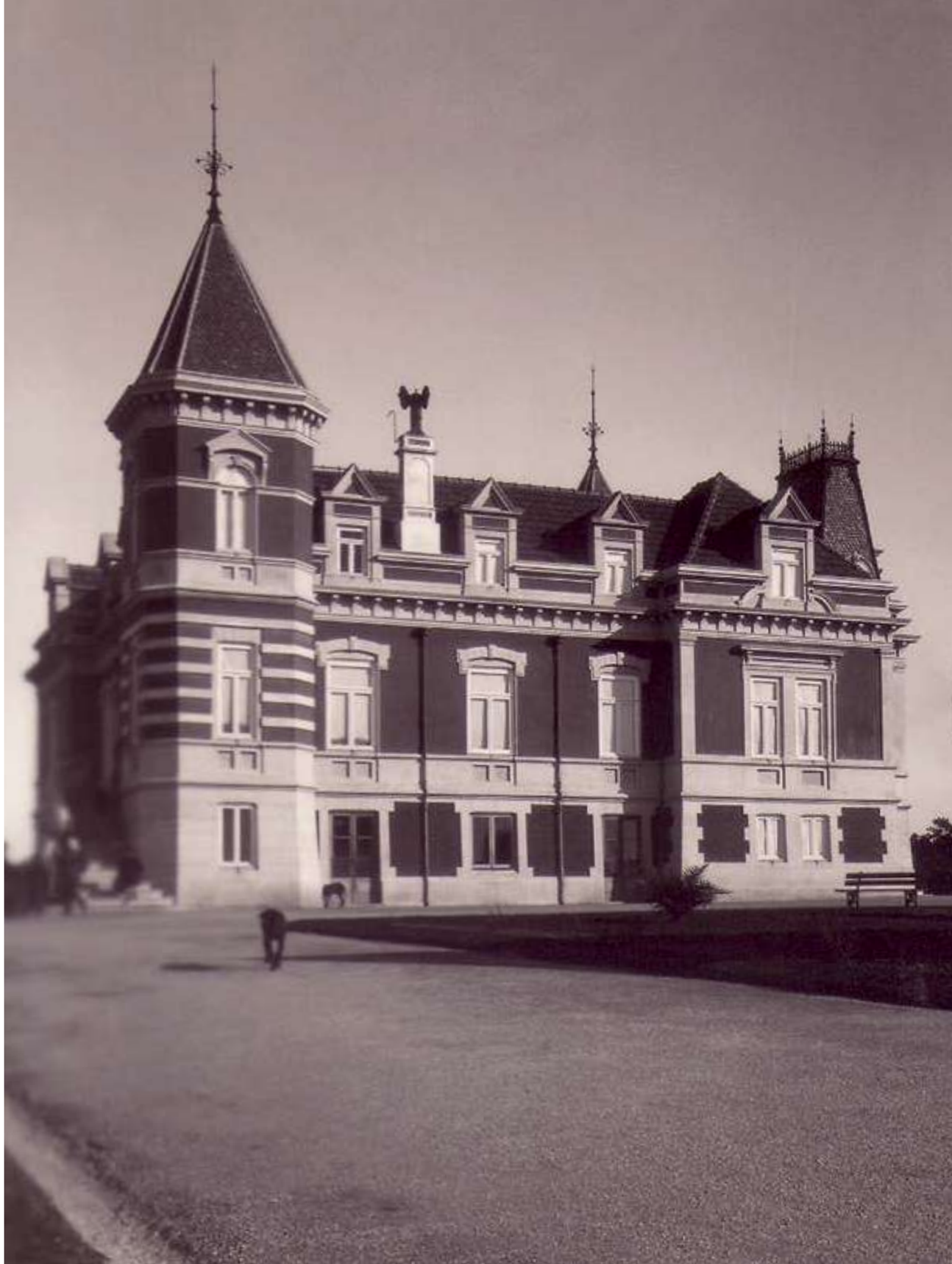
162 GOMES, Joaquim Costa — «Há 60 anos, em Canidelo, morreu o benemérito Marques Gomes». *Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia*, n.º 34, 1992, p. 45-50; TAVARES, Domingos — *Palacete Marques Gomes*. Porto: Dafne Editora, 2015, p. 13-18; CONDE, António Adérito Alves — «Manuel Marques Gomes (1866-1932)». In GUIMARÃES, J. A. Gonçalves (coord.) — *Património Cultural de Gaia*. Vol. 1: *Património Humano. Personalidades gaienses* (coord. de Gonçalo de Vasconcelos e Sousa). Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia/Amigos do Solar Condes de Resende-Confraria Queirosiana, 2017, p. 181.

163 PINTÃO, Manuel; CABRAL, Carlos — *Dicionário Ilustrado do Vinho do Porto*. S. Paulo: Editora de Cultura, 2011, p. 331.

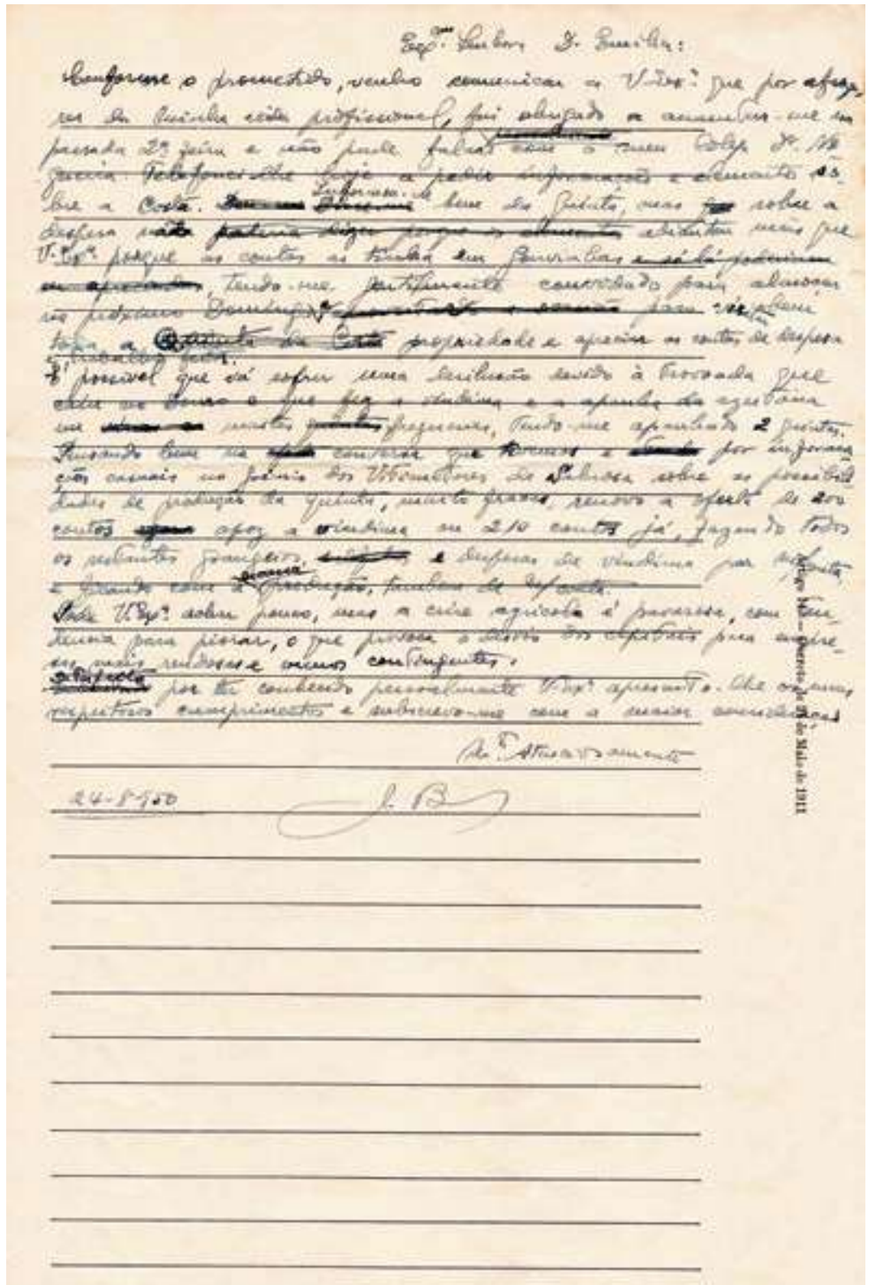
164 GOMES, Joaquim Costa — «Há 60 anos, em Canidelo, morreu o benemérito Marques Gomes». *Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia*, nº 34, 1992, p. 45-50; CONDE, António Adérito Alves — «Manuel Marques Gomes (1866-1932)». In GUIMARÃES, J. A. Gonçalves (coord.) — *Património Cultural de Gaia*. Vol. 1: *Património Humano. Personalidades gaienses* (coord. de Gonçalo de Vasconcelos e Sousa). Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia/Amigos do Solar Condes de Resende-Confraria Queirosiana, 2017, p. 181.

165 Arquivo da Casa do Douro. Fundo Comissão de Viticultura da Região do Douro — *Manifesto da produção dos vinhos generosos do ano de 1931*. Quinta da Costa de Baixo, 12.11.1931.

166 CORDEIRO, J. Alcino (ed.) — *Anuário da Região Duriense 1940*. Régua: Imprensa do Douro, 1939, p. 413; em outro local desse mesmo livro (p. 106), Alcino Cordeiro atribuía já a propriedade da Quinta da Costa de Baixo a Rui de Brito (Ermida).



▶ *Palacete mandado construir por Manuel Marques Gomes em Canidelo, Vila Nova de Gaia*. In TAVARES, Domingos — *Palacete Marques Gomes*. Porto: Dafne Editora, 2015.



zém com 300 m2»[167]. Um outro documento, do início dos anos quarenta, incluído no processo de classificação dos «marcos pombalinos» como Património Nacional, situa dois desses marcos «no sítio da Renova» na Quinta da Costa da Baixo, informando que pertenciam «a Rui Ferreira da Silva Brito, do Porto, por compra da propriedade em 16 de Agosto de 1941 a Manuel Marques Gomes»[168].

Rui Ferreira da Silva Brito[169], mais conhecido como Rui de Brito (Ermida), por ser filho do 1.º Visconde da Ermida (António Ferreira da Silva Brito), era casado com D. Maria Emília Nunes de Almeida Magalhães[170]. O casal, sem filhos, frequentava os círculos da sociedade elegante da época, destacando-se, na época balnear, tal como toda a família dos viscondes da Ermida, no microcosmos elitista da Praia da Granja[171].

Desconhecemos os motivos que terão levado Rui de Brito a comprar uma quinta no Douro, na conjuntura do início da II Guerra Mundial, pouco favorável para os negócios do vinho do Porto. Provavelmente, seria amigo do Eng. Marques Gomes, já que ambos tinham frequentado a Faculdade de Ciências (Engenharia) entre 1915 e 1917, embora em diferentes cadeiras[172]. Independentemente da razão que o levou a adquirir a Quinta da Costa de Baixo, Rui de Brito (Ermida) não teve muito tempo para usufruir desse investimento, pois faleceu, com 49 anos, em 17 de Julho de 1945, na Granja.

Em 22 de Janeiro de 1951, a viúva, Maria Emília Magalhães de Brito Ermida, formalizou a venda da Quinta da Costa de Baixo ao Dr. José Bulas Cruz, então viúvo, e ao Dr. António Nogueira Guedes, casado com D. Ana de Lucena Nogueira Guedes, de

---

167 Conservatória do Registo Predial do Concelho de Sabrosa — *Matriz Predial Urbana*.

168 Direcção-Geral da Fazenda Pública. Repartição do Património. Vila Real. Sabrosa. Monumentos Nacionais, Proc. 1938, L. 6, 1942-1943. Ofício da Repartição de Património da Direcção de Finanças do Distrito de Vila Real para o Director Geral da Fazenda Pública, 02.02.1943.

169 Nasceu na Rua de Santa Catarina, freguesia de Santo Ildefonso, em 09.08.1895. Arquivo Distrital do Porto. Paroquiais. Santo Ildefonso — *Livro de registo de baptismos*, 1895, fl. 209.

170 Filha do negociante Álvaro Lambertini de Magalhães e Emília Nunes de Almeida, nasceu em Espinho, em 03.11.1904. Casou com Rui de Brito em Arcozelo, em 21.11.1926.

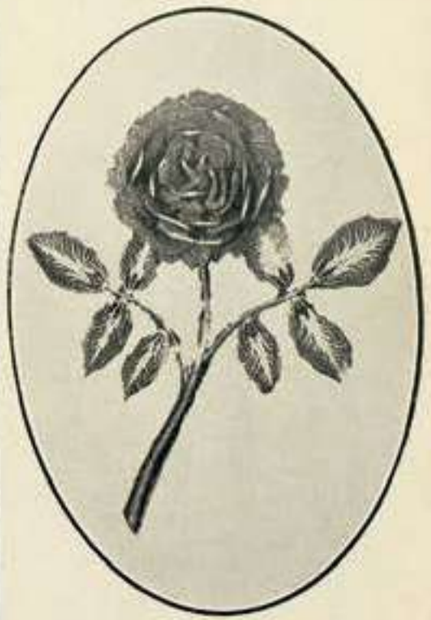
171 CASTRO, António Paes de Sande e — *A Granja de todos os tempos*. Gaia: Câmara Municipal de Gaia, 1973, p. 92, 103 e 492.

172 *Anuário da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto nos anos lectivos de 1914-15 a 1917-18*. Porto: Tip. da «Enciclopédia Portuguesa», 1918, p. 151 e 153.

◀ *Minuta de carta de José Bulas Cruz*, datada de 24.08.1950, *para Maria Emília Magalhães de Brito Ermida, proprietária da Quinta da Costa de Baixo*. Arquivo da família Bulas Cruz.
▶▶ Páginas seguintes — *Notícia dos Jogos Florais de Gaia, sarau de beneficência realizado no Teatro de S. João, no Porto, em 1924, em que Maria Emília Lambertini Magalhães foi eleita «rainha dos jogos» (Ilustração Portuguesa*, 08.03.1924, p. 308-309). Em 1951, depois de enviuvar, viria a vender a Quinta da Costa de Baixo aos Dr.s Nogueira Guedes e José Bulas Cruz.

JOGOS FLORAES DE GAIA-SCIENCIAS

BRILHANTE SARAU LITERARIO EM BENEFICIO DAS SENHORAS E REALISADO NO TEATRO DE S.



A rainha dos Jogos Floraes, sr.ª D. Maria Emilia Lambertini Magalhães, no respectivo trono

A Rosa de Oiro, premio atribuido á Rainha da Festa

A Rainha, a sua côrte e os poetas que reciteram versos, vendo-se, á direita, o sr. dr. Cunha Costa, discursando

FLORINHAS DO LAR, PROMOVIDO POR UMA COMISSÃO DE JOÃO, DO PORTO, NO DIA 16 DO MEZ FINDO

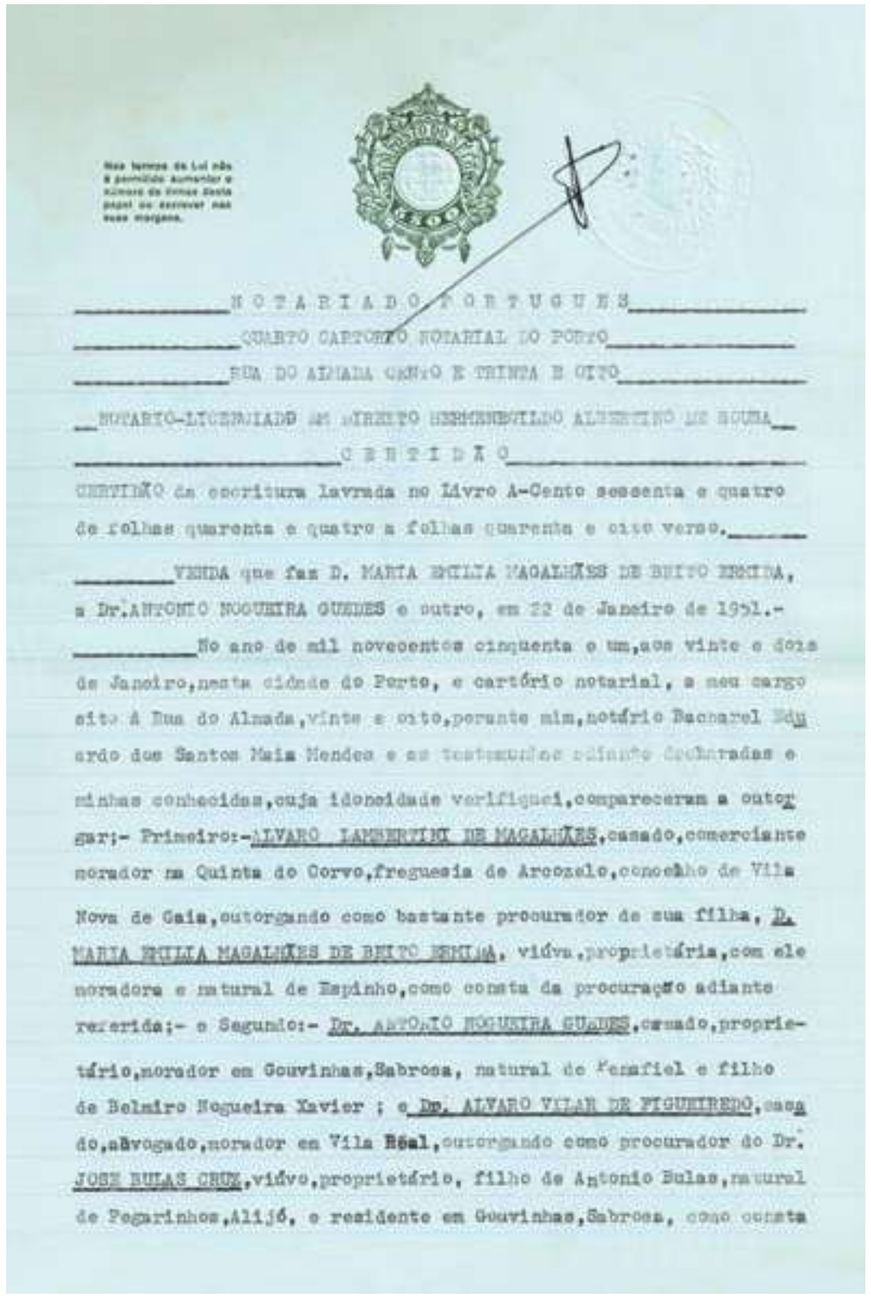
D. Maria Isabel Valado, uma das figuras da opereta, Jogos Floraes

O poeta João de Souza, premiado com a Saudade de Oiro

Os poetas Campos Monteiro (no medalhão) e Reis Sousa premiados, respectivamente, com a Saudade de Oiro e a Margarida de Prata

Os personagens da opereta Jogos Floraes, que constitue a 2.ª parte do sarau

(Clichés André Moura.)



Nos termos da Lei não é permitido aumentar o número de linhas desta página ou escrever nas suas margens.

NOTARIADO PORTUGUES

QUARTO CARTORIO NOTARIAL DO PORTO

RUA DO ALMADA CENTO E TRINTA E OITO

NOTARIO-LICENCIADO AM DIREITO HERMENEGILDO ALBERTINO DE SOUSA

CERTIDÃO

CERTIDÃO da escritura lavrada no Livro A-Cento sessenta e quatro de folhas quarenta e quatro a folhas quarenta e oito verso.

VENDA que faz D. MARIA EMILIA MAGALHÃES DE BRITO ERMIDA, a Dr.ANTONIO NOGUEIRA GUEDES e outro, em 22 de Janeiro de 1951.-

No ano de mil novecentos cinquenta e um,aos vinte e dois de Janeiro,nesta cidade do Porto, e cartório notarial, a meu cargo sito à Rua do Almada,vinte e oito,perante mim,notário Bacharel Eduardo dos Santos Maia Mendes e as testemunhas adiante designadas e minhas conhecidas,cuja idoneidade verifiquei,compareceram a outorgar:- Primeiro:-ALVARO LAMBERTINI DE MAGALHÃES,casado,comerciante morador na Quinta do Corvo,freguesia de Arcozelo,concelho de Vila Nova de Gaia,outorgando como bastante procurador de sua filha, D. MARIA EMILIA MAGALHÃES DE BRITO ERMIDA, viúva,proprietária,com ele moradora e natural de Espinho,como consta da procuração adiante referida;- e Segundo:- Dr. ANTONIO NOGUEIRA GUEDES,casado,proprietário,morador em Gouvinhas,Sabrosa, natural de Fermiel e filho de Belmiro Nogueira Xavier ; e Dr. ALVARO VILAR DE FIGUEIREDO,casado,advogado,morador em Vila Real,outorgando como procurador do Dr. JOSE BULAS CRUZ,viúvo,proprietário, filho de Antonio Bulas,natural de Pegarinhos,Alijó, e residente em Gouvinhas,Sabrosa, como consta

Gouvinhas. A propriedade, «composta de vinha, terra de cultivo, olival e casas de habitação», confrontante do Nascente e Norte com Manuel Pinto Hespanhol, do Poente com ribeiro do Ceira e Quinta da Foz Ceira e do Sul com caminho-de-ferro e Rio Douro, incluía quase três dezenas de parcelas (27 artigos da matriz predial)[173]. Em 1962, o Dr. José Bulas Cruz compraria a parte do Dr. António Nogueira Guedes, ficando com a propriedade plena da quinta. Nessa altura, a Quinta da Costa de Baixo», com uma área de 33 hectares, estaria longe de ser uma exploração agrícola rentável. Era constituída por «vinha com 45.500 videiras, 132 oliveiras (sendo 25 estacas), 9 árvores de fruto, olival com 104 oliveiras (sendo 2 estacas), árvores de fruto, terra de cultivo, centeeira, com 12 árvores de fruto, 9 amendoeiras e 14 oliveiras (sendo 1 estaca), monte com 54 oliveiras (sendo 20 estacas), 10 videiras, 50 freixos e 1 amendoeira», mais «terra centeeira, 38 amendoeiras e 38 oliveiras e 3 árvores de fruto, monte», mais outra «terra centeeira, com 2 amendoeiras, 5 oliveiras (sendo 1 estaca) e monte». Produzia, nessa altura, umas 36 pipas de vinho generoso, o principal rendimento da quinta, mas mantinha ainda uma grande diversidade de outros cultivos e produções, desde o azeite aos cereais (milho e centeio), aos produtos das hortas (batata, cebola, etc.), às frutas (amêndoa, figo, etc.) e ao aproveitamento das matas (lenhas, mato e cortiça). Tinha também colmeias, para produção de mel[174].

173 Arquivo da família Bulas Cruz — *Certidão de escritura de compra e venda da Quinta da Costa de Baixo*, 4.º Cartório Notarial do Porto, 22.01.1951.

174 Conservatória do Registo Predial do Concelho de Sabrosa — *Matriz Predial Rústica*.

◀ *Primeira página da escritura de compra da Quinta da Costa de Baixo, por José Bulas Cruz e António Nogueira Guedes a Maria Emília Magalhães de Brito Ermida, 22.01.1951*. Arquivo da família Bulas Cruz.

4.3. A família Bulas Cruz

Com 57 anos[175], José Bulas Cruz era então uma figura prestigiada do regime corporativo e da região do Douro. Filho de pequenos lavradores (António Bulas e Maria da Anunciação da Cruz) da freguesia de Pegarinhos, frequentou a instrução primária na sua aldeia e o ensino secundário em Vila Real e Lamego. Formou-se em Medicina na Universidade do Porto no final da década de 1920, tendo-se especializado em Climatologia e Hidrologia, Medicina Tropical e Estomatologia. Ainda estudante, casou com a também estudante Angelina Augusta Guimarães, de Vilarinho de S. Romão, que viria a ser farmacêutica em Alijó, de quem teve um filho, José Manuel Pardelhas Bulas Cruz[176]. Tendo ficado viúvo, José Bulas Cruz casaria, em segundas núpcias, em 1953, com Maria Fernanda Moreno Jorge da Silva, de 29 anos[177], de quem viria a ter dois filhos, José Afonso Moreno Bulas Cruz[178] e Maria Gabriel Moreno Bulas Cruz[179].

Médico municipal em Alijó e agricultor, José Bulas Cruz assumiu intensa actividade nos organismos corporativos e políticos do Estado Novo. Foi Director do Centro Escolar da Mocidade Portuguesa de Alijó e Presidente da Comissão Concelhia da União Nacional desse concelho. Exerceu muitos outros cargos em instituições regionais. Integrou o Conselho da Direcção da Casa do Douro e o Conselho da Corporação da Lavoura. Foi Presidente da Casa do Povo de Pegarinhos e do Conselho Geral do Grémio dos Viticultores de Alijó. Fez parte dos corpos directivos da Federação das Casas do Povo do Distrito de Vila Real, da Junta Geral do Distrito de Vila Real e da Junta Provincial de Trás-os-Montes e Alto Douro[180]. José Bulas Cruz empenhou-se na concretização de diversos projectos de valorização social e económica da sua terra-natal, Pegarinhos, nomeadamente na fundação da Adega Cooperativa e na construção de um bairro social. Não cabe aqui desenvolver a vasta actividade que desenvolveu em defesa dos viticultores do Douro, em particular dos do concelho de Alijó. Mas vale a pena destacar o apoio dado à «comissão pró-moscatel de Favaios», que reivindicava junto da Casa do Douro o direito ao benefício dos vinhos moscatéis da freguesia.

---

175 Nasceu em 19.03.1905, em Pegarinhos, concelho de Alijó.

176 Nasceu em 01.12.1925, em Vilarinho de S. Romão, concelho de Sabrosa.

177 Nasceu em 21.11.1924. Faleceu em 21.02.1994, no Porto.

178 Nasceu em 25.10.1955, em Alijó.

179 Nasceu em 24.03.1958, em Alijó.

180 CASTILHO, J. M. Tavares — *Os Procuradores da Câmara Corporativa, 1935-1974*. Lisboa: Assembleia da República/Texto Editores, 2010.

◀ *Dr. José Bulas Cruz*. Foto Carva, Alijó, década de 1960. Col. Família Bulas Cruz.

◄ *Maria da Anunciação da Cruz, António Bulas e seu filho José*. Foto Carva, Alijó, c. 1914. Col. Família Bulas Cruz.
▲ *José Bulas Cruz (em baixo, primeiro à direita), com colegas e professores*, c. 1920. Col. Família Bulas Cruz.
▼ *José Bulas Cruz (em baixo, quarto a contar da esquerda, com máquina fotográfica), com colegas de curso*. In *Fotobiografia do Prof. Dr. Ernesto Morais* (http://www.fpem.pt/Professor).

R. P.

DOCTOR ALEXANDER ALBERTVS DE SOVSA PINTO,
Scientiarum Facultatis in Portucalensi Vniuersitate Professor
Cathedraticvs, eiusdem Vniuersitatis Rector, almæque almæ
Academiæ ipsius

▲ *Diploma de licenciatura em Medicina na Universidade do Porto, em 1928, do Dr. José Bulas Cruz*. Fotografia de Pedro Silva. Arquivo da família Bulas Cruz.
▶ *José Bulas Cruz com sua mulher, Angelina Augusta, na Rua de Santa Catarina, no Porto*, década de 1940. Col. Família Bulas Cruz.

▲ *Afonso Marques da Silva (1882-1964), avô dos actuais proprietários*. Col. Família Bulas Cruz.
▲ *Maria da Conceição Moreno Marques da Silva (1891-1944), avó dos actuais proprietários*. Col. Família Bulas Cruz.
▼ *Maria Fernanda e o irmão Emílio*, c. 1930. Col. Família Bulas Cruz.
▼ *Maria Fernanda e a sua paixão pela fotografia*. Col. Família Bulas Cruz.
▶ *Maria Fernanda Moreno Jorge da Silva (1924-1994), mãe dos actuais proprietários*. Col. Família Bulas Cruz.

◀ *José Bulas Cruz com sua mulher, Maria Fernanda, em Toledo, Espanha, 1962*. Col. Família Bulas Cruz.
▲ *José Bulas Cruz com o filho, José Afonso, numa quinta da família, 1958*. Col. Família Bulas Cruz.
▲ *José Bulas Cruz com sua mulher, Maria Fernanda, e os filhos, na Lagoa da Ervideira, 1962*. Col. Família Bulas Cruz.
▼ *Ana da Conceição Barros (1928-), ama dos filhos de José Bulas Cruz*. É, actualmente, a matriarca da família. À direita, está com o José Afonso na porta principal da casa da Quinta da Costa de Baixo. Col. Família Bulas Cruz.

Esses vinhos eram prejudicados por uma portaria de 1935 que veio impor como critérios basilares para atribuição do benefício a altitude e a natureza geológica do terreno, excluindo as vinhas situadas acima dos 500 metros e as plantadas em terrenos graníticos. Esse movimento reivindicativo, que culminou em 1951, viria a estar na origem da fundação da Adega Cooperativa de Favaios[181]. José Bulas Cruz procurou, ainda, valorizar o ensino médio no concelho. Foi director do Externato Liceal de Alijó, que começou a funcionar em Arcã, transferindo-se, depois para um edifício mais amplo na Granja, requalificado por importantes obras de remodelação, projectadas pelo arquitecto Mário Cândido de Morais Soares, do grupo *Arquitectos Reunidos* (ARS), em 1950. Aí estudaram muitos alijoenses, alguns dos quais se destacariam em carreiras de prestígio regional ou nacional[182]. Em 1958, lançou o jornal *Gazeta de Alijó*, recuperando o título de um antigo órgão da imprensa local, fundado em 1887 como porta-voz do Partido Regenerador, que durou poucos anos. O novo *Gazeta de Alijó*, com periodicidade mensal, foi publicado pelo Externato Liceal de Alijó durante cerca de uma década, sob a direcção de José Bulas Cruz, tendo a colaboração de Manuel Amílcar Vieira, Domingos Evangelista e Norberto Dias, entre outros. Merece destaque especial a colaboração de Domingos de Azevedo Evangelista, professor do Externato Liceal de Alijó, que, em alguns anos, foi responsável pela edição da *Gazeta*. Tendo sido professor primário e director escolar, desempenhou um papel importante na difusão das ideias pedagógicas da «Escola Nova», que procurou adaptar à situação portuguesa. Foi autor de diversos manuais para o ensino primário, traduções, obras de pedagogia, etc. Entre as suas obras refira-se *Escola Activa* (tradução, adaptação e comentários de *L'École Active*, de Adolphe Ferrière, publicada no Porto, em 1934). Afastado pelo regime das suas funções de director escolar e tendo casado em segundas núpcias com Maria Lídia Vieira, foi viver para Carlão, onde sua mulher era professora primária. Tornou-se grande amigo e compadre (padrinho de Maria Gabriel) de José Bulas Cruz, tendo nos anos sessenta assumido funções docentes no Externato Liceal de Alijó[183].

181 Veja-se, a este propósito, AMORIM, Carlos — *O Moscatel de Favaios*. Favaios: Adega Cooperativa de Favaios, 1969, p. 27-35; PEREIRA, Gaspar Martins — «Adega Cooperativa de Favaios». In PEREIRA, Gaspar Martins (coord.) — Favaios. História e Património. Favaios: Adega Cooperativa de Favaios, [no prelo].

182 Por exemplo, o geólogo Carlos Coelho Pires, que foi professor catedrático na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, e José Eduardo de Vilar Queiroz, engenheiro electrotécnico, tenente coronel da Força Aérea Portuguesa, que foi Secretário dos Transportes e Comunicações do Governo Provincial de Moçambique, entre 1969 e 1974, e vogal do conselho de gerência da TAP.

183 Informações de José Afonso Bulas Cruz. Sobre as suas ideias pedagógicas, veja-se PINTASSILGO, Joaquim António de Sousa; ANDRADE, Alda do Carmo Namora Soares de — «Domingos Evangelista, tradutor de Ferrière: reflexões a propósito de uma tradução conservadora de *L'École Active*». *Educação Unisinos*, n.º 22(3), Jul.-Set. 2018, p. 255-263.

◀ *Instalações da Adega Cooperativa de Pegarinhos*. Fotografia de José Bulas Cruz, 2020. Col. Bulas.
◀ *Bairro Social de Pegarinhos*. Fotografia de José Bulas Cruz, 2020. Col. Bulas.

▲ *José Afonso e Maria Gabriel com seu pai, pinhal de Leiria, c. 1970*. Col. Família Bulas Cruz.
▼ *José Bulas Cruz, Amílcar Vieira e Domingos Evangelista, Senhora da Azinheira, S. Martinho de Anta, c. 1965*. Col. Família Bulas Cruz.

▲ *José Afonso Bulas Cruz e Isabel Vieira, Praia do Pedrogão, c. 1970*. Col. Família Bulas Cruz.
▲ *Maria Gabriel Bulas Cruz, Quinta da Costa de Baixo, década de 2000*. Col. Família Bulas Cruz.
▼ *Isolina, José Afonso, Maria Gabriel e Carlos, no stand da feira de Artesanato de Vila do Conde, c. 1985*. Col. Bulas.

▲ *Susana com a mãe, 1993*. Col. Família Bulas Cruz.
▲ *Maria Clara com os pais, 1993*. Col. Família Bulas Cruz.
▼ *Restaurante Cepa Torta, Alijó, família Bulas Cruz, da esquerda para a direita: Maria Clara, José Manuel, João Afonso, Ana Margarida, Maria Gabriel, Susana, José Afonso, c. 2005*. Col. Família Bulas Cruz.

▲ *Maria Gabriel, Ana, Maria Virgínia, Pedro, Susana, José Afonso, João, Anabela e Ana na Quinta da Costa de Baixo*. Fotografia de Pedro Silva, c. 2015. Col. Família Bulas Cruz.
▼ *Líria com os tios João e Ana (à esquerda) e a mãe Susana (à direita)*. Fotografia de Pedro Silva, 2019. Col. Família Bulas Cruz.

Durante a II Guerra Mundial, a participação na actividade volframista, não só na qualidade de sócio da Empresa Mineira da Fraga do Bispo, sediada em Alijó[184], com concessões de volfrâmio em S. Mamede de Ribatua[185], mas também através da realização de análises de minérios, permitiu que José Bulas Cruz acumulasse um bom pecúlio, que investiria, desde finais da década de 1940, na compra de várias quintas: Silval (Vale de Mendiz, Alijó), Valdossa (Castedo, Alijó), Sertã (Favaios, Alijó), Ribeira (Favaios, Alijó) e Costa de Baixo.

José Bulas Cruz integrou a Câmara Corporativa entre 1949 e 1953 e entre 1958 e 1974, tendo subscrito e/ou relatado diversos pareceres, sobretudo relacionados com questões sanitárias e de previdência rural, desenvolvimento agrícola e viticultura[186]. Em Outubro de 1964, integrou a delegação portuguesa à Assembleia-geral da Confederação Europeia de Agricultura, reunida em Montreaux, onde assumiu as funções de vice-presidente do «Groupe de Travail pour la Viticulture»[187].

A partir de 1974, não voltou a representar cargos públicos, dedicando-se em exclusivo à Medicina, em Alijó e Vila Real, e à gestão das suas propriedades vitícolas. Na exploração da Quinta da Costa de Baixo contava com o apoio dedicado do caseiro, Álvaro Saraiva, que aí se manteve durante longos anos.

184 *Diário do Governo*, III série, n.º 285, 07.12.1946, p. 2894-2895.

185 NUNES, João Paulo Avelãs; LOPES, Ana Rute Elias — «Mineração Contemporânea em Portugal, propriedade pública e iniciativa privada: concessões de volfrâmio na freguesia de S. Mamede de Ribatua». *Outros Tempos*, vol. 14, n.º 23, 2017, p. 175 -201.

186 Nomeadamente: «Luta contra a tuberculose» e «Plantio da vinha no continente», na V Legislatura (1949-1953); «Revisão do regime jurídico da colonização interna» e «Arrendamento da propriedade rústica», na VII Legislatura (1957-1961); «Projecto de Plano Intercalar de Fomento para 1965-1967 (Continente e ilhas) – ANEXO I – Agricultura, silvicultura e pecuária» e «Orientação agrícola», na VIII Legislatura (1961-1965); e «Projecto do III Plano de Fomento, para 1968-1973 – Continente e Ilhas – ANEXO II – Agricultura, silvicultura e pecuária» e «Reorganização das Casas do Povo e a previdência rural», na IX Legislatura (1965-1969). Idem, *ibidem*.

187 CRUZ, Manuel Braga da; PINTO, António Costa (dir.) — *Dicionário Biográfico Parlamentar, 1935-1974*. Vol. 1. Lisboa: Assembleia da República/ Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2004, p. 502-503.

◀ *José Bulas Cruz e Álvaro Saraiva, caseiro da Quinta da Costa de Baixo*. Fotografia de Maria Fernanda (Bulas), c. 1970. Col. Dr. José Alfredo Almeida (neto de Álvaro Saraiva).
▶▶ Páginas seguintes — *Garrafa de Porto Tawny Quinta da Costa de Baixo, lançada no mercado em 1984*. Fotografia de Jorge Rêgo, 1984. Col. Bulas.

PORTO
TAWNY
VINHO DO PRODUTOR
COSTA DE BAIXO
PORTO
TAWNY
VINHO DO PRODUTOR
QUINTA
DA
COSTA DE BAIXO

4.4. Os sucessores de José Bulas Cruz e a expansão vitivinícola

Em Junho de 1979, José Bulas Cruz, então com 74 anos, decidiu passar a propriedade dos seus bens para os três filhos, através de uma escritura de doação, por conta da parte disponível da herança. O filho mais velho, José Manuel Pardelhas Bulas Cruz, tinha já 54 anos e era casado com Lígia Ribeiro Rufino, de Alijó, onde residiam com os seus três filhos já adultos (António José, com 28 anos, Manuel Eduardo, com 26, e Ana Cristina, com 21). Os filhos mais novos, José Afonso Moreno Bulas Cruz e Maria Gabriel Moreno Bulas Cruz, do seu segundo casamento com Maria Fernanda Moreno Jorge da Silva, tinham então 24 e 21 anos, respectivamente, e viviam com os pais em Vila Real. José Afonso tinha-se licenciado, no ano anterior, em Engenharia Electrotécnica na Universidade do Porto. Maria Gabriel frequentava ainda o curso de Filosofia na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, que concluiria pouco depois.

A Quinta da Costa de Baixo e outras terras em Gouvinhas foram doadas aos filhos mais novos, José Afonso e Maria Gabriel[188]. A primeira vindima realizada pela nova geração, nesse ano de 1979, decorreu sem problemas, o que José Afonso considera ter sido «sorte de "quase" principiante». Além das uvas que foram vendidas, como habitualmente, a uma casa exportadora, vinificaram-se na quinta cerca de 20 pipas de vinho do Porto, que se revelou excelente e que foi vendido em grande parte a granel por um preço bastante alto para essa época.

Nos anos imediatos, a gestão da quinta manteve-se sem grandes alterações e beneficiou, certamente, do apoio do pai[189], continuando o diligente caseiro, Álvaro Saraiva, casado com D. Etelvina, a dirigir o pessoal e os trabalhos agrícolas correntes. Mas, já em 1981, os dois irmãos decidiram pedir o registo da marca *Quinta da Costa de Baixo*[190]. E, a partir do Outono de 1982, apostaram na reconversão vitícola da quinta, ao mesmo tempo que decidiram inscrever-se no registo especial do Instituto do Vinho do Porto como «produtores-vendedores» de vinho do Porto no mercado nacional.

---

188 Arquivo da família Bulas Cruz — *Certidão de escritura de doação feita por José Bulas Cruz a seus filhos*, Cartório Notarial de Alijó, 27.06.1979.

189 José Bulas Cruz faleceu em 28.03.1983, no Porto.

190 Pedido de registo de marca apresentado em 19.10.1981 por José Afonso Moreno Bulas Cruz. INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial) — *Registos de marcas*. Disponível *on-line* em http://servicosonline.inpi.pt/pesquisas/main/marcas.jsp?lang=PT. Consultado em 04.10.2019.

◀ *Armazém e casas da Quinta da Costa de Baixo*. Fotografia de José Bulas Cruz, início da década de 1980, Col. Bulas.
◀ *Pormenor de vista pela janela de armazém antigo, situado na Quinta da Costa de Baixo, na encosta voltada ao Rio Douro, 2009*. Col. Bulas.
▶▶ Páginas seguintes — *Vinhas em patamares: vinha em produção e nova plantação, na Quinta da Costa de Baixo, 2009*. Col. Bulas.

◄ *Patamares de vinha na Quinta da Costa de Baixo, com o armazém ao fundo*. Fotografia de Pedro Sarmento Costa, 2017. Col. Bulas.
▲ *Vinha em patamares, no Inverno, depois da poda, na Quinta da Costa de Baixo, década de 2010*. Col. Bulas.
▼ *Vinha velha, em socalcos, com os antigos muros em xisto, na Quinta da Foz Ceira, década de 2010*. Col. Bulas.

▲ *Vinha em socalcos, na Quinta da Costa de Baixo, e muros em xisto*. Fotografia de Pedro Sarmento Costa. Col. Bulas.
▼ *Paisagem do Douro, a partir da zona da Eira*. Fotografia de Pedro Sarmento Costa, 2017. Col. Bulas.
▶ *Antiga escada em xisto, de acesso à geia onde se encontra o marco de 1758*. Esta área pertenceu à Quinta de António de Mello. Fotografia de Pedro Sarmento Costa, 2017. Col. Bulas.
▶▶ Páginas seguintes — *Mina de água na Quinta da Costa de Baixo, com duas galerias, da década de 1940*. Fotografia de Pedro Sarmento Costa, 2017. Col. Bulas.

◀ *Oliveira centenária na Quinta da Costa de Baixo*. Fotografia de Pedro Sarmento Costa, 2020. Col. Bulas.
▲ *Sobreiro na Quinta da Costa de Baixo, na encosta voltada ao Rio Ceira*. Fotografia de Filipa Soares, 2020. Col. Bulas.
▼ *Mata na Quinta da Costa de Baixo, na margem esquerda do Rio Ceira*. Fotografia de Filipa Soares, 2020. Col. Bulas.
▶▶ Páginas seguintes — *Vinha no Outono, na Quinta da Costa de Baixo*. Fotografia de Pedro Sarmento Costa, 2017. Col. Bulas.

Nessa altura ainda não era permitida a exportação directa a partir do Douro (só em 1986 viria a ser alterada a legislação nesse sentido). A inscrição como «produtores-vendedores» de vinho do Porto seria deferida pelo IVP ainda em Novembro[191], fixando o limite da capacidade de venda no mercado nacional em 60% do *stock* armazenado na Quinta da Costa de Baixo, que, nessa altura, era apenas de 87,5 pipas[192], mas constituía um valioso património, com vinhos de diversas colheitas, alguns bastante antigos.

No entanto, as formalidades a cumprir para a comercialização directa, desde a submissão dos vinhos para aprovação do IVP e obtenção de selos de garantia, bem como das roupagens das garrafas a colocar no mercado, às declarações de *stocks* e movimentos de vendas, constituíam dificuldades acrescidas para os dois jovens irmãos que se lançavam num negócio exigente e altamente competitivo, sem máquina empresarial adequada. Só em Março de 1984 conseguiriam a aprovação do vinho e da roupagem para a comercialização de um *Porto Tawny* da Quinta da Costa de Baixo[193]. Seguiram-se vinhos do Porto com indicação de idade (10, 20 e 30 anos) e um Porto branco. No entanto, as vendas directas sob a marca da quinta eram residuais. Em 1985, foram apenas de 504 litros. E, na vindima desse ano, a produção própria destinada à comercialização directa ficou-se pelos 1.947 litros (550 de tinto e 1.397 de branco)[194], de um total de cerca de 33.000 litros (60 pipas) com direito a benefício[195], continuando a maior parte desse vinho a ser vendida a empresas exportadoras, nomeadamente a Real Companhia Velha (Quinta das Carvalhas) e a Symington (Quinta do Bonfim). Nesses primeiros anos de arranque da comercialização directa, foi decisiva a colaboração de Manuel Bernardo Pinho, proprietário da «Garrafeira de Fátima», em Ourém, onde eram vendidos cerca de 90% dos vinhos do Porto engarrafados com a marca *Quinta da Costa de Baixo*.

Simultaneamente, desde Dezembro de 1982, José Afonso e Maria Gabriel realizaram diligências junto dos organismos oficiais (Instituto da Vinha e do Vinho, Direcção Regional de Agricultura / Centro de Estudos Vitivinícolas), para prosseguirem a

191 Museu do Douro. Arquivo Histórico do Instituto do Vinho do Porto — *Carta do IVP para Maria Gabriel Moreno Bulas Cruz e José Afonso Moreno Bulas Cruz*, 12.11.1982.

192 Museu do Douro. Arquivo Histórico do Instituto do Vinho do Porto — *Carta do IVP para Maria Gabriel Moreno Bulas Cruz e José Afonso Moreno Bulas Cruz*, 24.11.1982.

193 Museu do Douro. Arquivo Histórico do Instituto do Vinho do Porto — *Carta do IVP para José Afonso Moreno Bulas Cruz*, 16.03.1984.

194 Museu do Douro. Arquivo Histórico do Instituto do Vinho do Porto — *Carta de José Afonso Moreno Bulas Cruz para o IVP*, 16.01.1986.

195 Arquivo do Centro de Estudos Vitivinícolas do Douro — *Processo de candidatura de reconversão vitícola da Quinta da Costa de Baixo a apoios do IFADAP–Instituto Financeiro de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas*, 1985.

modernização vitícola das propriedades, que tinha sido iniciada pelo pai na década anterior, mas que apenas conseguira reconverter uma pequena extensão do vinhedo da quinta (cerca de 2,3 ha). Com parte das licenças de plantio que passaram de seu pai e outras que pediram, os dois irmãos realizaram, a partir de 1985, várias plantações de vinhas novas, em patamares (no total, uns 12 hectares, 10 dos quais na encosta voltada ao Douro e uma pequena vinha, junto à eira, com cerca de 2 hectares, na vertente do Rio Ceira) com as castas nobres recomendadas para a produção de vinho do Porto (40% *Touriga Francesa*, 30% *Tinta Roriz*, 10% *Touriga Nacional* e 10% *Tinta Barroca*), ao abrigo do PDRITM–Projecto de Desenvolvimento Rural Integrado de Trás-os-Montes[196]. As diferentes personalidades dos dois irmãos, Maria Gabriel mais ponderada e José Afonso mais arrojado, não impediram que mantivessem sempre grande concordância relativamente às estratégias de gestão e às principais soluções para os problemas da quinta.

Essa primeira fase de reconversão vitícola da Quinta da Costa de Baixo não foi fácil. Por um lado, as elevadíssimas taxas de juro da época (atingindo os 32,5%), que oneravam o crédito bancário, obrigaram a limitar o projecto inicial de modernização da quinta, bem como a alienar outras propriedades, para conseguir solver todos os encargos. Por outro lado, os percursos de vida de José Afonso e de Maria Gabriel, que, entretanto, tinham constituído família[197] e iniciado as suas carreiras profissionais[198], retiravam-lhes disponibilidade para uma maior dedicação ao seu projecto empresarial. Nessa altura, a quinta empregava apenas três trabalhadores permanentes, incluindo o caseiro.

Por isso, até ao início do século XXI, apesar das novas plantações de vinhas em patamares, a imagem geral da Quinta da Costa de Baixo, continuou a ser dominada por vinhas velhas tradicionais em socalcos com muros de xisto em estado de decadência e vastas manchas de «mortórios», o que dificultava a viabilização económico-financeira da empresa agrícola. Já em 1991, solicitaram autorização para reconstituir mais 12 hectares de vinha, mas a replantação só viria a realizar-se em 2002, com apoios do programa Vitis. Entretanto, os dois irmãos foram adquirindo outras propriedades, desta-

196 Arquivo do Centro de Estudos Vitivinícolas do Douro — *Diversos documentos relativos à Quinta da Costa de Baixo*, 1982-1985.

197 José Afonso casou com Isolina Maria Pereira, professora de Filosofia, e Maria Gabriel casou com Carlos Alberto Magalhães Gomes Mota, também licenciado em Filosofia e professor.

198 José Afonso iniciou, nesse ano de 1985, a sua carreira docente na UTAD–Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, onde é, desde 1998, professor catedrático, tendo-se doutorado na Universidade de Bristol, Reino Unido, em 1995. Maria Gabriel, professora de Filosofia, viria a doutorar-se em Ciências da Educação, sendo também docente na UTAD.

cando-se a compra da vizinha Quinta da Foz Ceira em 1990, a Hernâni Alves Gomes. Em 2007, adquiriram também diversas pequenas propriedades vitícolas nos concelhos de Carrazeda de Ansiães (Castinceiro, em Linhares de Ansiães; Caldeirão – Valdais – Corredoura e Batocas ou Valdares, em Vilarinho da Castanheira) e Torre de Moncorvo (Ribeiro do Cio), com vista à transferência de direitos de plantação[199].

Novas plantações e replantações foram-se sucedendo, modernizando quase integralmente a produção vitícola da Quinta da Costa de Baixo, com cerca de 29 ha de vinha, numa área total de quase 36 ha. Nas propriedades anexas (Quinta do Sol, Costa e Sampaio, no conjunto com cerca de 14 ha), situadas também na freguesia de Gouvinhas, tem vindo a processar-se, igualmente, a modernização vitícola, com vista a garantir a sustentabilidade económica da exploração[200]. Em contrapartida, na Foz Ceira, com quase 7 ha de vinha, a maior parte com mais de 60 anos, o objectivo é o da preservação dessas vinhas com elevado potencial enológico, buscando manter a diversidade de castas e as técnicas tradicionais de cultura da vinha em socalcos, em combinação com o projecto turístico da quinta.

Nos últimos vinte anos, aumentou e diversificou-se o portfólio de vinhos produzidos e comercializados pela empresa. A juntar à gama de categorias diferenciadas de vinhos do Porto, investiu-se, desde finais da década de 1990, na produção de vinhos DOC Douro, primeiro, em pequenas quantidades, mas em crescimento nas colheitas mais recentes.

Também a organização da empresa sofreu alterações importantes. De comum acordo entre os dois irmãos, na década de 2000, Maria Gabriel reduziu a sua participação nas empresas por cedência de quotas a Anabela Gonçalves Correia de Paiva (mulher de José Afonso). Mais recentemente, em Março de 2013, seria criada a Bulas Family Estates, com o objectivo de aumentar as exportações e a internacionalização dos vinhos *Bulas*.

---

199 Arquivo do Centro de Estudos Vitivinícolas do Douro — *Declarações enviadas ao CEVD para obtenção de direitos de plantação*, 2007.

200 Arquivo do Centro de Estudos Vitivinícolas do Douro — *Diversos documentos relativos à Quinta da Costa de Baixo*, 1990-2017.

◀ *Quinta da Foz Ceira, já após a compra pelos actuais proprietários*. Fotografia de José Bulas Cruz, década de 1990. Col. Bulas.

◀ *Anabela Gonçalves Correia de Paiva e José Afonso Moreno Bulas Cruz*. Fotografia de Pedro Sarmento Costa, 2020. Col. Bulas.

5

A Casa Bulas

5. A Casa Bulas

5.1. A marca *Bulas*

Bulas é nome de família e marca de vinhos prestigiados da região do Douro. Os actuais proprietários das quintas da Costa de Baixo e da Foz Ceira adoptaram a marca em homenagem a seu pai, José Bulas Cruz, que adquiriu a primeira daquelas quintas em 1951, lançando os alicerces da actividade empresarial dos seus sucessores. O logótipo da marca foi desenhado com base na sua assinatura, sendo confiada à talentosa *designer* Helena Lobo, de Vila Real, a concepção da imagem gráfica para os rótulos dos vinhos DOC Douro e Porto, bem como materiais de comunicação e promoção da marca.

De início, como referimos no capítulo anterior, a casa Bulas apenas comercializava directamente uma pequena parte dos vinhos do Porto do seu *stock* e fazia-o com a marca *Quinta da Costa de Baixo*.

Nos anos noventa, após adquirir a Quinta da Foz Ceira, registou também a marca relacionada com essa propriedade, *Fozceira*, para vinhos DOC Douro, a par de *Demarcação*[201] para vinhos do Porto Vintage. Era, sobretudo, a ideia de *terroir* que a empresa pretendia transmitir nessas primeiras marcas.

Com o desenvolvimento da comercialização de vinhos do Porto e de vinhos de

---

201 Os pedidos de registo destas duas marcas foram apresentados em 11.09.1997 por José Afonso Moreno Bulas Cruz. INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial) — *Registos de marcas*. Disponível *on-line* em http://servicoson-line.inpi.pt/pesquisas/main/marcas.jsp? lang= PT. Consultado em 04.10.2019.

◀ *Rolhas Bulas*. Fotografia de Filipa Soares, 2020. Col. Bulas.
▶▶ Páginas seguintes — *Documentos de inspiração para o logotipo da marca Bulas, nomeadamente letras assinadas por António Bulas e cédula de médico de José Bulas Cruz*. Fotografia de Filipa Soares, 2021. Col. Bulas.

A ninguém é permitido exercer a medicina sem estar inscrito na Ordem (Artigo 2.º dos Estatutos)

A inscrição como médico, pelo Conselho Geral, autoriza o exercício da profissão médica na área territorial da Ordem (território continental e o das Ilhas adjacentes, Art.o 5.º dos Estatutos).

É instituída para todos os inscritos no uso dos seus direitos a cédula profissional, passada pela Ordem, que constitue documento de apresentação em todos os actos em que seja requerida (Art.º 9.º dos Estatutos).

Assinatura do portador:

José Beleza

mesa DOC Douro, desde finais da primeira década do nosso século, apesar de se tratar de um período de crise, ou talvez por isso, dado que a contracção do mercado interno estimulou as empresas a investirem na internacionalização, verificaram-se alterações significativas na orientação da empresa. Antes de mais, quatro das marcas registadas entre 2008 e 2014 incluem o nome de família — *Bulas*, *Bulas Eyra*, *Bulas Muro Alto*, *Bulas Marco 127*[202]. Não se trata, de resto, da substituição de designações evocativas do *terroir* pelo nome de família, mas, antes, de uma articulação deliberada entre ambas, já que quatro das marcas registadas incluem topónimos (*Seyra*) ou elementos do património das propriedades (*Eyra*, *Muro Alto* e *Marco 127*). Em todos os casos, as marcas foram construídas em torno dos conceitos de tradição e património (produto / família / região), visando criar nos consumidores uma adesão emocional aliada à excelência dos vinhos.

Nos últimos dez anos, investiu-se, também, gradualmente, na reorganização empresarial, com a entrada de novos quadros, cuja colaboração se tem revelado decisiva na valorização dos vinhos e na sua afirmação no mercado. Actualmente, a empresa integra cerca de 15 trabalhadores permanentes, incluindo o caseiro Antão Silva. Nos períodos de intensificação dos trabalhos da vinha, que obrigam a mão-de-obra ocasional, tem-se recorrido à contratação de empreiteiros agrícolas. A área de enologia está entregue aos enólogos residentes Jorge Osório, Ricardo Magalhães e Rosário Carvalhais, que dirige e a quem a experiência empresta um profundo conhecimento do *terroir* e dos vinhos da empresa. Isabel Vieira, com formação em Engenharia Alimentar, lidera a área comercial e de *marketing*, sendo responsável pela estratégia de internacionalização, que vem a implementar com êxito. No sentido de garantir o necessário suporte às várias actividades em curso e promover novas formas de organização, comunicação e *marketing*, integram a equipa Joana Garcia, com formação na área de comunicação e multimédia, e a *designer* Filipa Soares. A área de qualidade conta agora com Maria José Madureira, com formação em Engenharia Biotecnológica.

202 Os pedidos de registo dessas marcas foram apresentados em 14.01.2008, 01.02.2012 e 28.01.2014 (as duas últimas), por José Afonso Moreno Bulas Cruz, que, neste período, solicitou ainda o registo das marcas *Diwine* (em 29.12.2010) e *Seyra* (em 24.12.2011). INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial) — *Registos de marcas*. Disponível *on-line* em http://servicosonline.inpi.pt/pesquisas/main/marcas.jsp? lang= PT. Consultado em 04.10.2019.

◀ *Logótipo da Bulas, em evidência numa garrafa de vinho DOC Douro Bulas Reserva Tinto 2007*. Col. Bulas.
◀ *Garrafa de vinho do Porto Bulas LBV 2013*. Fotografia de Joana Duarte, 2020. Col. Bulas.

◀ *Rótulos e contra-rótulos da marca Fozceira e Quinta da Costa de Baixo*. Fotografia de Filipa Soares, 2021. Col. Bulas.
▲ *Decanter de vinho Seyra 100 anos, em caixa que evoca os socalcos, desenhada e fabricada artesanalmente por Armando Félix da empresa Wood Science*. Fotografia de Pedro Silva, 2018. Col. Bulas.
▼ *Vindima na Quinta da Foz Ceira*. Fotografia de Pedro Sarmento Costa, 2019. Col. Bulas.
▶▶ Páginas seguintes — *Equipa da empresa Bulas*. Fotografia de Pedro Sarmento Costa, 2020. Col. Bulas.

5.2. Novos investimentos

Nos últimos anos, realizaram-se investimentos significativos em diversas áreas. Antes de mais, na produção, em que, como vimos no capítulo anterior, se procedeu à replantação da maior parte das vinhas e à modernização das operações de granjeio. Actualmente, as propriedades no Douro, com mais de 50 hectares de vinha, produzem cerca de 150 mil litros de vinhos DOC Douro e Porto[203]. Esta produção deverá aumentar com a entrada em plena produção das vinhas mais novas.

Desde 2010, realizaram-se, também, importantes obras de requalificação no interior da vasta adega da Quinta da Costa de Baixo. Foi renovada toda a armação em madeira, com vista a obter um melhor controlo ambiental. Paralelamente, investiu-se na modernização do equipamento, tanto de vinificação como de armazenagem.

A casa de habitação sofreu, igualmente, obras no seu interior, com vista quer à sua recuperação quer à adaptação de alguns dos seus espaços para actividades de enoturismo. O objectivo é disponibilizar aos visitantes condições para fruírem do ambiente rural, com possibilidade de degustação dos vinhos e outros produtos da quinta. Houve o cuidado de preservar a traça do edifício (tal como aconteceu na adega fronteira), bem como o carácter familiar da casa, doravante aberta ao turismo, ainda que em pequena escala.

Por sua vez, a abertura do espaço *Bulas Wine & Music* no centro histórico do Porto (Rua dos Caldeireiros/Largo dos Lóios), no Verão de 2019, pretendeu captar um público mais amplo, numa época de forte atractividade turística da cidade. Funcionando, simultaneamente, como loja e espaço de degustação dos vinhos da Casa Bulas (Porto e Douro), acompanhados por petiscos à feição dos diversos tipos de vinhos e dos gostos dos clientes. Este espaço constitui uma montra dos produtos das quintas do Douro, visando alargar a sua visibilidade num mercado onde tem vindo a sentir-se a busca da tipicidade por parte das multidões de turistas que afluem ao Porto de todos os cantos do mundo. Como outras iniciativas no sector do turismo, o espaço *Bulas Wine & Music* foi muito afectado, desde 2020, pelo impacto da pandemia que veio debilitar as actividades económicas e limitar as deslocações e o consumo.

---

203 A Quinta da Costa de Baixo, com cerca de 36 hectares, 30 dos quais de vinha totalmente reconvertida, produz cerca de 80 mil litros. A Quinta da Foz Ceira, com uma área total de 11 hectares, 8 de vinha, produz cerca de 20 mil litros. A Quinta do Sol, em Gouvinhas, com cerca de 15 hectares, 12 dos quais de vinha, tem uma produção média de 30 mil litros. A Quinta do Carrasqueiro, em Cotas, Alijó, tem cerca de 7 hectares, 5 de vinha, produzindo cerca de 16 mil litros. E a Quinta da Salgueirinha, com cerca de 8 hectares, totalmente plantados de vinha, dá uns 26 mil litros. A empresa tenciona vender esta última propriedade.

◀ *Casa da Quinta da Costa de Baixo, após obras de requalificação, 2015*. Col. Bulas.
◀ *Sala de jantar da Quinta da Costa de Baixo*. Fotografia de Joana Duarte, 2016. Col. Bulas.
▶▶ Páginas seguintes — *Armazém da Quinta da Costa de Baixo*. Fotografia de Joana Duarte, 2020. Col. Bulas.

O tempo de confinamento serviu também para a definição de uma estratégia de expansão em termos da presença do projecto nas cidades do Porto e Gaia. Através dos espaços a oferecer, a Bulas pretende divulgar a cultura portuguesa, com ênfase na Região do Douro, nas suas diversas vertentes, nomeadamente história, literatura, pintura, fotografia e música.

Neste sentido, estão projectados mais dois espaços, que pretendem complementar o *Bulas Wine & Music*, que, como foi referido, se situa na zona histórica do Porto.

Como é sabido, a tradição de exportação do vinho do Porto está ligada à zona ribeirinha da cidade de Gaia, na margem esquerda da foz do Douro, de onde este vinho, armazenado nas célebres caves, era exportado por via marítima. Na linha desta tradição, a Bulas escolheu abrir aqui um segundo espaço, *Bulas Wine Cellar* (*Gaia Lodge*), onde se pretende recriar o ambiente de um antigo armazém de Vinho do Porto, incluindo a componente de produção de vinagre de vinho do Porto, que se tem vindo a perder no tempo. Armazéns como este existiram em abundância em Gaia nos tempos que antecederam a fase de predominância das grandes empresas exportadoras.

O terceiro espaço, *Bulas Wine & Spirits*, situado à beira rio, no Cais das Pedras, albergará um alargado número de eventos relacionados com o vinho e com a cultura, como exposições diversas, música ao vivo e *workshops*.

Com diferentes objectivos, a adesão da Casa Bulas ao projecto Regia Douro Park - Parque de Ciência e Tecnologia de Vila Real, promovido pelo Município de Vila Real e pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, em colaboração com a Portuspark - Rede de Parques Tecnológicos e Incubadoras, procura contribuir para o desenvolvimento económico integrado da região, através da valorização das áreas agro-alimentar, agro-industrial, enologia, vitivinicultura, economia verde, valorização ambiental e tecnologias agro-ambientais. A empresa está associada ao Centro de Excelência da Vinha e do Vinho, plataforma laboratorial instalada no Regia Douro Park, vocacionada para a investigação científica e tecnológica, formação e difusão do conhecimento nos sectores vitivinícola, agro-alimentar e ambiental.

Se o *core business* da Bulas continua a centrar-se na produção e comercialização de vinhos do Porto e Douro, a que associou recentemente actividades de enoturismo, o objectivo de desenvolvimento sustentado e integrado que tem prosseguido não deixa de equacionar, para o futuro próximo, novos projectos, nomeadamente o de comercializar outros produtos das quintas. Actualmente, a produção de azeite é feita num lagar

▶ *Grupo de visitantes, acompanhados pelo importador dinamarquês Torben Mandrup, na eira da Quinta da Costa de Baixo*. Fotografia de Pedro Sarmento Costa, 2019. Col. Bulas.
▶ *Turistas acompanhados por Isabel Vieira, apreciando a paisagem voltada ao Rio Ceira, 2016*. Col. Bulas.

situado na Zona Industrial de Sabrosa, havendo boas perspectivas de que o azeite, tal como o vinagre, possa acompanhar a comercialização dos vinhos.

Foi recentemente lançado o Gin Bulas, desenvolvido pelas enólogas da empresa em parceria com o mestre destilador Tiago Sanches, que assim o descreve: «Com este gin criamos a impressão digital do nosso Douro. Gin que surge à medida que seguimos as linhas altimétricas da Quinta da Costa de Baixo para nos imbuir no seu clima e mergulhar nos seus aromas. O Douro vai-se revelando à medida que descemos as encostas da quinta cobertas da sua flora característica. A esteva é uma constante, o rosmaninho surge amiúde e, aqui e ali, a brisa traz-nos o aroma da figueira. Chegando à foz do Ceira, vislumbramos as laranjeiras, completando assim o *bouquet* utilizado pelos enólogos e os destiladores... Douro cristalino num espirituoso».

◀ *Garrafa de gin Bulas*. Fotografia de Bleam, 2022. Col. Bulas.

5.3. Vinhos *Bulas*: o prestígio de uma marca de produtores

Quase 40 anos depois do pedido de registo da marca *Quinta da Costa de Baixo*, em 1981, e da inscrição como produtores-engarrafadores, pode dizer-se que o caminho feito, simultaneamente, com contenção, persistência e sentido de futuro, atingiu um novo patamar, onde a empresa vê reconhecidos os esforços realizados, com a consagração dos seus melhores vinhos no mercado internacional.

Com boa parte das vinhas e das estruturas de produção modernizadas, a empresa oferece hoje um portfólio de vinhos DOC Douro e do Porto que cobre uma grande diversidade de categorias. A produção anual tem vindo a crescer, a par da evolução das vendas.

No sector dos vinhos de mesa, além dos vinhos DOC Douro colheita, brancos, tintos e rosés, a paleta alarga-se a Reservas, brancos e tintos, e a Grandes Reservas, como o *Grande Reserva Touriga Nacional 2009* e o *Grande Reserva Tinto 2010*, vinhos com forte personalidade, espelhando o seu carácter duriense, que têm sido reconhecidos, nacional e internacionalmente, pela imprensa especializada.

No caso dos vinhos do Porto, a variedade é ainda mais ampla, tendo no seu portfolio todos os estilos, *Ruby*, *Tawny* e *White*.

No estilo *Ruby* oferece as categorias especiais *Ruby Reserva*, *LBV* e *Vintage*. A elevada qualidade do *terroir* das suas quintas tem vindo a proporcionar a produção de vintages todos os anos. Os vinhos *Ruby* da Casa Bulas distinguem-se pela sua cor retinta, de estilo muito encorpado, fruta vermelha intensa, reflectindo o carácter do Douro.

No estilo *Tawny*, a Casa Bulas conta com todas as categorias especiais desde os *Reservas*, com indicação de idade, *10*, *20*, *30* e *40 Anos*, *Colheitas* e *Very Old*. Entre os seus *tawnies*, com envelhecimento em casco, a Casa Bulas apresenta vinhos distintos, cuja cor evolui para âmbar e dourado, com aromas que lembram as frutas secas, amêndoas, nozes, figos, caramelos, amadeirados, e aromas tostados. Na boca expressam-se volumosos, intensos e complexos, apresentando uma acidez que lhe confere elegância e um final muito persistente. Os *Colheitas*, vinhos com indicação do ano da vindima, envelhecidos em casco, são vinhos únicos, intensos, de cor alourada, com uma elegância única muita apreciada. O *Very Old* é um vinho de excelência, herança legada pelas anteriores gerações, uma verdadeira relíquia, de cor intensa e com aromas muito complexos, grande volume de boca, repleto de história em cada gota.

◀ *Isabel Vieira a representar a Bulas no evento de divulgação do prémio Best in Show, atribuído pela Decanter Wine Awards ao vinho LBV 2011.* Londres, 2016. Col. Bulas.

◄ *Bulas no Japão*. Fotografia de Isabel Vieira, 2018. Col. Bulas.
▲ *Bulas em França*. Fotografia de Joana Duarte, 2018. Col. Bulas.
▼ *Bulas na Dinamarca*. Fotografia de Joana Duarte, 2018. Col. Bulas.

▲ *Bulas na Holanda*. Fotografia de Joana Duarte, 2017. Col. Bulas.
▼ *Bulas na Alemanha*. Fotografia de Joana Duarte, 2018. Col. Bulas.
► *Bulas nos Estados Unidos*. Fotografia de Isabel Vieira, 2018. Col. Bulas.

◀ *Bulas na Coreia do Sul*. Fotografia de Isabel Vieira, 2018. Col. Bulas.
▲ *Bulas na Suíça*. Fotografia de Joana Duarte, 2017. Col. Bulas.
▼ *Bulas em Inglaterra*. Fotografia de Joana Duarte, 2018. Col. Bulas.
▶▶ Páginas seguintes — *Revista Decanter com os prémios atribuídos em 2016*. Fotografia de Filipa Soares. Col. Bulas.

WINES REVIEWED
ANCIENT VESSELS MODERN WINE
CALIFORNIA'S GRAND CRUS
WINE ENTHUSIAST
SEPTEMBER 2016
JOURNAL
AROUND PORTUGAL, BY THE GLASS
LOS VINHOS PORTUGUESES
Issue 11
ranc steps
otlight
Platinum Best in Category
Vintage Port over £15
Bulas, Late Bottled Vintage 2011
(20%)
Intense, very rich aromas of sweet, baked black fruit, matched by violet notes, cassis, bramble and sweet herbs which add complexity. The creamy-textured palate is initially full of soft and fleshy cherry and plum fruit but backed by firm, spicy tannins, roasted coffee, kirsch and chocolate.
N/A UK www.bulas.eu
Tasted against Cockburn's, Quinta dos Canais 2013 Graham's, Quinta dos Malvedos 2005 Quinta Do Crasto, Late Bottled Vintage 2011
'IT IS NOT easy to stand out among so many great wines in the Douro,' says José Bulas – and that is particularly true of any Port made in the stunning 2011 vintage. The Bulas family has been making Port and Douro table wines since the late 1970s on its properties Quinta Fonceira and Quinta da Costa de Baixo (pictured above), situated at the mouth of the Ceira River. This LBV Port, however, is a new project, and the first vintage was made only in 2009.
Bulas says he has always had a passion for winemaking, and used to help his father as a teenager, but he ended up studying electrical engineering and got a PhD in Informatics from the University of Bristol. He worked for many years as a Professor at the University of Tras-os-Montes but is now dedicated to the wine business. His winemaker is Joana Duarte, with Luis Rodrigues consulting.
This Platinum winner is made with the best grapes from field blends of the estate's top vineyards, with an average of 80 years.
Bulas
PORTO
2011
Decanter
The Spanish issue
The world's best
50 TOP RI
our experts pick the best on the shelves today
Hidden Spain
Discover the exciting wines of Méntrida, Galicia and Levante
Meet the maveri
The winemake
tearing u

No *Porto White*, a Bulas apresenta dois estilos distintos, *Dry* e *Sweet*, nas suas várias categorias, como os *Reserva* e vinhos com indicação de idade, *10*, *20*, *30* e *40 Anos*. Portos brancos de cor alourada, com aromas intensos e complexos de frutas secas, com notas de laranja, mel e madeira, na boca são extremamente ricos, com um toque de acidez que lhes confere elegância e notas crocantes, com um final longo e persistente.

Mais de metade dos vinhos comercializados destina-se à exportação, em especial para a Europa (Dinamarca, Alemanha, Países Baixos, Bélgica, França e Inglaterra), mas também para países de outros continentes (Canadá, EUA, Japão, Coreia, China). Os vinhos *Bulas* vendem-se, actualmente, em cerca de 20 países em 3 continentes (Europa, América e Ásia).

Nos últimos anos, a aposta na apresentação dos vinhos da empresa em prestigiados concursos e feiras de vinhos nacionais e mundiais, a par do sucesso alcançado na internacionalização, tem-se traduzido no reconhecimento da excelência dos seus diversos vinhos. No conjunto, desde 2011, a Casa Bulas obteve mais de 130 medalhas e outros troféus em concursos internacionais.

Refiram-se, apenas a título de exemplo, as medalhas de ouro e distinções mais relevantes conquistadas em algumas das competições mais exigentes. O concurso Les Citadelles du Vin 2013 atribuiu uma medalha de ouro ao *Bulas Grande Reserva Touriga Nacional 2009*. E, na edição seguinte do mesmo concurso, idêntico galardão foi alcançado pelo *Bulas Grande Reserva Tinto 2010*. Entre os vinhos do Porto, o *Bulas LBV 2011* recebeu não só uma medalha mas também a classificação como «Best of Portugal» no Mediterranean International Wine Competition Terravino 2015, em Israel, e, no ano seguinte, uma medalha de ouro no concurso International Wine Challenge 2016 e outra de platina no Decanter World Wine Awards, ano em que obteve também elevadas classificações em algumas das mais prestigiadas revistas da enofilia mundial, como a *Wine & Spirits*, que o incluiu no Year's Best Port & Best Buy, com 93 pontos. Em 2018, o *Bulas Port 10 Years Old Tawny* obteve uma medalha de ouro e troféu especial VINOFED (melhor classificação entre todos os vinhos do Porto) no concurso Les Citadelles du Vin 2018. O *Bulas Port 20 Years Old Tawny* alcançou medalhas de ouro nos concursos Les Citadelles du Vin 2014, Vinhos de Portugal 2015, International Wine Challenge 2015 e Sakura 2016/Japan Women's Wine Awards, além de elevadas pontuações nas revistas *Wine & Spirits 2016*, em que foi considerado «Year's Best Port», com 91 pontos, e *Wine Enthusiast Magazine*, em que obteve 93 pontos. Também o *Bulas Port 30 Years Old Tawny* alcançou medalhas de ouro nos concursos Les Citadelles du Vin 2013 e Sakura 2017/Japan Women's Wine Awards. No ano anterior, este prestigiado concurso japonês tinha galardoado o *Bulas Port Vintage 2011* com duplo ouro. Os *Bulas Port Vintage* de *2012*, *2013* e *2014* conquistaram também medalhas de ouro, respectivamente, no International Wine Challenge 2015, no Decanter World Wine Awards 2017 e no International Wine Challenge 2018. Na edição de 2019 deste último concurso, dois vinhos *Bulas*, o *Porto Colheita 1996* e o *Very Old Tawny*, foram distinguidos entre os melhores do mundo com medalhas de ouro e troféus.

Não é fácil a uma pequena empresa familiar, com uma pequena equipa de colaboradores, penetrar no competitivo mercado internacional de vinhos, mesmo possuindo o trunfo da qualidade. Exige muita dedicação e perseverança. O espírito de família, conjugado com a consciência do valor excepcional da terra vinhateira, no mapa restrito de paisagens culturais com o estatuto de Património da Humanidade, tem raízes fundas e projecta-se para o futuro. Preservar essa herança e valorizá-la, de geração para geração, não é apenas um desígnio. É uma forma de estar no mundo. Nesse sentido, a aposta da Casa Bulas de produzir vinhos de excelência conjuga-se com a de reforçar a ligação emocional dos consumidores a esses vinhos e à história que eles podem evocar. Da família, da região do Douro, da arte do vinho.

Fontes e Bibliografia

Fontes orais, de arquivo e arqueológicas:

Na elaboração deste texto, beneficiei de diversas informações fornecidas pelos proprietários das Quintas da Costa de Baixo e da Foz Ceira, que me cederam também cópias de alguns documentos relacionados com as quintas e com a família Bulas Cruz.

No entanto, dado que a família Bulas Cruz se tornou proprietária dessas quintas em datas relativamente recentes (em 1951 e 1990, respectivamente), foi necessário empreender uma demorada pesquisa em diversos arquivos, para constituir um *corpus* documental que permitisse compreender a evolução secular dessas quintas, bem como os percursos das famílias proprietárias. O notável trabalho que tem vindo a ser feito em diversos arquivos públicos, disponibilizando o acesso *on-line* a digitalizações de milhares de livros e documentos, foi-nos providencial. Sobretudo no Arquivo Distrital de Vila Real, em particular nos *Registos Paroquiais* e nos *Registos Notariais*, mas também em outros fundos documentais, pudemos encontrar imensa documentação com interesse para a história destas quintas desde o século XVII, que reunimos a informações recolhidas em outros arquivos nacionais (Torre do Tombo, Arquivo Histórico Militar), distritais (Porto, Braga e Lisboa) e municipais (Municipal do Porto, Alfredo Pimenta, de Guimarães, e Sophia de Mello Breyner, de Vila Nova de Gaia), bem como em arquivos de serviços públicos, como o da Conservatória de Registo Predial de Vila Real, da Comissão de Viticultura Duriense e do Instituto do Vinho do Porto (guardado no Museu do Douro), nestes últimos casos para períodos mais recentes. Mas foi o Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, depositado no Museu do Douro, que nos forneceu o maior manancial de informação, em especial sobre a Quinta da Foz Ceira, que esteve durante mais de 120 anos sob administração dessa Companhia. Devo expressar aqui um agradecimento especial à Direcção e aos Serviços do Museu do Douro pelas facilidades concedidas no acesso a essa documentação e a cedência de cópias digitalizadas.

Infelizmente, a incompreensível situação em que se encontra a Casa do Douro privou-nos do acesso a documentação fundamental guardada no seu arquivo (e organizada pelo Museu do Douro, entre 2006 e 2008), sobretudo para os anos de 1932 a 1995, e que incorpora também o não menos importante Arquivo da Comissão de Viticultura da Região Duriense, com documentação do período de 1907 a 1932.

Ao longo da investigação que deu origem a este livro, pude contar com a ajuda de alguns amigos, nomeadamente Natália Fauvrelle, Manuel Sampaio Graça e José

Alfredo Almeida, a quem muito agradeço as informações preciosas que me cederam sobre aspectos específicos da história das quintas da Costa de Baixo e da Foz Ceira ou dos seus proprietários.

Devo, ainda, ao Pedro Abrunhosa Pereira, que acompanhou este trabalho desde o início, as notas da prospecção arqueológica que realizou nas quintas da Costa de Baixo e da Foz Ceira, em diversos períodos ao longo de 2018, bem como a recolha de muita da documentação de arquivo não disponível *on-line*.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de (coord.) — *História do Douro. I–A Antiguidade*. Porto: GEHVID/Afrontamento, 2006.

ALMEIDA, Pedro Tavares de; CLUNY, Isabel — «Melo, Lopo Vaz de Sampaio e». In MÓNICA, Maria Filomena (coord.) — *Dicionário Biográfico Parlamentar*. Vol. 2. Lisboa: ICS/ Assembleia da República, 2005, p. 865-870.

ALORNA, 2.º Marquês de (João de Almeida Portugal) — *As prisões da Junqueira durante o ministério do Marquês de Pombal, escritas ali mesmo pelo Marquês de Alorna, uma das suas vítimas, publicadas conforme o original por José de Sousa Amado*. Lisboa: Tip. de Silva, 1857.

AZEVEDO, Correia de — *Brasões e casas brasonadas do Douro*. Lamego: Gráfica de Lamego, 1974.

BARRETO, António — *Douro. Rio, Gente e Vinho*. Lisboa: Relógio d'Água, 2014.

BARROS, Alfredo de Vilanova de Vasconcelos Correia de — «Reconstituição da vinha europeia pela enxertia sobre cepas americanas». *Boletim da Direcção-Geral de Agricultura*, nº 12. Lisboa: Imprensa Nacional, 1894, p. 937-1056.

CAPELA, José Viriato (coord.) — *As freguesias do distrito de Vila Real nas Memórias Paroquiais de 1758. Memórias, História e Património*. Braga: ed. autor, 2006.

CASTELO BRANCO, Camilo — *A Brasileira de Prazins* [1882]. In CASTELO BRANCO, Camilo — *Obras Completas*. Vol. VIII. Porto: Lello & Irmão, 1988.

CASTELO BRANCO, Camilo — *Noites de Insónia, oferecidas a quem não pode dormir* [1874]. In CASTELO BRANCO, Camilo — *Obras Completas*. Vol. XIV. Porto: Lello & Irmão, 1991.

CASTELO BRANCO, Camilo — *Perfil do Marquês de Pombal* [1882]. In CASTELO BRANCO, Camilo — *Obras Completas*. Vol. XVI. Porto: Lello & Irmão Editores, 1993.

CASTILHO, J. M. Tavares — *Os Procuradores da Câmara Corporativa, 1935-1974*. Lisboa: Assembleia da República/Texto Editores, 2010.

CASTRO, António Paes de Sande e — *A Granja de todos os tempos*. Gaia: Câmara Municipal de Gaia, 1973.

CONDE, António Adérito Alves — «Manuel Marques Gomes (1866-1932)». In GUIMARÃES, J. A. Gonçalves (coord.) — *Património Cultural de Gaia*. Vol. 1: *Património Humano Personalidades gaienses* (coord. de Gonçalo de Vasconcelos e Sousa). Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia/Amigos do Solar Condes de Resende-Confraria Queirosiana, 2017, p. 181.

CORDEIRO, Alcino (ed.) — *Anuário Agrícola da Região Duriense 1940*. Régua: Imprensa do Douro, 1939.

CORDEIRO, Alcino — *Quintas do Douro*, 2ª ed. Vila Nova de Famalicão: Centro Gráfico, 1960.

CRUZ, Manuel Braga da; PINTO, António Costa (dir.) — *Dicionário Biográfico Parlamentar, 1935-1974*. Vol. 1. Lisboa: Assembleia da República/ Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2004, p. 502-503

FAUVRELLE, Natália — *Quintas do Douro. As arquitecturas do vinho do Porto*. Porto: Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto / Câmara Municipal de S. João da Pesqueira, 2001.

FAUVRELLE, Natália (coord.) — *Marcos da Demarcação*. Peso da Régua: Fundação Museu do Douro, 2007.

FONSECA, Álvaro Baltasar Moreira da — *As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro*. 3 vol. Porto: Instituto do Vinho do Porto, 1949-1951.

GAIO, Felgueiras — *Nobiliário de famílias de Portugal*. Tomo IX. Braga: Pax, 1938.

GOMES, Joaquim Costa — «Há 60 anos, em Canidelo, morreu o benemérito Marques Gomes». *Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia*, n.º 34, 1992, p. 45-50.

GUICHARD, François; ROUDIÉ, Philippe; PEREIRA, Gaspar Martins (coord.) — *História do Douro e do Vinho do Porto*. Vol. 5: *O Douro e o Vinho do Porto no século XX e no início do século XXI. Porto: Edições Afrontamento, 2019*.

HERCULANO, Alexandre (ed.) — *Portugaliae Monumenta Historica. Leges et Consuetudines*, I. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1866.

LIDDELL, Alex; PRICE, Janet — *Douro. As Quintas do Vinho do Porto*. Lisboa: Quetzal, 1995.

MACEDO, Jorge Borges de — *A situação económica no tempo de Pombal: alguns aspectos*. 2.ª ed. Lisboa: Moraes Editores, 1982.

MACHADO, Silvano Vitorino — *Memórias de um profissional do comércio*. Régua: Imprensa do Douro, 1955.

MARTINS, Conceição Andrade — *Memória do Vinho do Porto*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 1990.

MARTINS, Conceição Andrade — «A filoxera na viticultura nacional». *Análise Social*, vol. XXVI (112-113), 1991 (3-4), p. 653-688.

MELO, Lopo Vaz de Sampaio e — *Apontamentos sobre a nova moléstia das vinhas*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1873.

MENDONCA, Francisco Xavier Teixeira de — *Petição de revista, que pediu Gonçalo Cristóvão Teixeira Coelho de Melo Pinto de Mesquita da sentença proferida a favor de Sebastião José de Carvalho e Melo*. Lisboa: Oficina de Francisco Luís Ameno, 1750.

NUNES, João Paulo Avelãs; LOPES, Ana Rute Elias — «Mineração Contemporânea em Portugal, propriedade pública e iniciativa privada: concessões de volfrâmio na freguesia de S. Mamede de Ribatua». *Outros Tempos*, vol. 14, n.º 23, 2017, p. 175 -201.

OLIVEIRA JÚNIOR, José Duarte de — *Novo flagelo das vinhas*. Porto: Jornal de Horticultura Prática, 1872.

OLIVEIRA JÚNIOR, José Duarte de; REIS, António Batalha; REIS, Jaime Batalha — *A nova moléstia das vinhas no Douro. Relatório apresentado à Comissão Central pela Delegação encarregada de estudar no Douro a nova moléstia das vinhas*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1873.

OLIVEIRA, António Braz de; MARINHO, Maria José (org.) — *Devassa a que mandou proceder Sua Majestade no território do Alto Douro pelo Desembargador António de Mesquita e Moura (1771-1775)*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1983.

PEREIRA, Gaspar Martins — *Crises e renovação da viticultura duriense na segunda metade do século XIX*. In SERRÃO, José Vicente; PINHEIRO, Magda de Avelar; FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo (org.) — *Desenvolvimento Económico e Mudança Social: Portugal nos últimos dois séculos. Homenagem a Miriam Halpern Pereira*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009, p. 115-131.

PEREIRA, Gaspar Martins (coord.) — *História do Douro e do Vinho do Porto*. Vol. 4: *Crise e Reconstrução. O Douro e o Vinho do Porto no século XIX*. Porto: Edições Afrontamento, 2010.

PEREIRA, Gaspar Martins — *Quinta do Crasto. Uma história que vem de longe (1615-2018)*. Porto: Quinta do Crasto, 2018.

PEREIRA, Gaspar Martins — *Quintas do Douro: História, Património e Desenvolvimento*. In *Atas das II.as Conferências Museu de Lamego / CITCEM – 2014*. Lamego: Museu de Lamego / Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2014, p. 9-17 [Disponível *on-line* em www.museudelamego.pt].

PEREIRA, Gaspar Martins — *Ventozelo. Uma quinta milenar no Douro vinhateiro*. Vila Nova de Gaia: Quinta de Ventozelo, 2017.

PEREIRA, Gaspar Martins — «Adega Cooperativa de Favaios». In PEREIRA, Gaspar Martins (coord.) — Favaios. História e Património. Favaios: Adega Cooperativa de Favaios, [no prelo].

PEREIRA, Miriam Halpern — *Livre-câmbio e Desenvolvimento Económico. Portugal na segunda metade do século XIX*. Lisboa: Edições Cosmos, 1971.

PEREIRA, Pedro — *Quinta do Crasto – Relatório de Trabalhos Arqueológicos*, Junho 2017.

PEREIRA, Pedro Abrunhosa — *O vinho na Lusitânia*. Porto: CITCEM, 2017.

PEREIRA, Pedro Abrunhosa — *O vinho na Lusitânia*. Porto: CITCEM, 2017.

PINTASSILGO, Joaquim António de Sousa; ANDRADE, Alda do Carmo Namora Soares de — «Domingos Evangelista, tradutor de Ferrière: reflexões a propósito de uma tradução conservadora de *L'École Active*». *Educação Unisinos*, n.º 22(3), Jul.-Set. 2018, p. 255-263

PINTÃO, Manuel; CABRAL, Carlos — *Dicionário Ilustrado do Vinho do Porto*. S. Paulo: Editora de Cultura, 2011.

SALGUEIRO, Emílio — «A moral pombalina (Um documento inédito)». *Brotéria*, vol. 10 e 11, Junho e Julho de 1930, p. 337-356 e 17-28.

SANCHES DE BAENA, Augusto Romano — *Dicionário Aristocrático, que contém todos os alvarás de foros de Fidalgos da Casa Real... desde 1808 até Setembro de 1822*. Lisboa: Tip. do Panorama, 1867.

SANTARÉM, Visconde de — *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo, desde o princípio da Monarquia portuguesa*. Tomos VI e VII. Paris: Aillaud, 1850.

SILVA, Germano — «Um carvalho não fica bem num jardim». *Visão*, 13.02.2016.

SILVA, Inocêncio Francisco da — *Dicionário Bibliográfico Português*. Tomo III. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859.

SILVA, Manuel de Souza da — *Nobiliário das gerações de Entre-Douro-e-Minho*. Vol. 1. Ponte de Lima: Edições Carvalhos de Basto, 2000.

SILVANO, Gonçalo Xavier — *A capela de S. Brás em Vila Real*. Porto: Edições Afrontamento, 2016.

SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de (ed.) — *Portugaliae Monumenta Historica*. Nova série. Vol. IV/2: *Inquisitiones: Inquirições gerais de D. Diniz de 1288, Sentenças de 1290 e Execuções de 1290*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2015.

SOUSA, António Teixeira de — *A Questão do Douro*. Porto: Empresa Guedes, 1907.

SOUSA, Fernando de (coord.) — *A Real Companhia Velha. Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-2006)*. Porto: CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, 2006.

SOUSA, Fernando de; GONÇALVES, Silva — *Memórias de Vila Real*. 2 vol. Vila Real: Arquivo Distrital de Vila Real/Câmara Municipal de Vila Real, 1987.

TAVARES, Domingos — *Palacete Marques Gomes*. Porto: Dafne Editora, 2015.

TEIXEIRA, Júlio A. — *Fidalgos e morgados de Vila Real e seu termo. Genealogias, brasões, vínculos*. Vol. 4. Vila Real: Imprensa Artística, 1952.

VILARINHO DE S. ROMÃO, Visconde de — *Viticultura e vinicultura. Trás-os-Montes–Alto Douro Central*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1896.

ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins — *Nobreza de Portugal e Brasil*. Vol. III. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1961.

Título | Costa de Baixo e Foz Ceira:
Duas quintas históricas no Alto Douro Vinhateiro

Autores | Gaspar Martins Pereira | Pedro Abrunhosa Pereira

Coordenação editorial | In-Libris

Edição | ©Bulas. Portugal 2022

Concepção gráfica | Filipa Soares

ISBN | 978-989-33-3396-9 | **Depósito legal** | 499680/22

Impressão e acabamento | Uniarte gráfica – Porto

Tiragem | 500 exemplares

1ª edição | junho de 2022

[Reprodução autorizada, exceto para fins comerciais,
com indicação da fonte bibliográfica]

cofinanciado por:

NORTE2020 PORTUGAL 2020 UNIÃO EUROPEIA Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional